

Pedro Henrique Bergantin

**REVOLUÇÃO PASSIVA NO LESTE ASIÁTICO PÓS-GUERRA: A
RELAÇÃO JAPÃO-COREIA SOB UMA ABORDAGEM GRAMSCIANA**

Marília

2024

Pedro Henrique Bergantin

**REVOLUÇÃO PASSIVA NO LESTE ASIÁTICO PÓS-GUERRA:
A RELAÇÃO JAPÃO-COREIA SOB UMA ABORDAGEM GRAMSCIANA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado
ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da
Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade
Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos
Passos

Marília

2024

Bergantin, Pedro Henrique. REVOLUÇÃO PASSIVA NO LESTE ASIÁTICO PÓS-GUERRA : A RELAÇÃO JAPÃO-COREIA SOB UMA ABORDAGEM GRAMSCIANA / Pedro Henrique Bergantin. -- Marília, 2024. 110 p. : il., fotos, mapas

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1. Japão. 2. Coreia do Sul. 3. Revolução Passiva. I. Revolução Passiva no Leste Asiático Pós-Guerra: a relação Japão-Coreia sob uma abordagem gramsciana.

Pedro Henrique Bergantin

**REVOLUÇÃO PASSIVA NO LESTE ASIÁTICO PÓS-GUERRA:
A RELAÇÃO JAPÃO-COREIA SOB UMA ABORDAGEM GRAMSCIANA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

UNESP – Câmpus de Marília

Orientador

Dr. Gabriel Sandino de Castro (examinador)

Doutor pela UNESP - Campus Marília

Me. Friedrich Maier (examinador)

Mestre pela UNESP – Campus Marília

Marília, 10 de Dezembro de 2024.

Aos meus avós, Hilda, Maria Cristina (*in memoriam*), Acácio e Orlando. Este trabalho é um reflexo do carinhoso amor que me transmitiram e da força das lições que me contaram. Obrigado por tudo, eu amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus familiares, que, nos aspectos emocionais e financeiros, direta e indiretamente, me ajudaram não só na escrita deste trabalho, como também ao longo de toda a minha trajetória acadêmica.

Agradeço também ao meu professor e orientador, Prof. Dr. Rodrigo Passos, pela dedicação e exímia sabedoria e experiência, no qual se demonstrou indispensável em absolutamente todas as etapas desse projeto que simboliza o término da graduação.

A todos os meus amigos e camaradas, em especial à Mariana Stuchi, ao Vinícius Lemos, à Maria Clara dos Santos, à Sofia de Bom, ao João Felipe Carvalho e ao Lucas Caselli, que compartilharam o melhor da vida e da juventude durante esses anos de graduação. Vocês foram a minha família no melhor sentido da palavra!

E por último, quero agradecer à Julianna, etérea e íntima companheira da vida. Agradeço por ouvir meus desabafos e me manter são. Cada passo foi especial com seu terno acolhimento durante essa aventura que é a graduação. Não só agradeço, como reitero minha concreta admiração por você!

Expresso minha profunda gratidão pelo Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais e pelos projetos a que tive a honra de me dedicar como bolsista por cerca de dois anos. Essa experiência não apenas enriqueceu minha graduação, como também me permitiu explorar e desenvolver uma variedade de aspectos técnicos e teóricos das Relações Internacionais, além de ser fundamental para meu apoio financeiro.

Por fim, a realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da bolsa de Iniciação Científica, concedida no âmbito do processo nº 136949/2024-0. Expresso minha sincera gratidão pela oportunidade de aprofundar meus estudos e desenvolver este projeto, cujo suporte foi essencial para a construção do conhecimento e para meu crescimento acadêmico.

Odeio os indiferentes. [...] Não podem existir os que são apenas *homens* estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode não ser cidadão, assumir um lado. Indiferença é apatia, parasitismo, velhacaria, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.

(Gramsci, 2020, p.31)

RESUMO

O presente trabalho analisa as dinâmicas históricas que moldaram as relações entre Japão e República da Coreia no pós-guerra, aplicando a chave gramsciana de hegemonia enquanto revolução passiva para examinar o impacto da tradução da hegemonia estadunidense sobre o processo de modernização conservadora em ambos os países. Com base na leitura inicial de Kevin Gray, argumenta-se que a intervenção dos EUA a partir de 1945 desencadeou um processo de democratização controlada e repressiva, impedindo uma ruptura completa com o passado colonial e culminando no Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia de 1965. Este acordo institucionalizou uma "pacificação formal" das tensões, condicionando assistência financeira à renúncia de reivindicações históricas por parte da Coreia. Ao longo da pesquisa, são exploradas as conjunturas e estruturas que condicionaram e permitiram a assinatura desse tratado, perpassando a supressão dos impulsos revolucionários pela ocupação americana em ambos os países, bem como o período de restauração de determinadas estruturas coloniais e suas complicações e consequências. Outrossim, analisa-se as implicações políticas e econômicas desse tratado, articulando uma elaboração argumentativa sistemática das dimensões domésticas e internacionais das relações Japão-Coreia e integrando elementos teóricos e empíricos para elucidar a complexa dialética de modernização e restauração no Leste Asiático.

Palavras-chave: Japão; Coreia do Sul; Revolução Passiva; Antonio Gramsci.

ABSTRACT

This study analyzes the historical dynamics that shaped Japan-Republic of Korea relations in the post-war period, applying Gramsci's concept of hegemony as "passive revolution" to examine the impact of U.S. hegemonic influence on the process of conservative modernization in both countries. Drawing on Kevin Gray's initial framework, the study argues that U.S. intervention from 1945 onward triggered a controlled and repressive democratization process, hindering a complete rupture from the colonial past and culminating in the signing of the 1965 Treaty on Basic Relations between Japan and the Republic of Korea. This treaty institutionalized a "formal pacification" of tensions, tying financial aid to Korea's renunciation of historical claims. The research explores the contexts and structures that enabled the treaty's signing, addressing the suppression of revolutionary impulses under U.S. occupation in both countries, as well as the restoration of certain colonial structures and their resulting complications and consequences. Moreover, it analyzes the political and economic implications of the treaty, articulating a systematic argument on the domestic and international dimensions of Japan-Korea relations, and integrating theoretical and empirical elements to elucidate the complex dialectic of modernization and restoration in East Asia.

Keywords: Japan; South Korea; Passive Revolution; Antonio Gramsci.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A Península Coreana: movimentos da Guerra da Coreia.....	58
Figura 2 – Pilares do Regime de Park Chung-Hee.....	85
Figura 3 – Protestos generalizados em Seul contra a normalização das relações com o Japão 1965.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Administração Civil Soviética.
ACIC	Agência Central de Inteligência Coreana
AEC	Associação de Empresários Coreanos
CAF	Comitê Autônomo de Fábrica.
CAJ	Conselho Aliado para o Japão.
CEO	Comissão do Extremo Oriente.
CPCI	Comitê para a Preparação da Independência Coreana.
CPs	Comitês Populares.
CSPA	Comando Supremo das Potências Aliadas.
CSRN	Conselho Supremo para a Reconstrução Nacional
EUA	Estados Unidos da América.
FNEUN	Federação Nacional de Estudantes para a Unificação Nacional.
GMEEUC	Governo Militar do Exército dos Estados Unidos na Coreia.
MICI	Ministério da Indústria e Comércio Internacional.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PCC	Partido Comunista da Coreia.
PCJ	Partido Comunista Japonês.
PDC	Partido Democrático Coreano.
PLD	Partido Liberal Democrático.
PNC	Polícia Nacional da Coreia.
PTCN	Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte.
PTCS	Partido do Trabalho da Coreia do Sul.
PSJ	Partido Socialista Japonês.
RI	Relações Internacionais
RPC	República Popular da Coreia.
RPDC	República Popular Democrática da Coreia.
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. TRANSFORMAÇÕES NO PÓS-GUERRA: REVOLUÇÃO PASSIVA E A DINÂMICA REVOLUCIONÁRIA NO LESTE ASIÁTICO NA DÉCADA DE 1940.....	19
2.1 OS LEGADOS DO PASSADO: A OCUPAÇÃO JAPONESA E AS RAÍZES DA OCUPAÇÃO AMERICANA NA PENÍNSULA COREANA.....	21
2.2 O ESTADO COMO AGENTE DE RESTAURAÇÃO: A REVOLUÇÃO PASSIVA NA COREIA E O PAPEL DO "TIPO PIEMONTÊS" DO ESTADO.....	26
2.2.1 Dinâmicas revolucionárias na Coreia.....	29
2.2.2 Curso inverso: a imposição da ordem na parte sul.....	35
2.3 SOB A OCUPAÇÃO: A REPRESSÃO DOS IMPULSOS REVOLUCIONÁRIOS E A CONSTRUÇÃO DO NOVO JAPÃO.....	40
3. REESTRUTURANDO O LESTE ASIÁTICO: A GUERRA FRIA E A REVOLUÇÃO PASSIVA NA DÉCADA DE 1950.....	49
3.1 A GUERRA DA COREIA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO NA COREIA DO SUL: O LEGADO DE SYNGMAN RHEE E AS RELAÇÕES COM O JAPÃO.....	52
3.2 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA HISTÓRIA JAPONESA E A CONCRETIZAÇÃO DO CURSO INVERSO NO JAPÃO.....	63
4. GOLPE MILITAR E NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS NA DÉCADA DE 1960.....	77
4.1 GOLPE MILITAR NA COREIA DO SUL.....	80
4.2 O TRATADO DE RELAÇÕES BÁSICAS ENTRE O JAPÃO E A REPÚBLICA DA COREIA DE 1965.....	86
4.2.1 O Tratado de 1965 como manifestação da revolução passiva nas relações bilaterais entre Japão e Coreia.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	104

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto a abordagem das relações entre Japão e Coreia do Sul (ou somente Coreia) no período pós-Segunda Guerra sob a chave de elaboração gramsciana de hegemonia enquanto revolução passiva. Desta maneira, é tido como ponto de partida a elaboração inicial e ensaística de Kevin Gray (2022) sobre determinados aspectos e momentos pontuados pelo autor como mais relevantes para um exame histórico deste objeto, de modo a constituir, assim, o entendimento de que esta análise não é exaustiva e tampouco atinente a todos os possíveis componentes da cronologia apresentada.

A partir disso, recai-se sobre alguns fatos históricos selecionados como desdobramento metodológico do recorte da pesquisa proposta, como será evidenciado ao longo do texto. A saber, o processo de reformas e de democratização conduzido nos dois Estados no pós-guerra que se desdobrou até 1965, concretizando o Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia de 1965, símbolo da normalização das relações diplomáticas entre ambos. Em termos de justificativa central para o desenvolvimento deste projeto, conforme ressaltado por Gray (2022), a literatura pertinente, de inspiração gramsciana ou não, possui uma lacuna no sentido de não explorar aspectos internacionais e de política externa que deem conta de explicar um afastamento histórico que inviabilizam uma aliança trilateral, sob a égide da hegemonia e dos interesses e dos objetivos estratégicos estadunidenses.

Tal problema histórico se manifesta sem um grau maior de cooperação e de relações amistosas, a despeito de percepções de ameaças comuns, como a China e a Coreia do Norte, bem como sua semelhança cultural, de sistema democrático e seu comercial bilateral. De maneira sumária, portanto, a abordagem utilizada no presente projeto surge ao passo em que as teorias dominantes das relações internacionais têm falhado em seus objetivos de explicar a razão das históricas tensões entre Japão e Coreia do Sul, levando em consideração a intervenção dos interesses estadunidenses no pós-guerra. A abordagem usada aqui é regional, diferente da dimensão nacional originária do conceito.

As abordagens tradicionais de Relações Internacionais (RI) para as disputas históricas entre Japão e Coreia apresentam limitações significativas quando examinadas no contexto das persistentes animosidades entre esses dois Estados, que se destacam como uma questão histórica aparentemente intratável no Leste Asiático. Gray (2022), explora criticamente as abordagens citadas, e suas devidas particularidades. As abordagens construtivista e

pós-estruturalista — apesar de bastante distintas, nesse caso se aproximam a partir do momento em que ambas enfatizam o fato de que a autocompreensão do Estado é realizada somente após o outro ser reconhecido, bem como que as identidades são adquiridas por meio de interações sociais (Tamaki 2010) — se mostram mais adequadas ao reconhecerem a centralidade das identidades nacionais na configuração das relações internacionais, especialmente em contextos de antagonismo histórico, como corrobora Gray (2022).

Seguindo a lógica do autor, Estudos como o de Eun (2020) destacam que as políticas de identidade, vistas como construções compartilhadas e historicamente situadas, funcionam como mecanismos causais nas relações internacionais, o que ajuda a compreender a resiliência das tensões entre Japão e Coreia. No entanto, Gray (2022) observa que essas abordagens tendem a desconsiderar o papel de forças externas — como o legado a posição estratégica dos EUA — na formação dessas identidades conflitantes, falhando ao fornecer uma explicação abrangente do porquê determinadas identidades se sobrepõem a outras em momentos específicos. Tal análise acaba por correr o risco de aplicar uma abordagem idealista que simplifica as transformações nas relações sociais, homogeneizando a sociedade civil e política para se encaixar em uma narrativa rígida de identidade e diferença, o que limita sua eficácia explicativa ao negligenciar a heterogeneidade interna e a atuação dos EUA na região, corroborando com a perspectiva de Gray (2022), Deacon (2021), Kim (2014) e Seo (2021),

Por outro lado, as análises realistas priorizam a posição dos Estados Unidos como força mediadora e estratégica na relação Japão-Coreia, mas se concentram nas flutuações de curto prazo na diplomacia de alto nível, sem considerar as profundas raízes sociopolíticas e históricas que sustentam a persistência das animosidades. Abordagens como a de Cha (1999) abordam as oscilações nas relações bilaterais em função do contexto geopolítico, mas mantêm um foco excessivo nas interações de elite, sem explorar como as questões históricas são debatidas internamente nas sociedades japonesa e coreana. Gray (2022) observa que, ao apresentar uma visão favorável do poder americano na região, o realismo minimiza o papel que os EUA desempenharam na perpetuação de disputas históricas durante e após a ocupação, uma posição que negligencia o legado duradouro da presença estadunidense nas relações do pós-guerra (Yoon, 2007).

Dito isso, o principal objetivo do presente trabalho pode ser resumido na seguinte questão: considerando os fatos mais relevantes alinhavados para o objeto deste projeto, conforme o item anterior, como elaborar um argumento sistemático a respeito do processo

histórico de hegemonia em sentido gramsciano como revolução passiva que alie a perspectiva de modernização e de conservadorismo, de revolução e restauração nas relações Japão-Coreia no pós-Segunda Guerra Mundial que culminaram como o Tratado de Relações Básicas entre o Japão em 1965? Outro objetivo relevante é o teste da seguinte hipótese: a elaboração de um argumento sistemático passa pelo fio condutor da intervenção estadunidense, que desencadeou um processo histórico a partir de 1945 no qual um conjunto de relações de democratização entre Estado e sociedade foi reprimido com o estabelecimento de regimes com relações de força hegemônicas pelos Estados Unidos, impedindo uma ruptura completa com o passado colonial e pré-guerra.

Em outras palavras, a hegemonia estadunidense enquanto processo histórico mais amplo de revolução passiva de conteúdo fordista foi “traduzida”, recepcionada, ressignificada para as particularidades do processo histórico envolvendo a Coreia e o Japão no período pós-guerra. Neste sentido, ela se combinou com as peculiaridades dos processos históricos dos Estados em tela, produzindo uma combinação única que se desdobra e traduz a feição hegemônica bloqueada específica manifestada e recepcionada nos dois casos nos seus respectivos processos históricos.

A hipótese central, desta maneira, se baseia nos aspectos a seguir. Primeiramente, os impulsos revolucionários de mudança nos dois Estados. Em seguida, o “freio” a estes impulsos revolucionários que apontam para um raciocínio semelhante àquele de Thomas (2018, p. 186), entendendo que os processos de revoluções passivas, serem “revoluções fracassadas” na medida em que não concretizam a radicalização de tipo jacobina enquanto uma hegemonia plena, completa, que envolve a participação e protagonismo das classes subalternas, como será demonstrado.

Em terceiro lugar, a inserção deste problema histórico no contexto mais amplo da hegemonia estadunidense enquanto hipótese de revolução passiva e a sua “tradução” em sentido gramsciano, recepção, ressignificação para os processos históricos da Coreia e do Japão no qual a pressão geopolítica da competição inter-hegemônica da Guerra Fria também atuou no sentido de passivizar os impulsos revolucionários enquanto expressão da organização da classe trabalhadora no momento imediato ao fim da guerra. Isto porque os freios aos impulsos democráticos e revolucionários também passivizaram grupos e classes subalternos no sentido de atender pontualmente algumas de suas demandas sem dar-lhes protagonismo político, como será demonstrado. Assim, o objetivo seria buscar atenuar pressões e crises que pudessem proporcionar condições para crises que vislumbassem como

referência o regime da União Soviética e pudesse impulsionar uma esquerda revolucionária nos dois Estados. Combinar a análise com os aspectos justificadores da hipótese acima mencionados constituem os objetivos secundários deste projeto.

No tocante ao material de pesquisa, trata-se de uma investigação bibliográfica com as características a seguir. Em primeiro lugar, o uso de um levantamento bibliográfico, cujo material se divide basicamente em dois grupos. Um primeiro grupo que se compõe da edição crítica italiana dos cadernos carcerários gramscianos (Gramsci, 1977) e dos estudos dela derivados, efetuados por especialistas (Baratta, 2017; Bianchi, 2008; Coutinho, 1989; Thomas, 2018, dentre outros). As formulações originais encontradas na edição crítica italiana organizada pela equipe de pesquisadores liderada por Valentino Gerratana contempla uma feição mais fiel aos ritmos de elaboração de seus cadernos em termos de uma escrita incompleta, assistemática e fragmentária de Gramsci na prisão fascista sem os enviesamentos e limites que caracterizaram edições temáticas em várias línguas. Sejam eles sugestivos de que Gramsci teve uma obra sistemática, completa e temática voltada para certas características de apropriações e interpretações a serem apresentadas sobre o comunista italiano em vários contextos, sejam eles limites relacionados à ausência de tradução e de conhecimento da língua italiana para o acesso ao conjunto de seus textos prisionais.

Não se quer sugerir que exista um Gramsci verdadeiro ou uma única leitura correta, dado justamente o caráter complexo, fragmentário, incompleto e assistemático do conjunto de sua obra. Na edição crítica referida (Gramsci 1977), é possível identificar os textos de primeira escrita de Gramsci (textos “A”) que foram retomados com alterações ou não (textos “C”) e aqueles de redação única (textos “B”), permitindo, assim, uma perspectiva mais fiel do movimento de sua elaboração. Tal perspectiva pode ser mais refinada com o estudo mais detalhado de Francioni (1984) a respeito da datação da escrita dos cadernos.

No que diz respeito às consequências teóricas a partir do referencial e das categorias de análise adotadas, assumem relevância aspectos decorrentes do método gramsciano ao se desdobrar de sua categoria de hegemonia. Quais sejam, a primeira seria seu historicismo absoluto, do qual se desdobra de que não existe repetição e analogia histórica, como será demonstrado em profundidade maior ao longo do texto. Neste sentido, as referências mais precisas dos cadernos e suas prováveis datações podem nos fornecer alguns elementos para captar especificidades das distintas elaborações carcerárias da noção sobre a revolução passiva, mas sempre apontando uma caracterização específica do objeto em tela, alinhado

metodologicamente com os impulsos revolucionários e seus contrapontos no contexto de Japão e da Coreia.

A segunda seria a análise de relações de força, segundo a qual não se pode focar somente em uma conjuntura ou em uma única dimensão de análise e sim em todo um processo histórico, derivando o entendimento de que forças sociais e históricas somente podem ser tomadas como esgotadas após o desenvolvimento de todas as suas potencialidades e contradições, aliando conjuntura e longa duração, aspectos quantitativos e aparentes com forças históricas em múltiplas dimensões (Gramsci, 1977). A terceira seria a “tradução” (Gramsci, 1977, p. 469, 849, 1468), a ressignificação de uma formulação, análise, categoria ou conceito (mantendo alguns aspectos da sua elaboração original) para a sua peculiaridade histórica, cultural, social, econômica etc., cuja consecução seria não mecânica e rica, orgânica e profunda somente no âmbito do materialismo histórico, ponto este que também será melhor explicitado ao longo da pesquisa em questão. A aplicação de tais referências para análise da bibliografia buscou não focar somente nos aspectos interestatais ou de uma única dimensão, buscando o todo e entendendo que interno e internacional no objeto em tela fazem parte de um processo histórico mais amplo, incidindo principalmente sobre a particularidade da hegemonia estadunidense, considerando-se os nexos específicos com o objeto em termos de suas conexões com os processos históricos nacionais de revolução passiva do Japão e da Coreia.

A partir da perspectiva gramsciana de tradução, a atenção com aspectos singulares relacionados à especificidade histórica, cultural, social, econômica etc., das estruturas e superestruturas de Japão e da Coreia foi contemplada. Como relevante desdobramento disto, não se pode incorrer em análises ou enviesamentos de tipo eurocêntrico. A título de exemplificação, na acepção gramsciana, Oriente e Ocidente, trabalhadas especificamente em um dos capítulos, seriam apenas metáforas que destoam completamente de seu significado tradicional. Elas referem ao grau de complexidade dos aparatos de produção da hegemonia, sem se apegar a um referencial eurocêntrico. Sem haver uma conotação evolucionista e totalmente excludente entre ambas, Oriente e Ocidente, respectivamente, se referem às sociedades civis menos e mais complexas no interior dos Estados. A referência não é eurocêntrica ou geográfica e se ampara em elementos históricos (Gramsci, 1977, p. 866, 874, 1419).

Neste diapasão, as sociedades da Coreia e do Japão podem ser classificadas, a partir da tradução destas metáforas, em sentido gramsciano, como sociedades “ocidentais”. Ou seja,

sociedades cujos aparatos privados de hegemonia, no contexto mais amplo de seus processos históricos, alcançaram um significativo grau de complexidade. Isso, contudo, não significa que não haja elementos “orientais”, de menor complexidade, no âmbito das referidas sociedades.

2. TRANSFORMAÇÕES NO PÓS-GUERRA: REVOLUÇÃO PASSIVA E A DINÂMICA REVOLUCIONÁRIA NO LESTE ASIÁTICO NA DÉCADA DE 1940.

A categoria gramsciana de revolução passiva, desenvolvida nos célebres "Cadernos do Cárcere", remete a um processo histórico caracterizado por uma lógica não homogênea de revolução e restauração, aliando o nível nacional ao internacional ao passo em que contempla diversas dimensões e possibilidades da vida, e um sentido restrito, não-pleno, de hegemonia. Nos "Cadernos do Cárcere", onde o conceito foi originalmente formulado, a chave de revolução passiva surge enquanto hipótese para a análise de determinados processos históricos no período pós-1789, sendo o *Risorgimento*¹, o principal objeto de estudo (Gramsci, 1977). Gramsci diferencia essa ideia de um sentido pleno de hegemonia, que se refere aos processos de luta das massas e de uma vontade popular radical e transformadora, cujas principais expressões são o jacobinismo da Revolução Francesa e pelo processo revolucionário soviético de 1917. A chave gramsciana de revolução passiva, caracterizada pelo predomínio da coerção estatal e pela cooptação de demandas e setores de classes e grupos subalternos sem lhes conceder protagonismo político, foi aplicada em diversas análises, ainda que distantes — temporal e espacialmente em relação à original. Um exemplo primordial é o início da hegemonia estadunidense com conteúdo fordista e sua subsequente recepção ou "tradução" - conforme o sentido gramsciano (Baratta, 2017; Gramsci, 1977, p. 469, 849, 1468, tradução nossa). Esse processo foi reinterpretado holisticamente, levando em conta sua especificidade histórica, e apresentando-se de maneira distinta da perspectiva europeia do início do século XX (Gramsci, 1977, p. 2137-2181).

Essa concepção de tradução no sentido gramsciano se faz imprescindível para contemplar o conceito de revolução passiva não apenas no caso da região do Leste Asiático, mas também qualquer outro objeto que fuja daqueles previstos em sua formulação original.

¹ Gramsci (2002) analisa o processo dialético do *Risorgimento* como um movimento político e social que culminou na unificação da Itália em 1861, simbolizando um processo de revolução passiva. No caso italiano, a revolução passiva foi expressa pela vitória dos moderados, liderados por figuras como Cavour, que consolidaram alianças entre a burguesia do norte e os grandes proprietários de terras do sul, frustrando as demandas radicais dos "jacobinos" do Partito d'Azione, representados por Mazzini e Garibaldi (Gramsci, 1971, Silva, 2010). Esses líderes não conseguiram mobilizar as massas populares, especialmente os camponeses, e implementar reformas significativas, como a reforma agrária. O resultado foi uma unificação limitada, que manteve elementos do antigo regime feudal, enquanto absorvia as oposições de forma controlada e mitigada, através do transformismo, representando, assim, a dialética bloqueada da revolução passiva, onde a revolução é neutralizada por uma restauração que mantém as estruturas sociais preexistentes. (Gramsci, 1996, Bieler e Morton, 2021)

Em uma carta enviada em 1932, Gramsci define melhor este conceito, explanando os fundamentos de um tradutor:

um tradutor qualificado deve ser capaz não só de traduzir literalmente, *mas de traduzir os termos, inclusive conceituais, de uma determinada cultura nacional nos termos de uma outra cultura nacional*, isto é, esse tipo de tradutor deve conhecer criticamente duas civilizações e ser capaz de fazer com que uma conheça a outra, servindo-se da linguagem historicamente determinada daquela civilização à qual fornece o material informativo. (Gramsci, 2005, p.237-38, tradução nossa, grifo nosso)

Deste modo, a tradução no sentido gramsciano, a partir de sua concepção política², “põe-se em ação uma dialética entre duas culturas e duas sociedades visando modificar tanto uma como a outra” (Prestipino, 2017, p.780). E só pode ser construída de maneira não-mecânica e profunda, somente no âmbito do que Gramsci compreende como filosofia da *práxis* (Frosini, 2017; Prestipino, 2017). Elaborada a partir do Caderno 11, a filosofia da *práxis* não se comporta somente como uma criptografia carcerária (Gramsci, 1977; Gomes, 2014), isto é, um sinônimo para se referir ao materialismo histórico-dialético³. Gramsci (1977), reformula a cosmovisão marxista de seus contemporâneos e, por extensão, a perspectiva desses sobre o método materialista histórico-dialético. Ele faz isso por meio de uma argumentação combativa ao idealismo especulativo e ao historicismo abstrato disseminado pelos neo-idealistas, como Croce e Gentile. Além disso, ao criticar os argumentos positivistas, e as características do mecanicismo histórico e do relativismo cético que visavam simplificar as elaborações conceituais marxistas como justificativa para uma dissipação da ideologia entre as massas, Gramsci se afasta da "filosofia da *práxis*"

² Consultar Borghese, L. Tia Alene in bicicletta: Gramsci traduttore dal tedesco e teorico della traduzione. Belfagor, n. 6, 1981, p. 635-65.

³ O materialismo histórico-dialético é uma teoria elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels que combina o materialismo histórico com o método dialético numa perspectiva triádica de tese, antítese e síntese. Tal método assume uma feição histórica e específica diante de cada investigação. A análise dessa teoria se baseia na ideia de que a história das sociedades é uma história de lutas de classes e que as condições materiais e econômicas, dentre outras, são as forças determinantes do desenvolvimento histórico. A teoria entende que a mudança histórica é impulsionada por contradições internas nas relações de produção e que essas contradições geram conflitos que resultam em transformações em todos os sentidos da vida. O método dialético analisa esses processos como um fluxo contínuo de contradições e superações, onde cada fase da história emerge da resolução das tensões da fase anterior, adaptando-se a cada particularidade analisada. Gramsci entende a transformação da sociedade não apenas como um reflexo das contradições internas nas relações de produção, mas também exige uma prática consciente e organizada que busca superar essas contradições. A filosofia da *práxis*, assim, se relaciona com a análise teórica das condições materiais com a prática revolucionária, permitindo a transformação das condições sociais e políticas através da ação direta e da construção de uma hegemonia plena, completa.

desenvolvida por outros autores. Ele constrói, portanto, uma filosofia contrária às reduções históricas que apagavam o papel dinâmico da consciência e da vontade das massas (Gramsci, 1977; Frosini, 2017). Em vez disso, propõe uma filosofia que alia prática e teoria, orientada para a transformação social e política dos povos, possibilitando uma análise mais complexa e transformadora da realidade social a partir de uma perspectiva historicista absoluta.

Portanto, de maneira sumária, a categoria gramsciana de revolução passiva oferece um arcabouço teórico robusto para a análise de processos históricos cuja transformação vem acompanhada da manutenção de uma classe dominante, caracterizados pela coexistência e interpenetração de elementos revolucionários e restauradores. Esta noção é fundamental para entender transformações sociais onde a mudança não se dá de forma linear ou homogênea, mas mediante uma lógica que integra coerção estatal e a cooptação de demandas, furtando o protagonismo político das classes subalternas que, num processo revolucionário pleno, seriam dirigentes. Ressalte-se a perspectiva de noção em vista de que, na perspectiva dialética triádica do materialismo histórico, possui vários significados em conformidade com a sua tradução histórica específica e concreta, ponto coerente também com o historicismo absoluto gramsciano. Assim, a partir da elaboração original do autor sardo, busca-se traduzir, em seu sentido, as características da revolução passiva a partir da região do leste asiático na conjuntura do pós-Guerra. Isto é, compreender como se deu a reconstrução do Estado do Japão e da Coreia, mediada através da ocupação militar estadunidense nos dois países, a partir de uma perspectiva de ruptura, *a priori* total e, posteriormente, parcial, do *status quo*⁴ na região, como será percebido nas linhas subsequentes. Desta maneira, a partir da contribuição metodológica de Gray (2022) para o exame dos processos de revolução passiva, o presente capítulo busca identificar os “impulsos revolucionários vindos de baixo” (p. 8, tradução nossa), primeiramente na península coreana, e depois no Japão, para que possa-se compreender a primeira face do processo dialético desta chave gramsciana.

2.1 OS LEGADOS DO PASSADO: A OCUPAÇÃO JAPONESA E AS RAÍZES DA OCUPAÇÃO AMERICANA NA PENÍNSULA COREANA

A compreensão da ocupação estadunidense na região do Leste Asiático, principalmente na península coreana, só se faz possível, a partir da retomada de determinados elementos históricos que compõem uma conjuntura de crise no sistema de dominação

⁴ No sentido literal da frase em latim “*in status quo res erant ante bellu*”, ou seja “no estado em que as coisas se encontravam antes da guerra”.

imperial japonês. A começar, destaca-se que os impulsos revolucionários — cruciais para o entendimento do processo de revolução passiva na Coreia — refletem as tensões que surgiram a partir dos 35 anos da península sob jugo japonês (Gray, 2022). Kim (2000a) contribui com essa ligação entre a história dos dois países e os impulsos revolucionários na Coreia, ao afirmar que:

A memória nacional é crucial para a descoberta da identidade nacional. No entanto, não é uma simples reunião de memórias privadas, mas sim a memória nacional da classe trabalhadora coreana que foi construída através da lembrança de experiências diversas de luta e eventos sociais por um grupo de trabalhadores que compartilhavam um ambiente e condições sociais comuns. (p.63, tradução nossa, grifo nosso).

Dessa forma, busca-se pontuar determinados aspectos do regime de dominação japonês para possibilitar a compreensão da construção dessa identidade nacional coreana a partir desses fatos históricos que, experienciados por uma classe, construíram uma memória coletiva da história. Ancorados nessa identidade nacional, os impulsos revolucionários coreanos priorizaram a revolução nacional em relação à revolução de classe, no período imediato após sua libertação (Kim, 2009), como tratar-se-á mais adiante. As principais reivindicações da península recém-independente, recaem principalmente na liberdade de expressão e de maneira geral, nos direitos trabalhistas e na emancipação das mulheres; bem como no confisco das propriedades dos yangban⁵, tidos como traidores da nação, como elenca Gray (2022), e na redistribuição de riquezas. E é justamente sobre esses pontos experienciados pelos trabalhadores coreanos que esta seção se debruça.

A supressão da identidade nacional dos coreanos recaiu predominantemente sobre as classes subalternas da Coreia, especificamente sobre os trabalhadores (Kim, 2000a). Embora as políticas de erradicação dos nomes nativos coreanos, a imposição do uso da língua nipônica na península, o apagamento da religião nativa e a distorção da história da região a partir da perspectiva japonesa tenham afetado todos os coreanos de maneira semelhante, visando suprimir sua identidade enquanto grupo e nação, é diretamente sobre a classe trabalhadora que a estrutura colonialista de exploração exercia seu impacto (Cumings, 2005; Min, 2003; Visentini *et al.*, 2015). A partir dessas políticas de opressões comuns, construiu-se um sistema

⁵ Os yangban eram a elite social e política da Coreia durante as dinastias Koryo e Joseon, que se perpetuaram ao longo da história. Combinavam a aristocracia agrária com a burocracia confucionista, possuindo vastas propriedades e ocupando cargos de alto escalão na administração pública. Eram conhecidos por seu elevado nível de educação e influência na estrutura governamental, e sua posição era sustentada pelo sistema de exames confucionistas. Durante o jugo japonês, a classe yangban foi utilizada como ferramenta de manutenção do regime a partir de suas terras.

colonial organizado, com um Estado centralizado expressivo, semelhante ao ocorrido no Japão durante a Restauração Meiji, no qual se combinou a repressão violenta da oposição com a elaboração de novos mercados e indústrias (Cumings, 2005; Visentini et al., 2015). Todavia, Kim (2000a) ressalta que é a partir do preconceito e da descriminalização, manifestados pelos baixos salários e desprezo racial pelos japoneses, que a classe trabalhadora formou a base para a memória nacional.

Os locais de trabalho dessa classe conduzem a um segundo fator importante da ação japonesa na península: o investimento em modernização. Se política e socialmente, os coreanos “mal conseguiam respirar”, como coloca Cumings (2005, p.154, tradução nossa), economicamente houve um crescimento absoluto que, de mesmo modo, contribuiu para a criação dessa memória coletiva.

A enorme Companhia de Desenvolvimento Oriental organizou e financiou projetos industriais e agrícolas [...]. O Banco Colonial da Coreia desempenhou funções de banco central, como a regulação das taxas de juros [...]. *Corpos judiciais centrais escreveram novas leis estabelecendo um extenso sistema "legalizado" de discriminação racial contra os coreanos, tornando-os cidadãos de segunda classe em seu próprio país.* Empresas semi-oficiais e conglomerados, incluindo os grandes zaibatsu como Mitsubishi e Mitsui, *construíram ferrovias, portos, instalaram fábricas modernas e, enfim, remodelaram a face da antiga Coreia.* (Cumings, 2005, p.154, tradução nossa, grifo nosso).

Essa modernização, embora forçada e desigual, teve um impacto profundo na formação da classe trabalhadora coreana. A concentração física dos trabalhadores em áreas específicas devido aos projetos de infraestrutura e indústria promovidos pelo império nipônico facilitou a unificação dessa classe em torno de uma identidade comum de resistência e sofrimento compartilhado (Kim, 2009; Kim, 2000a; Visentini et al., 2015). A discriminação racial e a exploração econômica, com a memória de opressão, consolidaram um forte senso de identidade nacional entre os trabalhadores (Kim, 2000a). Assim, esse senso de identidade foi crucial para a mobilização política e social no período pós-colonial, onde as reivindicações de justiça social, direitos trabalhistas e reforma agrária ganharam destaque. A memória coletiva de resistência contra a dominação japonesa tornou-se, assim, um pilar fundamental na construção da identidade nacional coreana.

Outro fator cuja compreensão se faz fundamental para a análise do momento imediato à libertação nacional coreana, caracterizada como impulsos revolucionários enquanto primeira dimensão da revolução passiva (Gray, 2022), vai além do apagamento da identidade nacional coreana e da opressão violenta e discriminatória aos trabalhadores. O termo “*Comfort*

Women”, ou “Mulheres de Conforto”, foi um eufemismo usado para se referir à escravidão sexual no período do império japonês (Okamoto, 2013). A datar principalmente a partir de 1937, com a Guerra do Pacífico, esses episódios recorrentes dizem respeito à mobilização de cerca de 200.000 mulheres — principalmente jovens coreanas — para servirem de escravas em bordéis militares japoneses (Okamoto, 2013). Min (2003) elabora um argumento que intersecciona a colonização japonesa como principal elemento causal da escravização dessas mulheres, ao passo em que entende a hierarquia de gênero e os padrões patriarcais japoneses como complementares para a ocorrência desse fenômeno.

A opressão colonial japonesa sobre a classe trabalhadora coreana é claramente visível na exploração sexual sistemática das mulheres recrutadas por promessas enganosas ou coercitivas, destacando a interseção crítica entre colonialismo, classe e gênero (Min, 2003). Esses eventos, exacerbados a partir das desigualdades sociais e políticas durante o jugo japonês, moldaram profundamente a memória nacional da Coreia. E, portanto, refletiu uma luta contínua por justiça e reconhecimento que irrompe no momento de libertação nacional, crucial para compreender as reivindicações por direito e emancipação das mulheres, bem como as dinâmicas revolucionárias da era imediatamente pós-colonial (Kuki, 2013).

A vultosa autoridade coercitiva do império japonês sobre os coreanos, principalmente sob a classe trabalhadora — menos favorecida — permitiu a efetivação de uma identidade popular ancorada, sobretudo, na memória colonial que se desdobra em um sentimento antijaponês. Esse sentimento recai, inclusive, aos coreanos aliados do Japão na manutenção do sistema colonial. Cumings (1981) e Schwegendiek (2011) convergem ao apontar que os japoneses visavam fortalecer o poder burocrático central na Coreia como forma de proporcionar uma extração de recursos em uma escala econômica sem precedentes. Para isso, construiu-se na península, uma coordenação imperativa da alta classe coreana, os *yangban* e dos grupos emergentes coloniais — aristocratas, burocratas e proprietários de terras — com o Império japonês. Conquanto, “esses laços eram, na melhor das hipóteses, tênues, projetados para cooptar e impedir a dissidência, e não para proporcionar uma participação significativa nos assuntos de Estado” (Cumings, 1981, p. 11, tradução nossa). Além disso, Visentini (et al, 2015) destaca que apesar dessa relação tênue, os *yangban*, teve mantida sua legitimidade aristocrática a fim de disciplinar os camponeses e, portanto, garantir o crescimento econômico no campo, apesar de terem perdido seu poder político.

Ademais, os japoneses implementaram um novo sistema de registro de terras que consolidava o direito de propriedade nas mãos da elite *yangban* latifundiária. Esse sistema foi desenhado para beneficiar os grandes proprietários de terras, enquanto os pequenos camponeses, geralmente analfabetos e com pouco acesso a recursos, encontravam dificuldades para registrar seus direitos tradicionais sobre a terra (Visentini et al, 2015). Como resultado, muitos desses camponeses perderam a capacidade de reivindicar formalmente suas pequenas parcelas de propriedade. Assim, o sistema de registro não só favoreceu a acumulação de terras e, por extensão, de riqueza, por parte dos grandes proprietários, mas também exacerbou a desigualdade social e econômica, de modo que o sentimento antijaponês se estendesse à elite coreana também (Gray, 2022; Kim, 2000a).

Com o final da Guerra do Pacífico, enquanto materialização da Segunda Guerra Mundial no Leste Asiático, o Japão, derrotado pelos Aliados⁶ deu início ao seu processo de rendição tanto da Guerra, quanto de suas ocupações coloniais na Coreia, Taiwan, Indochina, entre outras. O processo de retirada do Japão na península coreana teve início em 15 de agosto de 1945, mas foi consolidado somente em 9 de setembro de 1945, quando o general japonês Abe Nobuyuki entregou oficialmente o controle da península para as forças armadas americanas, que passaram a ocupar o sul da península, sob comando de John R. Hodge (Cumings, 2005; Dower, 1999). Este evento marcou o fim oficial do Império Japonês e a conclusão da Segunda Guerra Mundial no Pacífico. No entanto, a saída das forças japonesas implicou quase imediatamente na segmentação do território coreano com a ocupação militar dos Estados Unidos (EUA) ao sul, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ao norte (Cumings, 2005).

Conquanto, é de suma importância explicitar que, muito antes da Guerra da Coreia, iniciada em 1950, dias antes da rendição japonesa, a península coreana já estava dividida politicamente. Cumings (2005) ressalta que o iminente vácuo de poder, com a retirada das tropas nipônicas, e o interesse dos EUA em guiar a reconstrução da região, levaram à decisão de dividir geograficamente a Coreia ao longo da linha imaginária traçada pelo Paralelo 38°, 38° graus ao norte da linha do Equador. Essa divisão, que a princípio visava guiar a reconstrução do Estado coreano, formalizou a ocupação estadunidense ao sul do Paralelo, e a

⁶ Os “Aliados” foram uma coalizão militar formada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido, França, Estados Unidos da América e outros países que se uniram contra as potências do “Eixo” durante a Segunda Guerra Mundial. O Eixo era composto por Alemanha, Itália e Japão, que buscavam expandir seus territórios através de políticas militaristas e imperialistas.

soviética, ao norte (Chang-Il, 2010). E, assim, moldou, a partir da segmentação geográfica, toda uma estrutura política nas duas partes da península.

Para encerrar a presente seção, é imprescindível sumarizar os aspectos que antecederam as relações de reconstrução do Estado coreano, a fim de buscar esclarecer um ponto de início do processo revolucionário passivo na região. Para isso, buscou-se levantar determinadas características das relações político-econômicas entre os países, como as diferentes dimensões da opressão colonial japonesa, que fomentaram a construção da identidade nacional coreana baseada no nacionalismo e no revanchismo contra o Japão e impulsionam as demandas revolucionárias no momento da libertação. Outrossim, a ocupação japonesa na península foi marcada sobretudo pelo processo dialético de contradição, comum entre as experiências coloniais, que alia o sistema repressivo e coercitivo com a modernização e desenvolvimento econômico de um país. A supressão da identidade nacional recaiu especialmente sobre a classe trabalhadora, cujas experiências de exploração e discriminação racial foram cruciais para a construção de uma memória coletiva de resistência (Kim, 2000a; Cumings, 2005; Min, 2003).

Ademais, os impulsos revolucionários que emergiram após o fim da ocupação japonesa refletiram, como será apresentado a seguir, a profunda insatisfação com o sistema colonial e a busca pela emancipação da classe trabalhadora coreana. A mobilização política foi impulsionada pela memória de opressão e pela luta compartilhada, que incluiu a resistência contra a exploração econômica e a supressão de direitos que, naquele momento, sobressaltam-se em relação a uma luta entre classes nacionais (Kim, 2009; Kim, 2000a), ainda que houvesse um conflito entre a classe trabalhadora e os *yangban*. Apesar de tal mobilização ser desmanchada a partir da faceta conservadora do processo de revolução passiva, representada pela aliança do Estado coreano com a ocupação estadunidense ao sul da península, como será exposto.

2.2 O ESTADO COMO AGENTE DE RESTAURAÇÃO: A REVOLUÇÃO PASSIVA NA COREIA E O PAPEL DO "TIPO PIEMONTÊS" DO ESTADO.

Uma vez demonstrados os fenômenos que fundamentaram a memória coletiva da classe trabalhadora coreana, que, por extensão, serviu de base para a construção de um forte sentimento nacionalista na península, busca-se aprofundar na elaboração gramsciana sobre o processo de revolução passiva. Para que, assim, se possa elucidar uma perspectiva holística

sobre o movimento dialético de transformação e restauração na Coreia, que servirá, semelhantemente, à situação japonesa.

O primeiro passo fundamental é reiterar a tradução da chave gramsciana de hegemonia enquanto revolução passiva no Leste Asiático, para que se possa precipitar as particularidades desse movimento na Coreia e, mais adiante, no Japão. E, em seguida, concluir um argumento sistemático dessa primeira face do processo de revolução passiva, que recai após o fim da 2ª Guerra Mundial em 1945 e tem seu declínio a partir da década de 1950. Para esse último momento, tratar-se-á sobre a repressão dos impulsos revolucionários na península coreana a partir da ocupação estadunidense e, por extensão, da retomada de determinadas características coloniais no país.

Apesar do recorte inicial do conceito de revolução passiva em Gramsci incidir sobre o processo do *Risorgimento* Italiano, tal conceito carcerário é dinâmico e, portanto, adquire outros sentidos ao longo dos escritos na prisão. Gramsci (1971) remodela o significado dessa chave quando a aplica na Alemanha de Bismarck, no qual se converge com o caso italiano ao carecer de um movimento revolucionário expressivo vindo das classes subalternas. Conquanto, ao longo dos escritos, a chave de revolução passiva também é usada para entender a transição das relações sociais de certas estruturas político-econômica para o capitalismo. E, posteriormente, para mudanças internas desse sistema, como, por exemplo, o fascismo italiano enquanto resposta à concorrência econômica de outros países industrializados inseridos na lógica capitalista (Gramsci, 1971; Thomas, 2006).

A partir disso, a aplicação da chave de hegemonia enquanto revolução passiva para entender o processo de modernização conservadora no Leste Asiático se torna possível, quando se considera suas particularidades. Uma vez que as aplicações originais de Gramsci (1971), de maneira geral, buscam analisar os processos de uma sociedade em que as tensões indutoras de revolução — isto é, os impulsos revolucionários — são simultaneamente suprimidas e realizadas (Callinicos, 2010), compondo assim a unidade dialética entre revolução e restauração. Assim, o próximo passo é destacar uma das particularidades do processo de revolução passiva no Leste Asiático, que se traduz da elaboração original sobre a função do Piemonte no *Risorgimento* Italiano.

Como inicialmente esclarecido, o conceito de revolução passiva originalmente descreve um processo em que as transformações são impostas "de cima para baixo", ou seja, a

partir do Estado, ao invés de serem impulsionadas pelas classes subalternas, como nos casos de hegemonia plena, exemplificados no jacobinismo francês e nos soviéticos. Gramsci (2002) usa o exemplo do *Risorgimento* Italiano para ilustrar esse fenômeno. Segundo o autor, o governo de Piemonte emergiu como o dirigente na modernização conservadora da Itália, uma vez que as classes subalternas falharam em formar um movimento expressivo e eficaz politicamente. E de modo semelhante, esse processo se traduz no Leste Asiático.

Neste cenário, o papel do Estado de Piemonte pode ser comparado ao de um partido político dirigente, de uma organização civil ou semelhantes, não obstante a sua estrutura estatal (Gramsci, 2002). Com um exército, um corpo diplomático e outras instituições, o Estado de Piemonte assumiu a função de comandar o processo de transformação social na Itália. Nesse sentido, o Estado, por meio de compromissos com a classe dominante, atende determinadas demandas populares, reivindicadas pelos impulsos revolucionários, ao passo em que assume uma reação conservadora à possibilidade de transformação radical “vinda de baixo”, logo, das classes subalternas (Gramsci, 1977).

Todavia, quando é colocado “grupo dirigente”, considera-se a heterogeneidade e complexidade intrínseca à vida social, e assim, compreende-se que no processo revolucionário há também uma disputa de interesses entre esses grupos e subclasses. Ainda que todas tenham seu protagonismo substituído pelo papel do Estado, como corroborado no seguinte trecho:

Este fato é de máxima importância para o conceito de “revolução passiva”: isto é, *que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o “dirigente” do grupo que deveria ser dirigente* e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática. Pode-se fazer referência àquilo que foi chamado de função do “Piemonte” na linguagem político-histórica internacional. (Gramsci, 2002, p. 329, tradução nossa, grifo nosso)

O Estado nacional, portanto, ao adotar a função que traduz o modelo piemontês, possibilita a preservação e a reorganização da posição das classes dominantes históricas, em consonância com as transformações nos modos de produção e na organização social (Gramsci, 1971). No contexto coreano, há duas particularidades fundamentais para a compreensão da função do tipo Piemonte do Estado enquanto resposta aos impulsos revolucionários, a serem explicadas a seguir. O primeiro ponto é que as classes dominantes coreanas se alicerçam através da estrutura colonial japonesa, principalmente dos segmentos que tange a burocracia do Estado, o exército e a polícia nipônica (Gray, 2022). Já um segundo fator fundamental é o período de soberania limitada tanto na Coreia como também no Japão

no período pós-Guerra, que aliou o Estado nacional com os interesses estadunidenses — *a priori* — de maneira direta com as autoridades militares estadunidenses, “e depois por consultores e especialistas após o início ou o retorno da soberania formal” (Gray, 2022, p.8, tradução nossa). Isto implica que a função de Piemonte do Estado, portanto, se deu não somente com o Estado coreano, mas principalmente com as forças armadas estadunidenses no país.

Uma vez aprofundado, à sua maneira, a chave gramsciana de revolução passiva enquanto hegemonia, e por conseguinte, sua dimensão restauradora como resposta às tensões indutoras do processo revolucionário, analisa-se o momento caracterizado pelas reivindicações revolucionárias das classes subalternas coreanas, e seus desdobramentos. Assim, os impulsos revolucionários coreanos têm sua gênese a partir dos 35 anos de período colonial e estão solidamente apoiados no nacionalismo desenvolvido a partir de uma identidade coletiva, como demonstrado nas linhas anteriores. No período imediato à libertação, o uso da bandeira e do hino nacional se tornaram símbolos formais da soberania recém-conquistada na península, e serviram como ferramentas ideológicas para reforçar a memória nacional e fortalecer a identidade nacionalista coreana (Cumings, 1981; Kim, 2000a). Desta maneira, “a nação tornou-se uma espécie de substituto para a classe operária como sujeito primordial da revolução” (Armstrong, 2003, p. 60, tradução nossa).

2.2.1 Dinâmicas revolucionárias na Coreia.

Nos dias seguintes, após a rendição japonesa na Guerra, a classe trabalhadora coreana passou a realizar uma série de reivindicações ancoradas na reversão de determinados fatores coloniais. Principalmente visando a construção de um “Estado de libertação”, como aponta Kim (2000a). Isto é, um Estado livre, diametralmente oposto àquele construído durante o jugo japonês, ancorado em princípios nacionais socialistas coreanos, que eram fundamentados numa “comunidade imaginária” — ou seja, um sentimento comum que, originário da memória coletiva do período colonial, se desdobra na formação de uma identidade e lealdade em torno de um propósito (Schwartz, 1986 apud Kim, 2000a).

Desta forma, com a retirada dos capitalistas japoneses das empresas e fábricas coreanas, as classes subalternas da Coreia organizaram diversas campanhas e movimentos que lutavam por direitos trabalhistas em geral, bem como a socialização das propriedades produtivas nipônicas e daqueles considerados traidores nacionais. Diversas fábricas passaram

a ser autogestionadas pelos trabalhadores coreanos, e se desenvolveu, dentro desse processo de retomada de determinados bens nacionais, a organização do Comitê Autônomo de Fábrica (CAF) (Kim, 1993). O CAF engajou o movimento nacionalista coreano e, “à medida que os trabalhadores operavam fábricas e se envolviam em outras campanhas, suas ideias e memórias se centravam em princípios de construção do Estado” (Kim, 2000a, p.75, tradução nossa).

Assim, diversos outros Comitês Populares⁷ (CPs) passaram a despontar nas semanas seguintes à libertação. Dentre eles, Cumings (1981) ressalta o papel do Comitê para a Preparação da Independência Coreana (CPIC). Com a sua criação, ainda em agosto de 1945, formalizada e representada pelo político coreano Yŏ Unhyŏng, o CPIC estabeleceu diversos CPs locais que, *a priori*, atuavam como órgãos governamentais em várias regiões do país. Esse movimento, muito rapidamente, se espalhou de norte a sul na península e representou uma tentativa de unir os mais diversos grupos políticos — que ganharam vida com a libertação — em torno de uma visão comum de independência (Cumings, 1981). Rapidamente, o CPIC passou a sofrer diversas pressões externas, dos Aliados, principalmente dos estadunidenses que ocuparam o sul da península nas primeiras semanas de libertação. E também com as intempéries internas, simbolizadas pelos conflitos ideológicos dos mais diversos grupos que compunham esses conglomerados de CPs na Coreia, com menção especial ao embate político entre os nacionalistas e comunistas coreanos (Cumings, 1981). Apesar das pressões para desmanchar o expressivo poder político que o Comitê conquistara ao longo dessas semanas iniciais, em 6 de setembro, centenas de membros ativistas do CPIC, anunciaram um elemento fundamental para a compreensão dos impulsos revolucionários coreanos: a República Popular da Coreia (RPC)⁸. Sobre a criação da RPC, Cumings ressalta seu intuito originário:

A principal razão para essa ação precipitada foi a chegada iminente das forças de ocupação americanas. Os líderes do CPIC queriam estabelecer um governo coreano ostensivo, tanto para mostrar que os coreanos podiam administrar seus próprios negócios quanto para impedir uma tutela americana prolongada ou a instalação no poder de outros coreanos que pudessem ganhar o favor americano. (1981, p. 84, tradução nossa)

⁷ As organizações políticas coreanas, no breve momento de entre o colapso da administração colonial e a ocupação internacional na península, surgiram em diversas províncias da península. Todavia, por conta da velocidade do processos, que se deu em poucos dias, as organizações estabelecidas tomaram uma variedade de nomes e de métodos organizacionais, sendo chamados genericamente de Comitês Populares, mesmo representando uma ampla diversidade de ideologias políticas, de princípios, objetivos, e afins (Visentini, *et al.*, 2015).

⁸ O governo provisório da República Popular da Coreia (RPC) se diferencia da República Popular Democrática da Coreia (RPDC), no caso, conhecida também como Coreia do Norte.

O intuito, portanto, corrobora com a proposta inicial da CPIC, que, no caso, recai sobre a tentativa de que o processo de reconstrução estatal coreano fosse guiado de maneira independente pelos seus nacionais. Os conflitos políticos e ideológicos de agosto de 1945 já estavam embebidos de interesse internacional. Assim, os líderes dos CPs coreanos buscaram antecipar uma série de demandas e projetos a fim de concretizar a luta nacional ante à ocupação estadunidense e soviética (Cumings, 1981). E, destarte, uma vez estabelecida essas duas instituições basilares, iniciou-se um processo revolucionário pragmático, material. Os líderes do CPIC convocaram uma assembleia representativa, proclamaram a República e iniciaram um processo eleitoral para verificar a vontade popular coreana (Cumings, 1981). Outrossim, para a organização interina até as futuras eleições gerais, foram escolhidos mais de 50 líderes nas primeiras semanas de setembro. Poucos dias depois, o CPIC respaldado pela RPC recém-fundada, declara uma plataforma de 27 pontos a fim de combater o legado do imperialismo japonês, denominada Declaração do Comitê Popular Central da RPC:

Estamos determinados a demolir o imperialismo japonês, suas influências residuais, facções antidemocráticas, elementos reacionários e qualquer influência estrangeira indesejável em nosso estado, e a estabelecer nossa completa autonomia e independência, antecipando assim a realização de um estado autenticamente democrático. (Chung, 1956, p.304, tradução nossa)

Com base no sentimento nacionalista coreano, ancorados no sentimento antijaponês e estendido à classe *Yangban*, uma série de pautas foram levantadas a fim de apagar a memória de humilhação do período colonial (Cumings, 1981; Kim, 2000a; Kim, 2009). Se num primeiro momento, o CAF desponta no processo revolucionário coreano ao retomar fábricas de capitalistas nipônicos, e implementar um sistema de autogestão muito bem fundamentado na pauta dos direitos trabalhistas (Kim, 1993), a plataforma do CPIC se aprofundava ao passo em que tonificava a emancipação identitária coreana.

Os pontos elaborados exigiam a redistribuição gratuita de terras aos trabalhadores dessas, a partir do confisco sem reparação daquelas terras detidas pelos japoneses em colaboração com a classe latifundiária coreana. A nacionalização de grandes indústrias e conglomerados, como os representantes do *Zaibatsu*, que construíram ferrovias, minas, fábricas e fortaleceram a instauração de grandes bancos, tecnologias de comunicações no período colonial, também era um dos pontos fundamentais das teses. A reiterar, essas instituições, a partir de corpos judiciais centrais do Império Japonês, realizaram a manutenção do sistema legalizado de discriminação racial contra os coreanos na própria península (Cumings, 2005).

Além disso, subvertendo a supressão identitária coreana, a fim de emancipá-los não só enquanto classe, mas principalmente como nação (Kim, 2009), a plataforma estabelecida pelo CPIC buscava garantir a retomada identitária das classes subalternas coreanas. Assim, visavam retomar a liberdade de manifestação política e religiosa, mas principalmente a emancipação das mulheres, escravizadas sexualmente nas últimas décadas do regime colonial, relacionada não só no exercício da cidadania, portanto, no voto, mas também na igualdade de gênero (Chung, 1956).

Por fim, um ponto fundamental se destaca. Ainda nessa declaração, é apontado uma concepção de que as grandes potências internacionais deveriam contribuir para o restabelecimento autônomo da Coreia enquanto futuro Estado independente. Supostamente, a ocupação internacional na península tinha a finalidade de guiar essa reconstrução aos moldes coreanos a princípio. Apesar da fundação da RPC e da presente declaração serem uma espécie de aviso à ocupação soviética e estadunidense na península, a fim de evitar uma interferência política direta, a Declaração do Comitê Popular Central da RPC, propõe uma cooperação internacional:

Doravante, nosso objetivo deve ser garantir uma rápida melhoria no padrão de vida do povo coreano como um todo e sua liberdade política, e estabelecer a paz mundial por meio de nossa cooperação com os EUA, URSS, Inglaterra, China e todos os outros países democráticos amantes da paz [...] e uma oposição positiva a quaisquer influências estrangeiras que interfiram nos assuntos internos do nosso Estado. (Chung, 1956, p. 34-36, tradução nossa)

Os pontos da Declaração, fomentaram expressivamente o nacionalismo revolucionário coreano, dando mais força à luta política que dominava as primeiras semanas de rendição japonesa (Cheong, 1991a). A reiterar, o processo de reversão de determinados fatores coloniais pelos coreanos representou uma tentativa emblemática de subverter as práticas opressivas impostas pelo colonialismo japonês. Enquanto o domínio imperial japonês na península foi marcado pela exploração econômica e pela supressão sistemática da identidade nacional coreana, os movimentos populares emergentes em 1945 buscaram redefinir os contornos de uma sociedade pós-colonial (Cheong, 1991a). Em contraste com as políticas coloniais que privilegiavam a acumulação de capital japonesa por meio da exploração do trabalho coreano e a manutenção de um sistema de discriminação racial, as propostas de libertação enfatizavam a redistribuição equitativa das riquezas, a socialização das propriedades produtivas e a emancipação política e social das classes coreanas. Essas medidas visavam não apenas reverter os legados do imperialismo, mas também construir um Estado soberano e autônomo, onde os direitos sociais e a identidade nacional fossem restaurados e

fortalecidos, reconfigurando a estrutura de poder que outrora sustentava a dominação colonial (Cheong, 1991a).

Apesar do projeto feito pela RPC, amplamente fundamentado em princípios nacionalistas e socialistas coreanos, com foco na reforma agrária e na emancipação da classe trabalhadora — a partir das consultas pelos CPs espalhados na península — o programa estabelecido nas primeiras semanas de libertação foi amplamente criticado. Dentre diversos fatores que contribuíram para o enfraquecimento do poder político das classes subalternas coreanas, a gênese do Partido Democrático Coreano (PDC), a partir da fragmentação política dos CPs, enquanto opositor do programa da CPIC e da RPC e aliado ao comando estadunidense no país, se apresenta como principal motor causal (Cumings, 1981). Composto por diversas frentes políticas, o CPIC enfrentou duras críticas dentro do próprio movimento em diversos momentos da sua curta existência.

A pressa do Comitê em organizar um movimento de massas ainda em agosto de 1945, com a iminente ocupação estadunidense no início de setembro, falhou ao não organizar uma campanha de propaganda e mobilização em massa para conectar os líderes dos CPs com a classe trabalhadora no geral, como aponta alguns jornais da época levantados por Cumings (1981). Apesar de numerosa, a assembleia de 6 de setembro, que anunciou a agenda política da RPC, foi consideravelmente restrita, uma vez que não contava com a presença da população, mas apenas dos líderes do CPIC e da RPC. Assim, a escassez da presença popular na tão simbólica Assembleia, transformou-a em algo semelhante a um “órgão burocrático burguês isolado” (Cumings, 1981, p. 90, tradução nossa). Completamente descolada das massas, a ala socialista e revolucionária do movimento não mediu críticas por meio das rádios e jornais, ao passo em que os setores conservadores e burgueses — ainda que em menor número — se opunham às determinadas resoluções na erradicação do legado japonês, como a questão da distribuição de terras sem ressarcimento aos latifundiários. Nessa conjuntura de oposições, as afirmações da busca pela erradicação do legado japonês e pela soberania popular sem um projeto pragmático, ou um programa que estruture esses objetivos, também foram apontadas por críticos da época (Cumings, 1981).

Não somente as crises internas dos CPs foram responsáveis pela carência de força política das classes subalternas nos meses seguintes à libertação. O PDC tem um papel fundamental nesse processo. Sua gênese advém da aliança da burguesia fundiária coreana recém-expropriada com outros colaboradores do regime japonês, como membros da polícia

imperial ou proprietários de grandes fábricas. Após a socialização de diversas terras pelos Comitês, e a inflamação do sentimento antijaponês — que se desdobrava aos colaboradores coreanos do regime — por meio das rádios e jornais, também dominados pelos CPs, inúmeros grupos desconexos da classe dominante coreana buscaram fundar organizações políticas representativas, Cumings (1981) cita a busca pela fundação do Partido Nacionalista Coreano, do Comitê Preparatório para um Congresso Nacional e do Comitê Preparatório para Receber o Retorno do Governo Provisório Coreano. A partir da aliança dessas organizações, representantes dos interesses burgueses, e símbolos do medo do processo revolucionário ocorrente, fundou-se o PDC (Cumings, 1981). Mesmo sem uma base popular, uma vez que a população coreana era majoritariamente formada por camponeses pobres (Cumings, 2005), o PDC teve apoio dos estadunidenses ao sul do Paralelo 38° — logo após sua chegada, em 9 de Setembro de 1945 — principalmente nas pautas anti-comunistas e contra-revolucionárias, marcando o início da supressão dos impulsos coreanos, como aprofundados a seguir.

Como visto, embora os primeiros movimentos de emancipação tenham sido amplamente fundamentados em princípios nacionalistas e socialistas, o rápido avanço do CPIC e da agenda da RPC, enfrentou obstáculos significativos tanto internamente quanto externamente. Internamente, as tensões entre diferentes facções políticas criaram divisões dentro do movimento⁹. As críticas à liderança do CPIC, especialmente em relação à falta de envolvimento popular na Assembleia de setembro de 1945, minaram a legitimidade da organização, levando a uma fragmentação política que enfraqueceu as bases revolucionárias. Externamente, a chegada das forças de ocupação americanas ao sul da península coreana marcou um ponto de inflexão crucial.

A repressão sistemática dos movimentos populares pelos EUA, que visavam conter a presença comunista na região, resultou principalmente no desmantelamento dos CPs ao sul, e na neutralização dos esforços de autogestão liderados pelas classes subalternas. Este momento representou, apoiado no PDC o declínio dos impulsos revolucionários iniciais e a imposição de uma nova ordem política que, embora inicialmente mascarada pela retórica de apoio à

⁹ Apesar das críticas e divergências internas na vanguarda do CPIC, o projeto de estabelecimento da soberania, em termos de organização e mobilização da agenda nacional no sul da península, revelou-se o mais duradouro e frutífero. Cumings (1981) ao levantar essa ideia, destaca que, ao organizarem a gestão de inúmeros CPs e desenvolverem sindicatos de camponeses, deram o passo inicial para a participação política das massas. Embora tenham enfrentado diversos desafios, conseguiram manter a paz por três semanas em um período de extrema volatilidade política e social. E o autor continua: “Sem a intervenção estrangeira, a RPC e as organizações que patrocinou teriam triunfado por toda a península em questão de meses” (Cumings, 1981, p.91, tradução nossa).

reconstrução, visava consolidar o controle sobre a península e impedir a formação de um Estado coreano independente baseado nos ideais revolucionários iniciais (Augustine, 2017).

2.2.2 Curso inverso: a imposição da ordem na parte sul

Durante a ocupação americana, datada no início de setembro, o PDC emergiu enquanto aliado para os estadunidenses, ao passo em que buscava, como principal objetivo, extinguir a presença política da RPC e do CPIC. Apesar de suas ligações com o regime colonial, a liderança do PDC organizou diversas reuniões e informes ainda nos primeiros dias de ocupação, a fim de construir uma imagem de que a RPC, liderada por nacionalistas, tinha fortes ligações pró-japonesas e comunistas (Cumings, 1981)¹⁰. Os EUA rapidamente fomentaram a legitimidade política do PDC e os reconheceram como um dos principais partidos da península, mesmo que esse estivesse concentrado somente em Seul e não possuísse relevância política para os coreanos naquele momento.

Por outro lado, a ocupação americana, também apontada na literatura como Governo Militar do Exército dos Estados Unidos na Coreia (GMEEUC), dissolveu a República Popular da Coreia, na parte sul da península ainda nas primeiras semanas, e com ela, diversos CPs também perderam poder político no decorrer dos meses finais de 1945 (Augustine, 2017, Cumings, 1981). A repressão dos impulsos revolucionários na Coreia, ao menos em Seul, simbolizados pela repressão da organização agrária dos CPs, tanto de maneira física quanto sistemática e ideológica, se deu a partir da restauração de determinados aparatos estatais do período colonial. Dentre eles, destaca-se a ponderação inicial do governo estadunidense de continuidade das leis coloniais, que, futuramente, foram usadas para a repressão dos movimentos contrários à ocupação.

Até novo aviso, e exceto conforme previamente revogado ou abolido, todas as leis que estavam em vigor, regulamentos, ordens, avisos ou outros documentos emitidos por qualquer governo anterior da Coreia com força de lei em 9 de agosto de 1945 continuarão em vigor até serem revogados pela autoridade competente. (HUSAFIK, vol. 3, p. 36, apud Cumings 1981, p. 159, tradução nossa)

O Decreto n.º 21, promulgado em 2 de novembro de 1945, preservou determinados elementos do regime colonial, e, à semelhança da maioria das reformas implementadas durante o período de ocupação estadunidense, concentrou-se predominantemente nas agências

¹⁰ De acordo com o autor, diversos colaboradores japoneses e grandes proprietários de terras forneceram apoio financeiro ao Comitê Preparatório para a Independência da Coreia, a fim de mitigar a perspectiva negativa e crítica sobre sua imagem, o que serviu de argumento para os rivais políticos, como o Partido Democrático da Coreia (PDC), alegarem que o CPIC tinha laços pró-japoneses. Isso foi utilizado pelos estadunidenses para deslegitimar a organização e fortalecer a posição do PDC durante a ocupação americana na Coreia do Sul.

responsáveis pela manutenção da lei e da ordem (Cumings, 1981). O Departamento de Justiça e a Polícia Nacional da Coreia (PNC) permaneceram sob o controle direto dos estadunidenses até o final de 1945. Nesse contexto, Cumings ressalta o processo de "coreanização" dessas instituições, o que representou a transferência formal de poder das mãos dos japoneses para os coreanos. No entanto, tal transição ocorreu sem reformas significativas nas estruturas institucionais (Cumings, 1981). Dessa forma, embora os cargos de comando tenham sido ocupados por nacionais coreanos, os regulamentos, as funções e, sobretudo, a amplitude do poder dessas instituições permaneceram inalterados, muitas vezes superando os limites comumente observados em suas contrapartes em outros sistemas políticos.

As reformas, em sua grande maioria, eram concretizadas, visando a centralização do poder dessas agências, normalmente em cenários de repressão aos movimentos contra a Ocupação. Com exceção de algumas leis específicas, como aquelas que promoviam o culto ao imperador ou tinham relação com discriminação racial (Cumings, 1981). Dessa maneira, o processo dos impulsos revolucionários coreanos, propensos à conquista de uma hegemonia plena e completa, caminhava, gradualmente, para um processo dialético conciliatório entre o passado colonial e a modernização capitalista e “democrática”. E confluiu os diversos movimentos de luta social coreana, para uma modernização, portanto, um período mais desenvolvido que o colonial em diversos setores, porém com características não só conservadoras, mas, nesse sentido, retrógradas, ao restituir características coloniais mesmo sem o regime formalmente implantado. Portanto, a luta política coreana estava sendo guiada pelos estadunidenses a um processo de tradução da chave de revolução passiva de Gramsci no Leste Asiático (Gray, 2022).

Sem força política, os movimentos transformadores revolucionários do início de agosto, enfrentaram um sistema de justiça colonial recém restaurado e expressivamente centralizado e com amplos poderes, ainda no fim do mesmo ano (Cumings, 1981); seus cargos nas instituições provinciais contavam com numerosos membros do PDC. Na prática, o Decreto supracitado deu continuidade à Lei que Proíbe Reuniões Políticas de 1910 e à Lei de Preservação da Paz de 1907, que permaneceram até 1948, com a nova Constituição e, por extensão, até a saída militar estadunidense da península. Bruce Cumings ressalta o papel dessas leis enquanto ferramentas de repressão à oposição (1981): prisões preventivas em massa, censura nas rádios e jornais e a supressão de qualquer atividade considerada inimiga na visão estadunidense.

Enquanto as instituições do governo provisório estadunidense na península, estruturalmente minaram qualquer tipo de liberdade material de manifestação política, dissolvendo os CPs ao sul, restaurando leis e instituições ligadas diretamente à estrutura burocrática colonial, a PNC garantia a viabilidade prática dessas políticas. Relatórios estadunidenses citados por Cumings (1981) apontam a PNC como totalmente niponizada, moldada enquanto uma força contra-revolucionária, munida de informantes e agentes cujo objetivo elementar era o controle das reuniões políticas, como no período colonial. Uma segunda característica importante da PNC é a sua composição pessoal, fortemente ligada ao PDC, a reiterar, fundado a partir da burguesia coreana que, nas primeiras semanas de libertação, foram expressivamente afetadas pelos CPs rurais (Cumings, 1981). O que implicava no fortalecimento do PDC sob a repressão das manifestações e movimentos populares, a partir da ilegalidade de outros partidos ou organizações que, por um breve período, tiveram uma relevância política.

A restauração, aqui, clarifica o processo de revolução passiva no país. Os impulsos revolucionários dos nacionalistas coreanos perderam forças organizacionais e políticas a partir da ocupação americana e seu expressivo apoio — direto e indireto — ao partido composto pelos latifundiários e outros coreanos colaboradores do período colonial, focado em suprimir as reivindicações das classes populares que, em coletivos, tendiam à conquistar sua emancipação enquanto nação soberana. Conquanto, a revolução passiva não deve ser entendida enquanto sinônimo de contrarrevolução ou contrarreforma, ainda que, numa perspectiva minuciosa, se encontre determinadas instituições ou organizações que tenham essas características, como no caso do PDC. Coutinho (1989) ressalta que o aspecto da restauração do processo dialético da revolução passiva não nega ou suprime certas modificações materiais, isto é, não se apresenta enquanto um sinônimo de contra-revolução.

Dessa forma, ao passo em que o governo estadunidense minava qualquer movimento revolucionário ao sul do Paralelo 38°, concedia-se uma série de elementos reformistas para mitigar os apelos socialistas revolucionários dissipados pela zona de ocupação soviética ao norte (Gray, 2022). E, assim, impor um grau limitado de governo a partir do consenso, cujas ferramentas estavam associadas ao estabelecimento das bases de um estado formalmente democrático, com uma constituição, um sistema eleitoral e a permissão do processo de reforma agrária (Gray, 2022).

Esses três elementos que guiaram a ocupação americana na Coreia até 1948, *a priori* progressistas e modernizadores, são, do mesmo modo, dialéticos e conservadores. Henderson (1968) ressalta que a constituição coreana de 1948, estabeleceu um regime presidencial forte sob a personalidade de Syngman Rhee, a partir de uma assembleia constituinte majoritariamente conservadora, passiva à ocupação americana, que pouco sabia dos princípios constitucionais. Uma linha tênue entre autocracia e democracia moldou o caráter da Constituição, e depois, da proclamada República da Coreia, no qual a contribuição da burocracia herdada dos japoneses persistiu, formando uma democracia fraca e instável, apesar da tentativa estadunidense de realizar certas reformas democráticas (Henderson, 1968).

Em essência, [a constituição] continha muitas das mesmas falhas da Constituição Meiji, que, na verdade, serviu como a referência mental direta para os redatores coreanos. Ao conceder direitos ao povo, mas sujeitá-los a restrições legais, a constituição apenas os garantia de maneira nominal; a separação de poderes foi, na prática, se não em princípio, rejeitada. O verdadeiro significado do Estado de Direito não existia. (Henderson, 1968, p. 159, tradução nossa)

Destarte, produto do GMEEUC, a Constituição coreana de 1948 caracteriza a conclusão da tomada da direção do processo político revolucionário de reconstrução de um Estado coreano, no qual os impulsos das classes subalternas no final de 1945 é substituído ao longo dessa década pelos interesses do capital internacional, portanto, dos EUA. Assim, este recai sobre um período onde as “conquistas” são concedidas de “cima para baixo”, sob a égide de um Estado — configurado pela aliança dos conservadores coreanos com os estadunidenses — que se assemelha ao Estado Piemontês esclarecido por Gramsci (1971). Uma vez que a Constituição instaura uma democracia aos moldes liberais hegemônicos e contribui para a propagação de ideias anticomunistas, liberais e conservadoras, minando sistematicamente determinados direitos e criando um Estado com características autocráticas.

As eleições, sufocadas pela retórica anticomunista — que visava criar um inimigo comum simbolizado pela ocupação soviética na península e pelos impulsos revolucionários no momento imediato à libertação — estava embebida de limitações de liberdades essenciais de um processo eleitoral (Mobrand, 2019; Henderson, 1968). Todavia, a retórica anticomunista não sustenta, sozinha, toda a relação causal com a supressão do sistema democrático coreano. Armstrong (2008) e Cumings (1989) destacam que a supressão dos impulsos revolucionários concomitante a concessão de determinadas reivindicações sociais a partir do Estado, expressado por essa face da revolução passiva, e, portanto, na hegemonia incompleta, dialética, na península, se dá enquanto resultado de conflitos e negociações entre os militares e a elite empresarial coreana, amparados pelos EUA. O principal objetivo dessa

questão, portanto, recai sobre a concretização da desmobilização do setor popular, no qual não só a repressão serve como ferramenta de controle, mas também as concessões políticas, como o estabelecimento de um Estado democrático (Armstrong, 2008; Cumings, 1989). Mobrand complementa essa ideia ao articular sobre a oposição conservadora: “Como o papel político do trabalho permaneceu ilegítimo e a oposição permaneceu conservadora, escolhida a dedo pelos governantes militares americanos após 1945, novas forças falharam em emergir” (2019, p.9, tradução nossa). Deste modo, as limitações das liberdades no processo democrático apareciam como resultado de leis que dificultavam a participação de partidos e candidatos não alinhado com o governo, bem como a retórica da segurança nacional e do comunismo para repressão de atividades políticas e manipulação do processo eleitoral (Mobrand, 2019).

Além da Constituição e da implementação de "eleições democráticas", outra concessão "vinda de cima" que se destacou no processo revolucionário passivo de reconstrução do Estado coreano foi a reforma agrária. Essa questão já fazia parte do discurso político das classes subalternas desde a libertação em 1945, especialmente nas ações do CPIC e da RPC durante seu breve período de existência. No entanto, apesar de conquistas como a expulsão dos latifundiários e a socialização dos meios de produção no campo, a consolidação da reforma agrária só ocorreu com a intervenção decisiva dos Estados Unidos (Kay, 2002).

O governo sul-coreano, em aliança com o GMEEUC, implementou a reforma agrária visando pacificar as tensões sociais no campo e, ao mesmo tempo, reduzir a figura da parte Norte sobre os camponeses e principalmente permitir uma legitimação mínima do regime de Rhee. Garantir a execução da reforma agrária ao sul do Paralelo 38º assegurava, tanto aos interesses estadunidenses quanto à oligarquia coreana, um consenso político favorável ao governo de Seul. Assim, a reforma agrária tornou-se uma ferramenta estratégica para consolidar o controle político na região e minar o apelo comunista entre as massas camponesas, preservando a ordem estabelecida sob a égide do capital internacional¹¹ e dos interesses estadunidenses (Kay, 2002). No entanto, esse processo não se consolidou a partir de uma conquista das classes subalternas, mas sim de uma medida estratégica justamente para impedir seu processo de luta pela reconstrução independente do Estado coreano. Ademais, é válido pontuar que a reforma agrária foi bastante superficial, muito aquém da reforma radical

¹¹ Nesse sentido, a reforma agrária, embora tenha promovido certa redistribuição de riqueza, serviu também para fortalecer o controle estatal sobre a população rural. O Estado, ao apropriar-se do excedente agrícola e manter uma estrutura de poder centralizada, utilizou a reforma também serviu para garantir os recursos necessários para impulsionar a industrialização do país nas próximas décadas.

originalmente proposta, ainda que esta tenha privado os proprietários de terra de sua base econômica (Choi, 1989).

Em síntese, a fase de ocupação americana na Coreia, que se estendeu até 1948, não apenas reproduziu elementos do regime colonial japonês, mas também articulou um processo de revolução passiva que suprimia e subordinava os impulsos revolucionários coreanos aos interesses do capital internacional, particularmente dos Estados Unidos. O governo militar estadunidense consolidou um Estado que, embora ostentasse características de modernização e reformas superficiais, como a Constituição de 1948 e a reforma agrária, perpetuava estruturas de poder e repressão herdadas do período colonial, como a PNC e o sistema jurídico. A configuração política resultante foi uma democracia a partir de um modelo hegemônico liberal, amplamente baseado nos moldes estadunidenses, porém funcionalmente enfraquecida e defeituosa, refletindo a tensão entre autocracia e democracia e a imposição de uma hegemonia incompleta no sentido gramsciano. As concessões feitas às classes populares, como a reforma agrária, foram mais estratégias de controle e pacificação do que verdadeiros avanços na emancipação política e social da nação.

Este processo de revolução passiva na Coreia pode ser interpretado como um dos fundamentos de um projeto de modernização conservadora no Leste Asiático, especialmente quando considerado em conjunto com outras dimensões, como o caráter da ocupação estadunidense no Japão, que será abordado posteriormente. Assim, a revolução passiva se configura como uma ferramenta analítica causal para entender as tensões históricas entre Coreia e Japão nas décadas seguintes, ao examinar os processos internos de cada país. Esta abordagem oferece uma visão holística sobre a reconstrução do Leste Asiático no pós-guerra e seus desafios subsequentes, permitindo uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas que moldaram a região, vistos a seguir.

2.3 SOB A OCUPAÇÃO: A REPRESSÃO DOS IMPULSOS REVOLUCIONÁRIOS E A CONSTRUÇÃO DO NOVO JAPÃO

O modo de análise do processo de revolução passiva na Coreia se dá de maneira semelhante ao caso japonês. Ambos experimentaram intensas manifestações sociais com o fim da Segunda Guerra Mundial em meados de agosto de 1945. Enquanto na península coreana, as reivindicações recaíam sob as estruturas coloniais japonesas, em busca da emancipação enquanto nação e classe; no Japão, as crises econômica e política, bem como as

pautas democráticas após a derrota na Guerra, fomentaram os impulsos revolucionários no país, simbolizados, a princípio, pelas Manifestações em massa de maio de 1946. Nesse quesito, portanto, o processo de revolução passiva no país tem como ponto de partida o momento imediatamente posterior ao fim da guerra, quando os impulsos revolucionários buscaram, por meio da organização das massas, a emancipação de suas classes. E, igualmente, ambos processos foram interceptados pela ocupação estadunidense nos países, que respondeu às tensões nacionais com uma articulação estrutural, do Estado e das classes dominantes, visando desmobilizar as forças populares.

Conquanto, a tradução do processo de revolução passiva japonês se distancia da experiência coreana, ao passo em que não há como identificar uma separação temporal entre os impulsos revolucionários e as reformas “vindas de cima”, relativas ao papel do “Estado de Piemonte” de Gramsci (1977). Já que tais manifestações só ganharam poder a pretexto da ocupação militar americana no país, conhecida como Comando Supremo das Potências Aliadas (CSPA). Desta forma, a presente seção visa construir de maneira sistemática o desencadeamento do processo de revolução passiva no país insular, ponderando o período imediato ao fim da Guerra, suas decorrentes manifestações populares no ano seguinte, frutos da ocupação estadunidense e, por consequência, o processo inverso de supressão parcial das reformas populares a partir do desencadeamento da Guerra Fria.

A vultosa agitação social que cercou o Japão após a Segunda Guerra Mundial foi, em sua grande parte, uma consequência das crises econômicas e políticas intensificadas desde a década de 1940. Gordon (1998) aponta que essas crises tinham raízes antecedentes ao fim da Guerra, no qual destaca a morte de milhões de japoneses durante os grandes conflitos do Império com a China, oito anos antes do final da Grande Guerra. Contudo, 1945 foi o ano em que o Japão reconheceu formalmente sua derrota total, marcando um ponto de inflexão crucial na história do país. Os intensos bombardeios — tanto os aéreos, convencionais, quanto as bombas em Hiroshima e Nagasaki — destruíram parte expressiva do país, incluindo suas propriedades produtivas e civis (Kurtulus, 2016), de mesmo modo, a reconfiguração econômica voltada aos confrontos, tiveram um impacto significativo na infraestrutura e nos recursos japoneses. Assim, a crise na produção industrial, dizimada pelas consequências dos conflitos, proporcionou um declínio intenso e veloz na economia japonesa (Gordon, 1998), o que intensificou a inflação e, por extensão, a fome, num período de crise política com a iminente queda do sistema imperial nipônico.

Não só a fome e o descontentamento dos japoneses com a organização social, política e econômica do modelo imperial, mas também as reformas democratizantes do CSPA formaram os pilares para a contenção dos impulsos revolucionários no país, bem como a supressão desses. General Douglas MacArthur personificou o CPSA¹², a partir da cerimônia oficial de rendição de 2 de setembro de 1945, na Baía de Tóquio (Dower, 1999), onde marcou o início da ocupação japonesa. Apesar da tentativa dos soviéticos de compartilhar o comando da operação no Japão, dentre diversos conflitos políticos, a administração estadunidense de Truman adotou uma forte posição contra uma divisão internacional, ou seja, em zonas de ocupação, como na Coreia (Kurtulus, 2016; Dower, 1999).

Num primeiro momento, a ocupação das Potências Aliadas nas ilhas nipônicas visava ser gerenciada a partir de duas instituições que, ao longo dos meses, falharam em adquirir influência no governo: com sede em Washington, a Comissão do Extremo Oriente (CEO), e em Tóquio, o Conselho Aliado para o Japão (CAJ) (Dower, 1999). Ainda em 1946, poucos meses após a oficialização da rendição japonesa, essas instituições multinacionais tinham seu poder minado pelo comando estadunidense, de modo em que todas as votações multilaterais para tomada de decisões na reconstrução do Japão, carecessem de aprovação do CSPA (Borton, 1948 apud Kurtulus, 2016). Dower (1999) aponta o fator da completa ausência de soberania japonesa durante a ocupação do CSPA no país, até 1952, onde qualquer relação diplomática ou decisão administrativa, política ou econômica só era possível a partir da aprovação do Comando. Assim, as primeiras reformas a fim de democratizar e, principalmente, desmilitarizar a política e a sociedade do país surgiram. E, baseados nelas, os impulsos revolucionários ganharam forças no país, como será observado adiante.

No período imediato à rendição, Dower destaca que inúmeras frentes democráticas despontaram, como a “Frente Democrática Unida” e a “Frente do Povo Democrático”, a partir de uma conjuntura de crise e descontentamento político (1999, p.244, tradução nossa). Gordon vai de encontro a esse pensamento ao dizer que “Nos anos que se seguiram, num contexto sem precedentes de crise interna e de reformas impostas do exterior, milhões de pessoas lutaram para concretizar novas visões de igualdade e democracia” (1998, p.4, tradução nossa). Os ideais democráticos se referiam, nesse caso, a uma coalizão imaginada de comunistas e socialistas que não se concretizaram durante a ocupação estadunidense.

¹² O uso deste acrônimo na literatura citada durante o presente trabalho se refere tanto ao General MacArthur quanto à organização. Substituindo a palavra “Comando” por “Comandante”, normalmente enquanto sinônimos.

Contudo, Dower (1999) destaca diversos outros movimentos que visaram desafiar a dirigência do processo de reconstrução do Estado japonês, no caso, o CSPA. A manifestação nacional, conhecida como o “Dia do Alimento”, surgiu enquanto resposta às políticas de racionamento em 1946 do CSPA (Gordon, 1998). E, pouco antes, o “Dia do Trabalho”, com mensagens de solidariedade entre os trabalhadores, instituído pelo Congresso Socialista Internacional de 1889, e retomado no primeiro momento pós-guerra, também representou uma grande manifestação popular pela causa da classe trabalhadora. O “Dia do Estudante” e movimentos a partir do chão de fábricas, “em que trabalhadores de colarinho branco, bem como de colarinho azul, tomaram controle das empresas e mantiveram a produção sem a classe gerencial” (Dower, 1999, p.255, tradução nossa), também despontaram ainda no mês de maio de 1946, esclarecendo uma faísca de uma revolta popular a partir da conjuntura econômica e política do país.

Essa inquietação se radicalizou progressivamente a partir das políticas de reforma do CSPA. Ao implementar reformas sociais e políticas, como a liberdade de manifestação, de formação de partidos e sindicatos, e o voto feminino nas eleições, objetivando estabelecer um processo de transição para um modelo democrático (Halliday, 1975), o CSPA permitiu, indiretamente, a criação de um momento em que a classe trabalhadora, ao ver a contínua decadência da economia japonesa — a partir da ausência de políticas econômicas eficientes — radicalizou suas propostas, estando mais propensas aos apelos de esquerda (Dower, 1999). Esse fator alimenta o expressivo aumento no número de trabalhadores organizados e no crescimento de sindicatos. Halliday (1975) destaca que a adesão sindical, que antes era baixa, disparou de 900.000 em janeiro de 1946 para mais de 6 milhões em 1949. Os trabalhadores japoneses enfrentaram uma grave escassez de alimentos e alta inflação, e concentraram suas demandas em segurança no emprego e um salário digno. As ocupações de fábricas, como a do jornal Yomiuri e a mina de carvão Bibai, surgiram enquanto consequências da conjuntura da época, e serviram como táticas avançadas que desafiavam as relações industriais tradicionais e, principalmente, a propriedade privada, onde muitas vezes melhoraram a produção e a administração (Halliday, 1975).

Alinhado ao Partido Comunista Japonês (PCJ), que cresceu 1.900% nos últimos cinco anos da década de 1940 (Emmerson, 1972), a federação *Sanbetsu Kaigi* de sindicatos buscou uma política pragmática de luta contra a reconstrução do antigo sistema capitalista, com inúmeras fábricas ocupadas (Halliday, 1975). A *Sanbetsu* surgiu após a decisão do CSPA de dissolução formal do “*Sampo no Kai*”, ou “Associação Patriótica Industrial”, um órgão do

governo imperial japonês cujo principal objetivo era minar os conflitos de classes, sufocando a liberdade dos sindicatos e da luta política (Halliday, 1975). Essa dissolução formou, junto da *Sanbetsu*, a *Sodomei*, que adotou políticas capitulacionistas semelhantes às do Sampo, e, assim, estreitamente alinhadas com o CSPA.

Após a dissolução formal do Sampo, o contexto político e social no Japão tornou-se marcado por uma complexa dinâmica de confronto entre o movimento trabalhista emergente e as instituições conservadoras apoiadas pelo CSPA. A reorganização do movimento sindical sob a liderança do *Sanbetsu*, que reunia cerca de 1,5 milhões de membros e se destacava por sua postura radical e militante, colocou-o em uma posição de confronto direto com o CSPA, que buscava restaurar e manter a ordem capitalista estabelecida (Halliday, 1975). Em resposta às ações militantes dos trabalhadores, incluindo o "controle de produção" — uma forma de ocupação industrial que desafiava diretamente a hierarquia e os métodos tradicionais de gestão — MacArthur implementou uma série de medidas restritivas. A Lei de Ajuste das Relações Trabalhistas de setembro de 1946 foi um reflexo direto dessa estratégia, impondo severas restrições às greves e à formação de sindicatos em setores-chave como a polícia, os bombeiros e os funcionários públicos (Halliday, 1975).

Essa legislação não foi apenas uma reação às ações econômicas e militantes dos trabalhadores, mas também um esforço deliberado para enfraquecer a crescente força do *Sanbetsu* e dos movimentos revolucionários trabalhistas no Japão. O CSPA, com o apoio do governo de Shigeru Yoshida, instaurado em 1946 e depois, novamente em 1949, visou limitar a capacidade do *Sanbetsu* de mobilizar e organizar, utilizando a legislação como um instrumento para suprimir as suas atividades e dismantelar a estrutura de poder que o sindicato começava a construir (Halliday, 1975).

Desta forma, se cristaliza a tenacidade da divisão estritamente temporal dos levantes revolucionários e do momento de restauração, caracterizado pela revolução dialética “vinda de cima”. As reformas do CSPA, de caráter majoritariamente político e social, secundarizaram as reformas econômicas, essenciais para a manutenção dos conflitos de classe no Japão (Dower, 1999). Todas essas reformas, como as já citadas, dissolução do *Sampo*, a revogação de leis e instituições que impediam a liberdade de expressão, a liberdade política, de formação de partidos e sindicatos, bem como a garantia de uma ampla gama de direitos humanos, e a emancipação dos direitos das mulheres, tiveram uma vida curta. Além das reformas citadas, a dissolução do conglomerado *Zaibatsu*, amplamente considerados responsáveis por sufocar a

concorrência doméstica, reprimir os salários e desempenhar um papel central nas campanhas imperialistas do Japão (Beasley, 2000), e principalmente a reforma agrária no país, liderada pela ocupação estadunidense, a partir da convicção de que as ideias extremistas militaristas e nacionalistas japoneses surgiram do campo, tiveram papéis igualmente importantes nos primeiros anos da ocupação do CSPA (Dower, 1999).

No entanto, as políticas de reconstrução estadunidenses no Japão guinaram a partir de 1947, se ajustando conforme os fatores globais e regionais. Como destaca Bridoux:

No nível global, a dominação soviética na Europa Oriental e a assertividade em outras partes do mundo, especialmente no Oriente Médio e no Mediterrâneo; a crise econômica que abalava a Europa Ocidental e a necessidade de um envolvimento americano prolongado naquela região; [...] contribuiu para a definição de um novo papel para o Japão. Regionalmente, o iminente colapso da China nas mãos dos comunistas, o estado lamentável da economia no Extremo Oriente e as condições econômicas desesperadoras no Japão criavam condições perfeitas para uma inclinação de toda a região em direção a Moscou. (2011, p.47, tradução nossa)

Segundo o autor, Washington ficou cada vez mais pressionado a partir da instabilidade do Leste Asiático, recaindo, de maneira muito semelhante, ao caso coreano supracitado. O Japão, então, passou a ser a linha de frente não só de princípios anticomunistas na região, mas também dos interesses estadunidenses, concretizados, anos depois, em 1951, com o Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA, que permitia que os EUA instituíssem uma base no território nipônico (Oliveira, 2017; Pyle, 2007). E, concomitante às propagandas anticomunistas na ocupação estadunidense no país, com o aprofundamento da Guerra Fria, Washington considerou, no âmbito econômico, que as reformas impediam o desenvolvimento nipônico, desdobrando-se, a partir disso, o período de “curso inverso” efetivamente no país. O programa de desconcentração industrial, que inicialmente buscava reduzir o poder dos grandes conglomerados japoneses (*zaibatsu*) e promover uma economia mais equitativa, passou a ser visto como um empecilho ao desenvolvimento econômico, essencial para contrapor a presença comunista na Ásia (Kolko e Kolko, 1972).

A partir de 1947, o governo estadunidense enfrentou crescente pressão de setores empresariais dos EUA, que argumentavam que as reformas, incluindo as novas leis trabalhistas e a dissolução dos conglomerados, estavam criando um ambiente desfavorável para os investimentos estrangeiros e para a recuperação econômica do Japão (Kolko e Kolko, 1972). Como resultado, a política de reformas começou a ser reavaliada. A ideia de desconcentrar a economia japonesa, uma vez considerada fundamental para a democratização econômica do país, agora tornou-se um risco à estabilidade e ao crescimento econômico que

os Estados Unidos buscavam promover. Em vez disso, Washington passou a priorizar a recuperação do Japão como uma forte nação capitalista, capaz de desempenhar um papel estratégico na contenção do comunismo (Kolko e Kolko, 1972).

Os ajustes nas políticas americanas, tanto políticas e sociais, quanto econômicas, ficaram evidentes quando o CSPA proibiu a greve planejada para março de 1948, demonstrando um movimento em direção à repressão dos movimentos trabalhistas (Halliday, 1975). A classe trabalhadora, que já enfrentava dificuldades devido à inflação e a uma política salarial insatisfatória, viu suas conquistas serem ameaçadas por medidas que enfraqueceram suas condições. O Comando ampliou a proibição de greves e a repressão à negociação coletiva, apoiando o governo japonês e grandes empresários na contenção da pressão trabalhista (Halliday, 1975).

Além disso, as autoridades locais implementaram restrições mais rigorosas à realização de reuniões e manifestações, reforçando a repressão política e enfraquecendo a capacidade de organização dos trabalhadores. Essas ações foram parte de uma estratégia mais ampla que visava enfraquecer a presença política da classe trabalhadora e da esquerda, ao mesmo tempo, em que fortalecia as elites empresariais e restaurava a estabilidade econômica (Halliday, 1975). Deste modo, o “curso inverso” no Japão representou uma mudança significativa nas prioridades dos EUA, priorizando o fortalecimento econômico e a estabilidade política, crucial para o papel estratégico do Japão na contenção do fantasma do comunismo, em detrimento das reformas iniciais que buscavam uma maior equidade econômica.

O elemento restaurador japonês, no contexto da revolução passiva, contribuiu para enfraquecer a força política das massas e suavizar a percepção pública sobre a agressão militar no Leste Asiático. Beasley (2000) observa que, apesar de o objetivo central da ocupação do CSPA ser o desmantelamento do militarismo, figuras populares, como o Imperador Hirohito, não foram punidas, visando facilitar a governabilidade. Embora a Constituição Meiji o apontasse como responsável pela agressão (Chang e Barker, 1990), Hirohito permaneceu como chefe de Estado simbólico, o que distorceu lentamente a memória histórica, focando na vitimização do Japão em vez de seus atos de devastação na região (Dudden, 2008), como mostrar-se-á na próxima seção.

A partir da distorção da história japonesa, em somatória com o aprofundamento da Guerra Fria no final da década de 1940, a busca por estabilidade política no país insular se sobressaiu à tentativa de justiça. As considerações geopolíticas no Japão, que passava por um processo de desmilitarização, cuja vizinhança, na totalidade, se apresentava enquanto potencial antagonista, ensejou o retorno de inúmeros criminosos de guerra — principalmente relacionados à escravidão sexual, simbolizada pela expressão eufemística das *Comfort Women*, e ao trabalho forçado na Coreia e Taiwan — às rédeas do poder (Chang e Barker, 1990). Assim, o curso inverso implementado a partir de 1947 consolidou uma série de concessões à elite japonesa e às empresas, revertendo parte das reformas trabalhistas e sociais que haviam permitido aos movimentos populares emergirem com força no período inicial da ocupação. Esse retrocesso, associado à restauração parcial de figuras e instituições do antigo regime, como o imperador Hirohito, revelou-se uma estratégia fundamental para garantir a estabilidade do Japão frente à crescente ameaça comunista na Ásia, e representou um ponto final nos impulsos revolucionários que haviam ganhado força no imediato pós-guerra.

Portanto, o processo de revolução passiva no Japão, marcado pela combinação de concessões democráticas e repressões estruturais, foi decisivamente moldado pela ocupação estadunidense e pelos imperativos da Guerra Fria. O processo de revolução passiva no país e suas reformas impostas “de cima”, a partir da união do Comando Supremo das Potências Aliadas, simbolizadas pelo General MacArthur, com o Governo Yoshida, cravaram o caráter dialético da hegemonia incompleta japonesa, isto é, do processo de revolução passiva descrito por Gramsci (1977). Essa união permitiu uma estabilização forçada no país, na qual a repressão, tanto sistemática — operada pela estrutura do Estado japonês — quanto ideológica — de cunho anticomunista e voltada nos interesses estadunidense — desempenhou um papel fundamental. Essas dinâmicas foram basilares no processo de contenção dos movimentos sociais e políticos, permitindo o restabelecimento de uma ordem conservadora que favorecia os interesses da elite e a manutenção do status quo, em detrimento das demandas populares por transformações mais profundas.

Embora a experiência regional tenha levado à formação de estruturas Estado-sociedade semelhantes, também houve uma restauração parcial da divisão regional do trabalho anterior ao conflito, evidenciada pelo período colonial (Gray, 2022). A Coreia, ao obter do Japão o capital e a tecnologia essenciais para seu desenvolvimento, viu sua posição no cenário internacional fortalecida, mas, ao mesmo tempo, sua dependência econômica e tecnológica em relação ao Japão foi acentuada (Cumings, 1984). Esta configuração regional

de acumulação de capital foi fundamental para adiar uma reconciliação plena com o passado, uma situação que perdurou durante a década de 1950 e teve seu momento crítico com a assinatura do Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia de 1965, produto do processo dialético de revolução passiva enquanto hegemonia não-plena nos dois países. A análise detalhada desta dinâmica e suas implicações para o processo de modernização conservadora no Leste Asiático serão aprofundadas na próxima seção, que explora a consolidação dessas transformações ocorridas no Japão e na Coreia, durante a década de 1950.

3. REESTRUTURANDO O LESTE ASIÁTICO: A GUERRA FRIA E A REVOLUÇÃO PASSIVA NA DÉCADA DE 1950

A década de 1950 no Leste Asiático foi profundamente marcada pelas consequências da Segunda Guerra Mundial e pela crescente polarização geopolítica da Guerra Fria. No centro dessa polarização estavam, principalmente, os Estados Unidos e a União Soviética, numa disputa pela dissipação de sua hegemonia ao redor do globo, com o Leste Asiático se tornando uma região crucial nesse embate, não só geograficamente, mas politicamente. A rivalidade entre as duas superpotências moldou diretamente as políticas internas do Japão e Coreia, que, sob a ocupação dos EUA, tiveram seus processos de coalizão populares enfraquecidos politicamente, resultado de reformas limitadas que garantiram a estabilidade das elites nos países — isto é, principalmente, a oligarquia latifundiária na Coreia, e os beneficiados do sistema imperial, no Japão — e reprimiram qualquer potencial revolucionário de massas.

Nesta conjuntura de condensação do processo dialético de revolução passiva, cuja tradução da elaboração de Gramsci (1977) é basilar para uma compreensão holística e complexa dessas transformações parciais, a ocupação militar americana teve um papel central na estabilização política da região, com intervenções diretas em todas as esferas da vida, tanto na península coreana, dividida pelo Paralelo 38°, quanto no Japão, como explicitado na seção anterior.

A ocupação americana ao sul da Coreia até 1948, foi profundamente marcada pela repressão dos movimentos revolucionários. O Governo Militar do Exército dos Estados Unidos na Coreia dissolveu rapidamente a República Popular da Coreia e suprimiu os Comitês Populares que haviam surgido após a libertação do domínio japonês. Muitas instituições do período colonial, como o Departamento de Justiça e a Polícia Nacional Coreana, foram mantidas, passando por uma “coreanização” superficial, mas sem mudanças profundas em sua estrutura repressiva.

As reformas implementadas pelo GMEEUC, como a reforma agrária, visavam mitigar as tensões sociais e reduzir a presença comunista proveniente do norte da península, especialmente no campo. Embora a reforma tenha redistribuído terras, na prática, fortaleceu o controle do Estado sobre os agricultores, servindo mais como uma estratégia para evitar revoltas do que como uma verdadeira mudança social. As leis coloniais permaneceram em vigor até a promulgação da Constituição de 1948, fundamental para a compreensão da posição política coreana na década de 1950, tema abordado neste capítulo. Assim, a repressão

manifestou-se de diversas formas, incluindo violência contra os Comitês Populares e um rigoroso controle ideológico, que incluía censura e manipulação das eleições. O fortalecimento do regime presidencial na Coreia do Sul, enquanto modificação superficial da ocupação estadunidense sustentada pela Constituição de 1948, consolidou o poder das elites locais, alinhadas aos interesses dos EUA.

No caso japonês, a ocupação americana, que se estendeu até 1952, proporcionou um contexto similar de repressão e controle ideológico. Embora as forças ocupantes tenham implementado reformas significativas, como a nova Constituição de 1947, que consagrou direitos democráticos e sociais, essas medidas foram, na maioria, limitadas e superficiais. O objetivo primordial era garantir a estabilidade política e a integração do Japão ao bloco alinhado aos EUA, em contraposição ao crescente comunismo na região.

A figura do imperador Hirohito, por exemplo, foi preservada como um símbolo de continuidade e unidade nacional. Essa decisão teve profundas implicações na construção da narrativa histórica do Japão pós-guerra. Ao evitar o julgamento do imperador, os Estados Unidos não apenas silenciaram uma parte crucial da história, mas também reconfiguraram a identidade nacional japonesa, promovendo uma imagem de recuperação e resiliência que omitia as responsabilidades de Hirohito em relação às atrocidades da guerra, como demonstrado anteriormente. Os desdobramentos dessas decisões também comporão um dos pilares da presente seção.

A preservação do imperador e a minimização de seu papel na guerra não apenas facilitaram a aceitação das reformas americanas, mas também garantiram que a narrativa dominante fosse moldada de maneira a legitimar a presença militar dos EUA e as políticas de ocupação. Essa narrativa foi fundamental para construir um consenso social que priorizava a estabilidade em detrimento de uma reflexão crítica sobre o passado colonial e as suas consequências. E assim, podendo ser vista como uma ferramenta de continuidade dentro do processo de modernização conservadora.

Assim, tanto no Japão quanto na Coreia, a ocupação americana consolidou uma forma de hegemonia incompleta, não plena; portanto, uma hegemonia dialética que se apresenta enquanto revolução passiva, onde mudanças pouco profundas foram promovidas para sufocar a luta pela emancipação das classes, fragmentos de classe e dos grupos subalternos, de modo mais amplo. O resultado foi uma reestruturação das elites locais que, alinhadas aos interesses dos EUA, se tornaram os principais beneficiários das reformas. Essa dinâmica não

apenas perpetuou relações de poder desiguais, mas também obscureceu as lutas sociais e os movimentos populares que buscavam mudanças mais profundas.

Uma vez reiterados os elementos principais, de maneira sumarizada, ao longo do presente trabalho, é pertinente traçar, a partir deste ponto, um escopo mais refinado dos fundamentos argumentativos desta seção. Os pontos que recaem geograficamente à península coreana tangem, primeiro, o desdobramento internacional dos conflitos estabelecidos desde a década de 1940, conhecido na literatura como Guerra da Coreia, que culminou na materialização da divisão da península a partir do Paralelo 38°. Desta forma, a Guerra da Coreia desponta como um dos eventos centrais para a consolidação desses regimes. Este conflito, solidificou a divisão da península em duas esferas geopolíticas antagônicas, reforçando o regime anticomunista da Coreia do Sul sob a liderança de Syngman Rhee, sustentado fortemente pelo apoio militar e econômico dos Estados Unidos, representando a concretização da reversão das conquistas e reivindicações dos impulsos revolucionários de 1945, sendo este, um segundo ponto focal do presente capítulo.

Ademais, a Guerra não apenas garantiu a permanência de Rhee no poder, através da repressão violenta de qualquer divergência interna, como, da mesma forma, legitimou a continuidade da presença militar estadunidense na península. Esse período pode ser entendido como uma reconfiguração crucial da ordem política no Leste Asiático, na qual a supressão de movimentos subalternos foi instrumental para a preservação da ordem capitalista. Ademais, a utilização da propaganda anticomunista consolidou o domínio das elites locais, que estavam alinhadas aos interesses estratégicos dos Estados Unidos, aprofundando a divisão ideológica da região e moldando a trajetória política dos países envolvidos, conforme será demonstrado.

No Japão, paralelamente, a ocupação americana culminou na assinatura do Tratado de São Francisco (1951), que restaurou a soberania japonesa, mas fez a manutenção do poder das elites beneficiadas pelo sistema imperial, configurando, portanto, um terceiro aspecto do texto. Outrossim, a narrativa do negacionismo histórico, associada à minimização dos crimes cometidos durante o período colonial e da responsabilidade do imperador Hirohito, foi central para a reconstrução do Japão. Essa política de “vitimismo histórico” permitiu que o Japão moldasse sua identidade pós-guerra sem uma reflexão profunda sobre suas ações imperialistas, facilitando a reabilitação das instituições e estruturas conservadoras que continuariam a governar o país, e, por conseguinte, cravando um marco no distanciamento da política-institucional com suas antigas colônias, como a Coreia, que foi reatado sob um

pretexto controverso no Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia de 1965, abordado mais à frente. Nesse contexto, o processo dialético de revolução passiva tomou forma, preservando as hierarquias sociais e a estabilidade interna, ao mesmo tempo em que integrava o Japão à ordem geopolítica liderada pelos Estados Unidos no pós-Guerra.

3.1 A GUERRA DA COREIA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO NA COREIA DO SUL: O LEGADO DE SYNGMAN RHEE E AS RELAÇÕES COM O JAPÃO

A análise da Guerra da Coreia revela-se imprescindível para qualquer estudo que pretenda examinar, de maneira abrangente, não apenas a fragmentação territorial, política e ideológica das nações envolvidas, mas também suas dinâmicas internas e posicionamentos internacionais a partir da década de 1940. Nesse sentido, a compreensão do processo de revolução passiva na península — isto é, o conjunto de reformas e a gradual democratização promovidas na Coreia no pós-guerra, culminando, em 1965, com o Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia — é essencial para elucidar a complexidade do período.

Todavia, é igualmente fundamental considerar os antecedentes que precipitaram a eclosão da Guerra da Coreia, ou, de forma mais precisa, a internacionalização dos conflitos resultantes da divisão do país através do paralelo trigésimo oitavo. A fragmentação da península coreana, ocorrida no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, bem como a ocupação por forças estadunidenses e soviéticas em 1945, constituíram as bases estruturais e geopolíticas para o conflito subsequente. Longe de esgotar as múltiplas dimensões que uma guerra dessa magnitude abarca, esta seção busca, antes, lançar luz sobre as dinâmicas centrais que conformaram a conjuntura histórica e internacional da época, sem pretensão de abarcar todas as esferas que esse complexo processo histórico envolve.

Enquanto no sul da península os Comitês Populares foram sistematicamente reprimidos desde a chegada das forças estadunidenses, um processo intensificado pela reinstituição da polícia, da burocracia e do aparato judiciário japonês herdado do período colonial; no norte, sob a ocupação soviética, os CPs experimentaram um fortalecimento significativo. Nesse contexto, o nacionalismo coreano emergiu como uma força central, não apenas resistindo à repressão que escoava do Paralelo 38º, mas também moldando o projeto político de construção do Estado socialista na República Popular Democrática da Coreia.

Armstrong (2003) destaca que, em contraste com a ocupação militar estadunidense no sul da península, a administração soviética ao norte implementou um governo provisório de caráter misto, composto por soviéticos e por coreanos nascidos na União Soviética ou refugiados afiliados ao partido comunista. Nesse contexto, a Administração Civil Soviética (ACS) desempenhou um papel central na articulação dos movimentos populares que emergiram com a libertação da Coreia. Embora os CPs ao norte do Paralelo 38° apresentassem uma pluralidade ideológica, tendiam a seguir a orientação socialista soviética, sendo diretamente coordenados e influídos pela ACS.

Em outubro de 1945, Kim Il Sung, um herói da resistência armada na Manchúria com fortes convicções nacionalistas e comunistas, desempenhou um papel crucial na organização da Conferência dos Membros de Partidos Comunistas Coreanos e Entusiastas das Cinco Províncias do Noroeste, realizada em Pyongyang (Visentini, *et al.*, 2015). Esse evento foi fundamental para a formação da estrutura política da Coreia do Norte, pois permitiu a articulação das lutas pela emancipação nacional e a criação de um novo partido comunista, resultante da unificação de diversos movimentos socialistas presentes na península, o Partido Comunista da Coreia (PCC).

Embora a libertação nacional e a revolução proletária tenham estado entrelaçadas desde o início do movimento comunista na Coreia, agora o partido começava salientar a eliminação dos vestígios feudais e coloniais, bem como a unificação do povo coreano, em vez de concentrar-se na classe operária. Ou melhor, do que viria a se tornar uma das características mais distintivas do socialismo norte-coreano, a nação tornou-se uma espécie de substituto para a classe operária como o sujeito primordial da revolução, um movimento que pode ser chamado de “nacionalismo proletário”. (Armstrong, 2003, p. 60, tradução nossa)

Dessa forma, o PCC, agora sob a liderança de Kim Il Sung, avançava progressivamente para a direção da organização política na porção norte da península, enquanto a ocupação da URSS ia gradualmente abrindo espaço para o fortalecimento de uma estrutura autônoma de governo ao longo dos anos (Cumings, 2005). Apesar da ocupação soviética, nos primeiros anos, ser mais relevante, o PCC demonstrava maior afinidade com o modelo de socialismo em construção na China do que com o sistema soviético, especialmente no que concerne à mobilização das massas, como destaca Visentini (*et al.*, 2015). Isso se deve, em grande parte, à contribuição chinesa sobre as lideranças socialistas coreanas durante o período da Guerrilha da Manchúria, na qual Kim Il Sung desempenhou papel proeminente.

Esse contexto marca um ponto crucial na divergência ideológica e política entre o norte e o sul da península, que por sua vez, é fundamental para a compreensão da posição sul

coreana em relação aos seus vizinhos no Leste Asiático, recaindo, portanto, em sua relação com o Japão. A contribuição chinesa, dentre diversos fatores, se materializa na fusão do PCC com a representação política da "facção de Yenan" — também conhecida como o "Exército Voluntário Coreano" — o Novo Partido Popular Coreano, formado a partir da perspectiva do populismo camponês de Mao Zedong, cuja experiência da Revolução Chinesa é um dos pilares fundadores (Visentini, *et al.*, 2015). A fusão desses partidos deu origem ao Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte (PTCN), que se consolidaria como a principal força política no norte, promovendo um governo provisório sob a personalidade de Kim Il Sung e estruturando o regime socialista norte-coreano (Armstrong, 2003).

Ao apontar o crescimento do papel do PTCN no norte, Cumings (2005) questiona o papel da ocupação soviética na Coreia. Reticente, o autor, apesar de tecer apontamentos críticos sobre a ocupação, principalmente no que tange à tentativa de implementação de um princípio socialistas-leninistas na península, diferencia o caráter da ocupação, quando relacionada ao sul, com o GMEEUC.

A Coreia do Norte não foi simplesmente um satélite soviético nos anos 1940, mas evoluiu de um regime de coalizão, estruturado nos amplamente difundidos comitês populares, durante 1945-1946, para um regime de relativo domínio soviético durante 1947-1948, mas desenvolvendo logo importantes laços com a China em 1949, o que permitiu à RPDC manobrar, desde então, entre os dois gigantes comunistas. (Cumings, 2005, p.236, tradução nossa)

Com fortes princípios socialistas e nacionalistas, alimentando as forças dos CPs no primeiro biênio pós-libertação nacional e, posteriormente, concentrando esses movimentos em organizações políticas centrais, que conquistaram a emancipação política que o CPIC postulava nas últimas semanas de agosto de 1945, a porção norte da península instaura, em 1948, a República Popular Democrática da Coreia (RPDC). Kim Il Sung foi proclamado primeiro-ministro e, conforme explicitado por Armstrong (2003), os soviéticos retiraram suas forças militares até o fim daquele mesmo ano. A proclamação da RPDC se apresentou enquanto uma resposta à fundação da República da Coreia ao sul, ocorrida três semanas antes, visando, portanto, contrapor tal ação com a criação de um Estado autônomo ao norte, contrário à ilegitimidade da ocupação estadunidense pelo GMEEUC (Armstrong, 2003, Cumings, 2005; Visentini, *et al.*, 2015).

Assim, enquanto o norte consolidava uma estrutura política socialista e autônoma com forte apoio popular e base política-internacional sino-soviética, o sul da península, como demonstrado anteriormente, seguiu uma trajetória diferente, marcada pela repressão dos

movimentos progressistas e pela instauração de uma constituição fundada a partir de uma mistura incômoda de democracia com autocracia (Henderson, 1968). Ancorada nela, a proclamação da República da Coreia em agosto de 1948, sob a liderança de Syngman Rhee e embasada pelo GMEEUC, sustentou características antijaponesas e principalmente anti-comunistas. Contudo, essa tentativa de repressão dos impulsos revolucionários de 1945, apesar de eficientes, não foram suficientes para minar toda mobilização política (Cumings, 2005).

Outro fator que intensificou o contexto crítico para o estabelecimento de governos separados na Coreia não se limitou à atuação dos partidos políticos, mas se estendeu ao conflito social e ideológico que permeou toda a península. Conforme observado por Cumings (2005), esses embates ocorreram em uma escala nacional já em 1945 e, de maneira mais localizada, nas províncias em 1946, quando os Comitês Populares enfrentaram opositores no sul com uma oposição sistemática, enquanto no norte, o conflito assumia uma natureza mais ideológica. O elemento central que, alguns anos mais tarde, contribuiu para a internacionalização da Guerra da Coreia foi, em âmbito interno, a guerra civil desencadeada pela insurreição dos remanescentes dos CPs em 1946. No cenário internacional, além do aprofundamento das tensões da Guerra Fria, a revolução chinesa emerge como um fator decisivo para a escalada do conflito.

A “Rebelião da Colheita do Outono de 1946” simboliza muito bem a revolta em diversas províncias contra as forças estadunidenses (Visentini *et al*, 2015). Apesar da forte repressão, estabeleceu-se na parte sul uma guerrilha que durou até 1954, como destaca o autor. Patrocinados pelo Partido do Trabalho da Coreia do Sul¹³ (PTCS), outros movimentos de guerrilha e manifestações surgiram nos anos seguintes, ancorados em princípios revolucionários e de unificação em 1948 e 1949, como aponta Cumings (2005). O autor continua a exposição, e comenta os grandes combates na linha do paralelo trigésimo oitavo no ano de 1949, que duraram semanas e resultaram em milhares de mortes. Os americanos fortaleceram e modernizaram expressivamente o exército de Rhee no último ano da década vigente, e, assim, a grande maioria dos movimentos populares e de guerrilha, em sua

¹³ O Partido dos Trabalhadores da Coreia do Sul, de viés socialista, surgiu através da fusão do Partido Comunista da Coreia do Sul, com o Partido do Novo Povo da Coreia e o Partido Popular da Coreia, em 23 de novembro de 1946. Rapidamente o PTCS foi proibido e fortemente reprimido pelas autoridades estadunidenses, contudo, conseguiu organizar uma rede de células e, em 1947, iniciou a luta de guerrilha armada no sudeste da península. A partir de 1948, a posição das lutas tenderam mais ao norte, na fronteira entre as duas Coreias (Suh, 1986)

totalidade foram amplamente reprimidos pela polícia e outras agências estatais (Cumings, 2005). Assim, ao longo dos anos, o cenário de guerra civil na península foi se construindo.

A Guerra da Coreia não começou em 25 de junho de 1950, apesar de muitos argumentos e apelos especiais em contrário. Se não começou nesse dia, Kim Il Sung também não poderia tê-la "iniciado" então, mas apenas em algum momento anterior. *A medida que retrocedemos em busca desse ponto, lentamente nos aproximamos da verdade de que as guerras civis não começam; elas se desenvolvem.* Elas originam-se de múltiplas causas, com culpa suficiente para todos – e essa culpa inclui os americanos que, sem pensar, dividiram a Coreia e reestabeleceram a maquinaria do governo colonial e os coreanos que a serviram (Cumings, 2005, p.249, tradução nossa, grifo nosso)

O trecho acima sintetiza a exposição até aqui: a Guerra da Coreia não começou simplesmente, mas se desenvolveu por intermédio de múltiplos fatores e agentes. Um segundo ponto tange a luta ideológica simbolizada pela Guerra Fria na década de 1950, extremamente aprofundada a partir do triunfo da Revolução Chinesa na região. Esse fator tem relevância no presente texto ao passo em que se apresenta enquanto uma ameaça à hegemonia estadunidense no Leste Asiático, dada a sua posição geográfica e sua proximidade política com a RPDC.

Assim, a participação da China refletiu tanto interesses estratégicos quanto laços históricos entre os dois países. Desde o final da década de 1940, as relações sino-coreanas se consolidaram por meio da participação ativa dos soldados coreanos nas campanhas militares chinesas¹⁴ (Cumings, 2005). A ascensão de um regime socialista na península era vista pela China como crucial para a preservação de suas próprias fronteiras e para o fortalecimento de um bloco socialista bem solidificado na Ásia (Chang-Il, 2010; Cumings, 2005). Mao Zedong sinalizava sua disposição de intervir militarmente, caso a situação se agravasse nos conflitos civis que despontaram desde 1948. Esse compromisso foi catalisado pela decisão dos Estados Unidos de cruzar o Paralelo 38, o que Mao interpretou como uma ameaça direta à segurança da China, precipitando a entrada formal das forças chinesas no conflito (Cumings, 2005; Visentini *et al.*, 2015).

Apesar de já existirem conflitos desde 1946 entre as duas zonas peninsulares, a escaramuça sulista na província de Kaesong em 1949 é considerada o pontapé inicial para a

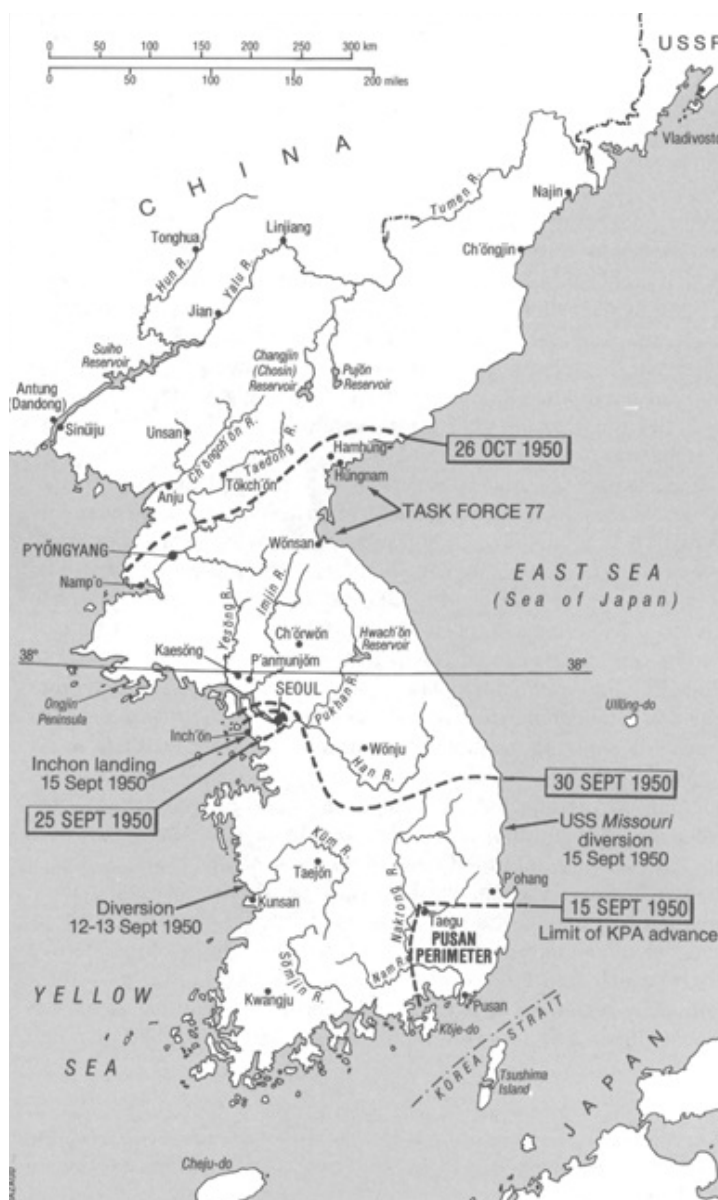
¹⁴ Em sua obra *Korea's Place in the Sun*, Bruce Cumings (2005) aponta que a participação ativa dos coreanos nas campanhas militares chinesas, especialmente durante a Guerra Civil Chinesa, fortaleceu os laços entre os dois países. Kim Il Sung, reconhecendo o valor estratégico de uma China comunista forte, enviou dezenas de milhares de soldados coreanos para lutar ao lado de Mao Zedong na China a datar de 1947. Esses "voluntários" coreanos desempenharam um papel crucial nas campanhas da Manchúria, consolidando uma dívida mútua entre os dois países, a qual se manifestaria quando a China, por sua vez, enviou seus próprios "voluntários" para apoiar a Coreia do Norte durante o conflito com o Sul.

potencialização do conflito (Visentini *et al.*, 2015). Iniciativas de respostas do Norte também marcaram a agudização da internacionalização do conflito. A guerra civil escalonou para a busca internacional por proteção, cujo apoio sino-soviético e da Organização das Nações Unidas (ONU), expressivamente imbuída de interesses estadunidenses (Cumings, 2005), formara os pilares para as ofensivas ao norte e ao sul, respectivamente.

Não há um consenso sobre qual evento deu início formal à Guerra da Coreia. Lee (1996) e French (2005) ponderam sobre a questão ideológica desse aspecto, indo além dos apontamentos anteriores fundamentados nos escritos de Bruce Cumings, que abordam a complexidade multifatorial que engendrou o conflito. Contudo, é importante destacar que, enquanto a bibliografia norte-coreana enfatiza o caráter responsivo do avanço do Paralelo 38° para o sul, a perspectiva estadunidense o considera como o ponto de partida do conflito.

Assim, o Paralelo 38° emerge como uma construção retórica multifacetada, adaptando-se às necessidades do discurso político. Para a comunidade internacional, essa demarcação é frequentemente considerada uma fronteira legítima, mas essa legitimidade se torna ambígua quando analisada sob diferentes perspectivas. Os norte-coreanos são vistos como os infratores ao cruzarem o paralelo, enquanto uma ação similar por parte das forças americanas é frequentemente minimizada ou deslegitimada (Cumings, 2005). Walzer (1977) destaca essa contradição ao apontar que, ao justificar a incursão do exército sulista em território norte-coreano, a ONU se refere ao Paralelo 38° como uma “linha imaginária”. Tal designação levanta uma questão crítica: se realmente se trata de uma “linha imaginária”, como é possível reconhecer uma agressão inicial do Norte? Essa dicotomia não apenas revela as tensões subjacentes no discurso sobre a soberania, mas também desafia a objetividade das narrativas que moldam a compreensão do conflito. A Guerra da Coreia, portanto, se torna progressivamente um ponto focal de contradição.

Figura 1: A Península Coreana: movimentos da Guerra da Coreia.



Fonte: Cumings, 2005.

Nesse contexto, a Figura 1 elucida a ofensiva sul-coreana sob o Norte, chegando muito próximo à fronteira com a China, tornando propícia a entrada desta na Guerra. Essa ocupação do Norte pela Coreia do Sul evidencia uma complexa dinâmica de poder e repressão política durante a Guerra da Coreia, formalmente internacionalizada em 1950. Inicialmente, a ocupação sul-coreana do território norte-coreano após o avanço militar reflete um processo de "rollback"¹⁵, no qual as forças de Seul, apoiadas pelos EUA, buscavam reverter a expansão

¹⁵ O conceito de *rollback* refere-se a uma estratégia militar e política utilizada pelos EUA durante a Guerra Fria, que visava conter e principalmente reverter a expansão dos ideais socialistas e comunistas em regiões de interesse. Na Guerra da Coreia, essa política foi empregada quando as forças da ONU, lideradas pelos EUA, cruzaram o Paralelo 38 em uma tentativa de desmantelar o regime comunista da Coreia do Norte e unificar a península sob um governo sul-coreano. A estratégia de *rollback* contrastava com abordagens mais defensivas e foi alvo de críticas, especialmente após a intervenção chinesa no conflito, que resultou em um prolongamento da guerra.

comunista. Entretanto, a administração da ocupação revelou-se caótica e marcada por abusos sistemáticos de direitos humanos, sobretudo pela atuação da Polícia Nacional Coreana (conhecida por sua repressão brutal no Sul), e de jovens direitistas, que intensificaram a perseguição a comunistas e colaboradores, transformando a ocupação em um cenário de atrocidades (Cumings, 2005).

Cumings (2005) percebe que esse ambiente, caracterizado pela ausência de controle civil efetivo e pela falta de infraestrutura, deteriorou-se ainda mais com a entrada da China na guerra. Embora as agências de inteligência americanas inicialmente tenham subestimado a possibilidade de intervenção chinesa, o avanço das forças lideradas por MacArthur até o rio Yalu provocou uma resposta militar do governo de Mao Zedong. A intervenção chinesa, longe de ser meramente defensiva, estava enraizada em considerações políticas e estratégicas, como a reciprocidade histórica entre os movimentos revolucionários chinês e coreano, além de um desejo de suplantar a posição política soviética na região (Cumings, 2005; Visentini *et al.*, 2015).

Essa análise revela como a ocupação do Norte pela Coreia do Sul, longe de ser um simples movimento de reversão territorial, estava imersa em uma teia de tensões políticas, diplomáticas e militares. A combinação de violência estatal e o despreparo administrativo, somada à complexidade geopolítica da intervenção chinesa, expõe as contradições inerentes à Guerra da Coreia, em que a luta pelo controle político-ideológico, ou melhor, pela hegemonia na península intensificou rivalidades de caráter internacional. Por estes motivos, apresenta-se a Guerra da Coreia não só como a intensificação dos divergentes processos de reconstrução da península, culminando numa guerra civil, mas também a internacionalização desse conflito

Um segundo ponto focal, consequência dos conflitos abraçados pela Guerra da Coreia que perdurou até 1953, é o governo de Syngman Rhee sob a óptica da fragilidade das instituições políticas sul-coreanas. Se, num primeiro momento, a Guerra da Coreia se apresenta enquanto elemento fundamental de análise para compreender a consolidação da recepção do processo de revolução passiva na península. Ou melhor, se a Guerra da Coreia é a materialização do equivalente ao processo dialético que Gramsci (1977) chamou de revolução passiva na Itália, que configura a supressão e desmobilização da classe trabalhadora, onde o Estado toma a direção da luta política e as “conquistas” se tornam “concessões” de cima para baixo, conservando as classes dominantes. Então, o governo de Rhee pode ser entendido como a continuação das políticas estabelecidas pela ocupação estadunidense, refletindo a

manutenção de uma lógica de controle e supressão da classe trabalhadora que já havia sido implementada durante o Governo Militar do Exército dos Estados Unidos na Coreia. Embora formalmente fosse um governo coreano, as políticas de Rhee permaneceram profundamente alinhadas com os interesses e a orientação estratégica dos EUA. Nesse sentido, é possível sugerir que o anticomunismo teria desempenhado um papel central como justificativa para a repressão política e a centralização do poder (Armstrong, 2008; Cumings, 1989; Mobrand, 2019), que formaram as bases conjunturais e institucionais para o golpe de 1961 que, por sua vez, permitiu o desdobramento do Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia de 1965.

Na década de 1950, conforme analisado por Cumings (1989), a Coreia do Sul viveu um período de transição econômica e política marcado pelo fim da Guerra da Coreia (1950-1953) e pela crescente dependência dos EUA. O autor aponta que, logo após a guerra, a política sul-coreana foi definida por uma dinâmica de autoritarismo, sustentada por elites militares e burocráticas que dominaram o cenário. Assim, apesar de certas tentativas de reforma econômica, como a reforma agrária, a década de 1950 viu o fortalecimento de um regime autoritário-burocrático. O controle sobre o setor trabalhista foi intensificado, e qualquer possibilidade de mobilização popular foi severamente reprimida. Destarte, Cumings (1989) sugere que o regime presidencialista fortemente amparado na figura de Syngman Rhee, em vez de conduzir a uma verdadeira democratização, foi estruturado para preservar a ordem autoritária enquanto favorecia a industrialização e mantinha os trabalhadores fora do processo político. Evidenciando, assim, a materialização do processo dialético de revolução passiva conforme Gramsci (1977). A Guerra da Coreia, portanto, foi um ponto de inflexão que consolidou a militarização da sociedade sul-coreana e reforçou o papel do Estado como agente repressor, moldado pelas necessidades do desenvolvimento econômico e da segurança acima de qualquer setor (Cumings, 1989).

Por sua vez, Armstrong (2008) oferece uma visão complementar ao discutir como o governo de Rhee foi crucial para definir os rumos da política sul-coreana na década de 1950. Rhee liderou com mão de ferro, mantendo um sistema que excluía os trabalhadores e os setores populares das decisões políticas, similar ao que Cumings aborda. No entanto, tem seu enfoque nas consequências a longo prazo dessas políticas, observando como a relação entre o Estado, o setor empresarial e os militares estabeleceu as bases para a política autoritária que continuaria nas próximas décadas. Isto é, portanto, a solidificação do frágil e problemático

regime democrático sul-coreano enquanto produto da desmobilização das classes subalternas (Cumings, 1981).

Essa argumentação traça um caminho fundamental para a presente análise, ao evidenciar o caráter de continuidade nas políticas implementadas na península coreana, sob ocupação estadunidense, pelas próprias elites locais. Observa-se que, na década de 1950, os principais instrumentos do aparato repressivo estatal permaneceram inalterados, como exemplificado pela Lei de Segurança Nacional, instituída por Syngman Rhee ao final dos anos 1940 (Armstrong, 2008), a qual permitia a prisão e detenção de qualquer indivíduo, sem a devida garantia de processo legal, sob a suspeita de atividades consideradas subversivas ao Estado. Na década de 1960, o ditador Park Chung-Hee não apenas perpetuou essa política repressiva, como também solidificou seu cumprimento ao estabelecer a Agência Central de Inteligência Coreana (Armstrong, 2008), novamente, esclarecendo o caráter de continuidade que parte das reformas estadunidenses na península.

Em síntese, a Guerra da Coreia intensificou o processo de centralização do Estado sul-coreano, transformando-o em uma máquina estatal dedicada à repressão interna e à luta contra o comunismo, tanto internamente quanto externamente (Mobrand, 2019). O conflito reforçou a dependência da Coreia do Sul em relação aos EUA, que passaram a ser não apenas o principal aliado militar, mas também um patrono político e econômico (Visentini, *et al.*, 2015). A estruturação do estado sul-coreano durante e após a guerra foi altamente gerenciada pelos imperativos da Guerra Fria, isto é, principalmente, o anticomunismo. Como Mobrand (2019) destaca, o aparato estatal anticomunista utilizou da guerra para legitimar uma forte repressão social e política, minando qualquer tentativa de organização da classe trabalhadora ou oposição popular ao passo em que certos “avanços” eram concedidos pelo Estado. Mobrand (2019), Cumings (2005) e Choi (1989) apontam que a Guerra da Coreia não apenas destruiu qualquer chance de unificação política da península, mas também selou o destino da Coreia do Sul como um tentáculo do capitalismo e do autoritarismo obducto no Leste Asiático. A legitimação da repressão interna e a estrutura anticomunista foram, em grande parte, produtos dessa guerra (Mobrand, 2019).

Mobrand (2019) destaca que a Guerra Fria foi decisiva na manutenção de um sistema onde as liberdades democráticas eram controladas e onde o verdadeiro poder residia nas elites, que continuavam a deter o controle sobre as instituições estatais, mesmo após a democratização formal. Assim, o processo de democratização sul-coreano foi em grande parte

superficial, com as elites apropriando-se dos símbolos da democracia para legitimar um regime oligárquico, como destacado pelo autor. A repressão ao movimento trabalhista e a marginalização de qualquer força progressista durante os anos 1950 e 1960, reforçada pela doutrina anticomunista, foram fundamentais para essa configuração de continuidade (Mobrand, 2019).

Durante a Guerra Fria na década de 1950, a repressão sistemática a novas forças políticas, particularmente aquelas ligadas ao movimento trabalhista e aos setores populares, garantiu que a oposição na Coreia do Sul fosse altamente controlada (Choi, 1989; Mobrand, 2019). Qualquer tentativa de organização política fora dos limites estabelecidos pelo Estado era tratada como uma ameaça à segurança nacional, legitimando o uso da força e de leis repressivas, como a Lei de Segurança Nacional. A Guerra Fria, assim, perpetuou os princípios postulados pelo GMEEUC, que, por sua vez, se desdobraram, à época, na reforma básica de instituições japonesas do período colonial coreano. Esses princípios, amplamente fundamentados no anticomunismo e no liberalismo econômico a partir da Constituição de 1948, refletiram a continuidade do controle militar e político imposto pelos Estados Unidos.

A Constituição de 1948 da Coreia do Sul, embora tenha instituído um regime democrático, foi amplamente moldada pela ocupação estadunidense no país, que buscava garantir uma ordem política alinhada aos seus interesses na região. O anticomunismo tornou-se a pedra angular da política interna, justificando medidas repressivas contra qualquer oposição, como movimentos sindicais ou de esquerda. Paralelamente, o liberalismo econômico incentivado pelos EUA favoreceu a rápida industrialização do país, mas também manteve as desigualdades estruturais, reprimindo as demandas populares por justiça social. Essa dinâmica de repressão política e liberalismo econômico formou a base do regime autoritário de Syngman Rhee, que, apoiado pelos EUA, consolidou um governo que combinava a centralização do poder com a supressão de direitos civis em nome da estabilidade e do combate ao comunismo, construindo uma conjuntura importante que culminou no golpe de 1961 de Park Chung-Hee, fundamental para a compreensão da “síntese” dialética do processo de revolução passiva no leste asiático (Mobrand 2019; Choi, 1989).

3.2 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA HISTÓRIA JAPONESA E A CONCRETIZAÇÃO DO CURSO INVERSO NO JAPÃO.

Como visto anteriormente, o processo de revolução passiva no Japão após a Segunda Guerra Mundial compartilha semelhanças com o caso da Coreia, ambos marcados por manifestações sociais e repressão pós-guerra datadas na década de 1940. No Japão, a ocupação estadunidense, liderada pelo General Douglas MacArthur e o Comando Supremo das Potências Aliadas, promoveu reformas políticas e sociais voltadas para a democratização e desmilitarização do país, concomitante à dependência militar do país sob os EUA e sua proximidade política. No entanto, essas reformas, como a dissolução dos grandes conglomerados, como o caso dos *zaibatsu* e a promoção de direitos trabalhistas, foram rapidamente limitadas, principalmente após 1947, devido à necessidade de conter a presença dos comunistas e dos impulsos revolucionários, consequência dessas reformas, no contexto da Guerra Fria.

A partir de então, houve um "curso inverso" nas reformas, com os Estados Unidos priorizando a recuperação econômica do Japão para transformá-lo em uma linha de frente anticomunista no Leste Asiático. Isso resultou na repressão dos movimentos trabalhistas e na restauração parcial das elites conservadoras japonesas, incluindo a manutenção da figura do Imperador Hirohito. De modo a impor uma hegemonia incompleta e conservadora, onde as demandas populares por transformações mais profundas foram substituídas por medidas de controle político e econômico, como demonstrado no capítulo anterior.

Reiterando o cerne das principais questões que perpassam o Japão no imediato período pós-Segunda Guerra Mundial, é imperativo explicitar algumas das características intrínsecas de sua política interna, que, inevitavelmente, refletem determinadas posições internacionais. Essa abordagem é essencial para a compreensão da concretização do processo de revolução passiva no país insular, cujas consequências reverberaram diretamente no Tratado de Relações Básicas entre Japão e Coreia, firmado em 1965. Para tanto, a análise que segue toma como elementos centrais a distorção da história japonesa, a Constituição de 1947 e os precedentes históricos da década de 1940, como pilares fundamentais no entendimento deste processo histórico e político internacional. Estes eventos, porquanto, não apenas configuram os alicerces da reconstrução do Estado japonês no pós-guerra, como também são catalisadores de tensões internacionais, especialmente com a Coreia, em torno do que a historiografia denomina o “problema da história”, que por sua vez, diz respeito à distorção deliberada ou

omissão de aspectos sombrios do período imperial japonês, particularmente no que concerne às violações de direitos humanos e à ocupação da Coreia e de outras colônias.

Um fator comum que permeia as políticas do pós-Guerra no Japão, principalmente durante o período de ocupação estadunidense pelo CSPA até 1952, recai intimamente sobre a censura, ou melhor, o tabu. Dower (1999) aponta que a censura nos meios de comunicação, já nos primeiros anos de ocupação, visava falsear a legitimidade das reformas democráticas sob orientação estadunidense.

Quando se tratava de críticas à ocupação e às potências aliadas, os arquivos dos censores continham mais do que um pouco de material que beirava o ridículo. Um pequeno cachorro foi excluído de uma fotografia das forças americanas em desfile porque distraía da dignidade das tropas. Mais comumente, eram as próprias tropas e todos os seus emblemas (jipes, placas em inglês e afins) que eram eliminados do registro visual – como se eliminar qualquer sinal da ocupação de filmes e fotografias ajudasse, de alguma forma, os japoneses a esquecerem que não tinham soberania! (Dower, 1999, p. 419, tradução nossa)

Os movimentos de censura explicitados pelo autor, ao longo do primeiro triênio de ocupação estadunidense pelo CSPA, configuraram um sufocante tabu das “críticas às forças armadas” (Dower, 1999, p.420, tradução nossa). Isso significava que os japoneses não podiam se concentrar na contradição entre a retórica do CSPA sobre liberdade e democracia, por um lado, e a fome persistente, por outro. Essas contradições permearam, junto do tabu e suas extensões, toda ocupação do General MacArthur, de 1945 a 1952, bem como o seu legado, vide o Tabu do Crisântemo¹⁶, nos anos 1980, cujas premissas datam já na década de 1950.

A análise do acordo político estabelecido no pós-guerra entre Japão e as Potências Aliadas revela um esforço estruturado, predominantemente estadunidense, destinado a garantir que o Japão não voltasse a ser uma ameaça à paz mundial, ao mesmo tempo, em que buscava reintegrá-lo como um membro responsável da comunidade internacional (Dower, 1999). A Diretiva enviada ao CSPA, General MacArthur, delineava a desmilitarização e a desmantelamento do militarismo japonês, reforçando instituições democráticas e promovendo

¹⁶ O crisântemo, tradicionalmente associado à realeza nipônica, consolidou-se como um emblema sagrado, cercado de profunda reverência tanto no plano cultural quanto no político para os japoneses (Dudden, 2008). Assim, o "Tabu do Crisântemo" emerge com maior intensidade após o falecimento do Imperador Hirohito, sendo interpretado como uma restrição social tácita que inibia qualquer menção pública acerca de seu envolvimento nos crimes perpetrados durante o período imperial. Essa censura simbólica impediu que o Japão confrontasse de maneira plena seu passado colonial e bélico, optando, ao invés disso, por uma narrativa que enfatiza sua própria condição de vítima, obscurecendo as atrocidades devastadoras cometidas em várias regiões do Leste Asiático (Dower, 1999; Dudden, 2008; Gray, 2022).

tendências políticas e econômicas com traços liberais significativos, e, no geral, favoráveis aos EUA.

Dower (1999) destaca que, embora uma fachada de controle internacional fosse sustentada pela CEO, a verdadeira autoridade em Tóquio residia em MacArthur, que atuava sob uma lógica predominantemente americana. Essa ambiguidade entre suas funções "aliadas" e "americanas" possibilitou uma execução discreta das diretrizes, muitas vezes refletindo transplantes de instituições americanas, mesmo que inadequados ao contexto japonês, aponta o autor. A dificuldade em supervisionar o governo japonês devido à falta de membros aliados treinados e à disparidade cultural gerou divergências significativas entre intenção política e resultados práticos. Como, por exemplo, os impulsos revolucionários enquanto resultados das reformas democratizantes, e de maneira mais precisa, o fracasso nas políticas econômicas do país nos primeiros anos de ocupação (Dower, 1999).

A reformulação da estrutura econômica do Japão no período pós-guerra foi marcada pela dissolução dos zaibatsu, conglomerados financeiros e industriais que acumularam vastas fortunas durante a Segunda Guerra Mundial (Beasley, 2000). Este processo foi impulsionado por um movimento em prol da democratização econômica, com o intuito de desarticular as concentrações excessivas de poder econômico que, na visão das forças ocupantes, representavam um obstáculo à concorrência interna e à estabilidade democrática (Beasley, 2000, Dower, 1999). Nesse contexto, leis anti-monopólio foram implementadas para impedir o ressurgimento dessas entidades econômicas monopolistas. Contudo, como observa Dower (1999), tais esforços encontraram uma resistência considerável, tanto internamente, no Japão, quanto, em certa medida, nos Estados Unidos, ilustrando as complexidades intrínsecas ao processo de reconfiguração econômica de uma nação recém-derrotada.

Por outro lado, o desmantelamento dos elementos bélicos da sociedade japonesa envolveu não apenas a desmilitarização física, mas também a responsabilização jurídica dos indivíduos que, enquanto figuras centrais do imperialismo japonês, haviam contribuído para a propagação do militarismo exacerbado e do ultranacionalismo (Beasley, 2000). O capital humano, que havia dirigido as ambições expansionistas do Japão e perpetrado crimes de guerra, precisava ser levado a julgamento. Beasley (2000) aponta, com clareza, a controvérsia envolta nesse processo, particularmente no que tange a difícil questão dos crimes cometidos nas décadas de 1930 e 1940, com especial destaque para a brutal escravização de mulheres,

em sua maioria coreanas, eufemisticamente conhecidas como "Comfort Women" (Chang e Barker, 1990).

A figura do Imperador Hirohito, que permaneceu central no imaginário japonês como símbolo de unidade nacional, surge como um ponto nevrálgico nessa discussão. Julgá-lo por estes crimes de guerra poderia gerar uma convulsão social, considerando, principalmente, o forte sentimento da população pelo Imperador (Buruma, 1994, Dower, 1999). Chang e Barker (1990) esclarece que qualquer tentativa de responsabilizar diretamente o Imperador Hirohito ameaçaria inviabilizar o projeto de governo indireto liderado pelos EUA e simbolizado pela presença do CSPA, uma vez que a estabilidade política do Japão pós-guerra dependia, em grande medida, de manter intacta a figura do imperador como um símbolo de continuidade e coesão nacional. Assim, integrou-se a imagem do imperador às perspectivas de modernização a partir das reformas políticas, limpando a sua imagem (Beasley, 2000).

Buruma (1994) aponta que, como resultado, o não-julgamento do Imperador, responsável formal pelos crimes de guerra por parte do CSPA, prejudicou as chances de uma democracia japonesa funcional e distorceu seriamente a história. Para manter o imperador em seu lugar, o passado de Hirohito teve que ser isento de qualquer mancha, isto é, teve de ser completamente distorcido para que o não julgamento fizesse sentido, conforme apontado pelo autor. As consequências das reformas do CSPA, cujo não-julgamento é incluso, tiveram vultosas consequências no país. Como bem explicitado por Dudden (2008), na década de 1950, qualquer narrativa histórica que envolvesse o Japão a partir de uma óptica de desprezo pelo Imperador ou pelo sistema imperial tinha sua nacionalidade nipônica questionada.

Numa perspectiva mais ampla, a distorção da história japonesa, dentre diversos outros fatores de princípios semelhantes, tem sua estruturação a partir do período de curso inverso das reformas democratizantes no país. O objetivo da reversão, por sua vez, recai na tentativa de apagamento da vontade popular nipônica expressada nos “Dia do Trabalhador”, no “Dia do Alimento” e no “Dia do Estudante”, anteriormente trabalhados. Em outras palavras, as reformas democratizantes, bem como a sua reversão, conversam com a elaboração revolucionária passiva no país que, juntamente com a ocupação do Governo Militar do Exército dos Estado Unidos na Coreia e sua derivada onda de reformas “vindas de cima”, subsequente ao apagamento dos impulsos revolucionários ao sul, contribuem para a compreensão da reconstrução do Leste Asiático no pós-Segunda Guerra Mundial sob a égide

de uma hegemonia incompleta, não-plena, que é, para Gramsci (1977), a tradução de um processo dialético de revolução passiva.

Dudden (2008), ao levantar fontes primárias, corrobora com a argumentação dessa hipótese de revolução passiva nipônica, principalmente quando explicita casos como o do livro didático na década de 1950. O autor aponta que na década de 1950, um professor de segundo grau japonês buscou publicar um livro didático que incluía diversos relatórios e relatos, como o Massacre de Nanjing¹⁷ e teve mais de duzentas alterações e cortes no conteúdo do livro, feitos pelo Ministério da Educação do Japão, como premissa para ser publicado. Esses cortes tangiam principalmente os elementos que eliminavam o caráter lúdico e mágico que a narrativa da história nipônica vinha tomando. Essa exposição torna-se ainda mais pertinente à presente argumentação, ao evidenciar a tensão entre a liberdade assegurada pela Constituição de 1947 e as intervenções do Ministério da Educação, que visavam moldar a narrativa histórica de maneira controlada.

Contudo, antes da Constituição de 1947, e principalmente suas aberturas e problemas, guiar a tônica da presente argumentação, busca-se concluir, ainda que sem esgotar todas as possibilidades de análise, a distorção sistemática da imagem do Imperador. O termo “sistemático”, nesse sentido, é empregado para esclarecer a tentativa do Estado — por isso a relação com a Constituição — de limpar os hediondos crimes de guerras nipônicas nos anos preliminares ao fim dos conflitos. Pouco tempo após o término da ocupação do CSPA, na mesma conjuntura do caso educacional supracitado, o governo passou a atacar a nova estrutura administrativa da educação, como destaca Halliday (1975). Ainda, o autor pontua que:

Em 1954, um projeto de lei foi aprovado pela Dieta que tornava as juntas nomeadas em vez de eleitas, com a justificativa de que o sistema eleitoral tornara impossível manter a neutralidade política. Na verdade, *o governo sentia-se obrigado a agir contra esse sistema porque a maioria da população estava à esquerda das políticas educacionais que o regime desejava*. O projeto de lei também fortaleceu consideravelmente o poder do Ministério central para interferir em todos os aspectos da educação local. (Halliday, 1975, p.246, tradução nossa, grifo nosso)

Desta maneira, a nomeação à eleição surge como forma indireta de cegar determinados setores da sociedade japonesa. Os livros didáticos surgem, na argumentação de Halliday

¹⁷ O Massacre de Nanjing, ou Estupro de Nanjing (ou Nanquim), é uma expressão que se refere a um dos inúmeros crimes de guerra que o Império do Japão cometeu durante a década de 1930. Nanquim, à época, capital chinesa foi marcada por um evento de extrema brutalidade, onde foi assassinado entre 200.000 a 300.000 civis e prisioneiros de guerras, concomitante à atos de estupro e tortura (Chang, 1997). Até hoje, esse episódio permanece uma questão controversa e sensível nas relações entre China e Japão, sendo objeto dessas revisões históricas, negociações e tensões diplomáticas, e serve como exemplo para ilustrar a questão tratada no texto.

(1975), como consequência dessa necessidade do governo nipônico de distorcer ou apagar determinados elementos a partir da escolha das juntas. Assim, os livros didáticos foram um dos principais alvos do governo na década de 1950. E certas reformas do CSPA tentaram ser “desviadas de sua função” originária — como eliminar dos livros, a doutrinação extremista militarista e nacionalista — para, por exemplo, alterar a maneira de seleção dos livros didáticos e, portanto, dar início a um processo mais abrangente de limpeza da imagem não só do Imperador, mas do Império Japonês em suas últimas décadas de existência (Halliday, 1975). Ainda que essa tentativa tenha falhado, foi restabelecido o controle central sobre os livros didáticos escolares, de modo que o Estado padronizasse a educação conforme seus interesses.

Não obstante, a década de 1950 foi fundamental para a compreensão do processo de revolução passiva nipônico, especialmente no que diz respeito à face da antítese do processo dialético, que se manifesta no período de “curso inverso”, não somente enquanto supressão dos impulsos revolucionários, mas também como reversão de determinadas pautas, como a da educação. Nos primeiros anos de ocupação do CSPA, os impulsos revolucionários ganharam força — ancorados principalmente nas reformas econômicas e sociais que, ao mesmo tempo, em que relegavam milhares de japoneses à pobreza, permitiam uma maior conscientização sobre sua posição social, por meio da liberdade de expressão, da organização e da manifestação (Gordon, 1998; Halliday, 1975; Emmerson, 1972). Contudo, rapidamente, em um segundo momento, esses impulsos foram reprimidos a fim de conter os ideais socialistas e a inquietação social, de maneira mais ampla, na região. A reversão das políticas sociais, que se concentrou principalmente na restrição e na perseguição de militantes socialistas e pessoas contrárias à ocupação estadunidense no Japão, trouxe consigo uma reversão significativa nas pautas educacionais.

Por isso, a década de 1950 é fundamental para a compreensão da reversão dos impulsos revolucionários e suas conquistas materiais, ao passo em que, no âmbito da educação, o Ministério da Defesa conseguiu, ao longo da década de 1950, restaurar gradualmente a maior parte do sistema educacional que existia num período anterior a Segunda Guerra Mundial (Halliday, 1975). A restituição desses elementos, outrossim, foi utilizado para reafirmar a teoria da superioridade racial japonesa, revelando não apenas um esforço de reabilitação de uma ideologia nacionalista, mas também um intento deliberado de moldar a identidade coletiva do Japão, conforme explicitado por Halliday (1975). O autor ainda contribui com essa questão, ao pontuar o retorno a uma narrativa imperialista,

ênfatisado nas críticas à Lei Fundamental da Educação de 1947, e como ela simboliza a resistência a qualquer forma de autoavaliação crítica em relação ao passado bélico do país.

Essa rearticulação dos conteúdos educacionais, portanto, reflete um movimento mais amplo de reafirmação do nacionalismo e da unidade nacional, ao passo que busca desviar a atenção das atrocidades cometidas em nome do imperador e legitimar uma visão de Japão que se alinha com os interesses das elites políticas da época, e principalmente com os EUA (Buruma, 1994; Dudden, 2008; Halliday, 1975). Assim, a década de 1950 não apenas representa um retrocesso nas conquistas sociais, iniciados na década anterior, mas também um esforço consciente para consolidar um discurso hegemônico que minimiza e fantasia a complexidade da história japonesa.

Uma vez explicitado a questão da distorção institucionalizada e sistemática da história japonesa, principalmente no que diz respeito ao seu passado sombrio, isto é, aos crimes durante a Segunda Guerra Mundial, busca-se retomar, agora, o teor da Constituição de 1947, principalmente suas consequências na década seguinte à sua instauração. A Carta Magna japonesa se faz relevante para a presente argumentação em vários aspectos: (1) ela explicita e permite a continuidade de determinados princípios do sistema imperial, refletindo a efetivação do processo dialético de revolução passiva enquanto tradução nipônica da elaboração de Gramsci (1977); (2) ela é basilar para a legitimação da entrada dos militares estadunidenses no país, e não mais todos os Aliados — se é que um dia as outras nações que compunham tal aliança tiveram uma relevância material nas ações tomadas pelo CAJ e pela CEO durante a Ocupação; (3) e por fim, a Constituição de 1947 concretiza a extensão da revolução passiva na esfera política formal, aliando o Partido Liberal Democrático (PLD), a burocracia, e as grandes corporações, para compor um importante fator para a segunda metade da década de 1950 denominado de “Doutrina Yoshida”, como será visto.

A Constituição de 1947, diferente da Constituição Meiji, assume o papel exclusivamente simbólico do Imperador, já no primeiro artigo, onde explicita que este não exerce mais suas funções políticas. A participação do Imperador, a partir de 1947, portanto, se restringia à atuação em atos cerimoniais específicos (JAPÃO, 1946). Gomes (1999) aponta que a escolha do termo “símbolo” para descrever a posição imperial no novo governo estruturado implica num esforço sobretudo do CSPA — envolvido na elaboração da Constituição de 1947 — em remover a figura do Imperador do domínio político, sem promover uma agitação popular. Como apontado pelo autor, o “simbólico” imperador mantém

determinados traços de Chefe de Estado, apesar de não o ser efetivamente, devido à falta de autoridade política.

A partir disso, Dower (1999) contempla essa argumentação ao apontar que o imperador não era mais um deus, mas sim um símbolo de unidade nacional. Como visto, uma figura ímpar para a nação nipônica não poderia ser julgada e muito menos retirada de sua posição formal, arriscando provocar uma convulsão social. Assim, em síntese, retirou-se a eficácia da posição do imperador, mantendo, todavia, a estrutura imperial, ainda que com determinadas reformas em diversos setores (Dower, 1999). Entretanto, a retirada da posição pragmática do imperador na política não enfraqueceu a sua imagem, pelo contrário, impulsionou a percepção popular sobre a história imperial personificada no Imperador Hirohito, como destacado no fragmento abaixo:

O primeiro capítulo da Constituição Revisada prevê expressamente que o Imperador, de uma linha ininterrupta através das eras, assegura sua posição como um Monarca que, com base na vontade soberana do povo, os unifica, coetaneamente com o Céu e a Terra, da eternidade à eternidade. Assim, foi possível confirmar o fato solene de que o Imperador, enquanto está no meio do povo, se mantém fora do âmbito da política real e ainda mantém sua autoridade como o centro da vida do povo e como a fonte de sua orientação espiritual. Essa realização foi recebida com a máxima alegria e satisfação pela absoluta maioria do comitê. (KG-HR-90, 1946 apud Dower, 1979, p.326, tradução nossa)

A imagem do Imperador, destarte, fortalecida pela Constituição 1947, propiciou a consolidação de uma narrativa nacional que se enraizou profundamente na sociedade japonesa. Essa construção simbólica, impulsionada pelos interesses do governo e, portanto, do CSPA, facilitou uma distorção da memória histórica do Japão, minimizando os horrores da guerra e os crimes perpetrados durante o período da ocupação, como visto anteriormente. Uma vez que o Imperador não só deixou de ser julgado, como adquiriu um caráter superior à posição política, como Dower destaca “uma vez que pensar no impensável se tornou inevitável, até mesmo se tornou possível argumentar que, em sua nova democracia imperial, a posição do imperador havia sido elevada, no sentido de que agora ele estava acima da política” (1999, p.390, tradução nossa).

Posto essas questões, os princípios do sistema imperial — sobretudo a figura do Imperador Hirohito — ainda durante as reformas na década de 1940, mas principalmente em 1950, consolidaram uma posição forte para a nação japonesa. Isto cristaliza, portanto, o primeiro ponto a ser levantado sobre a Constituição de 1947 e sua relação na substancialização do processo de revolução passiva no Japão: a continuidade reformada do

sistema imperial. Posição esta que ampara a análise da distorção histórica e suas sequelas e repercussões nas relações políticas nipo-coreanas. A função do Estado do tipo piemontês, conforme elaborado por Gramsci (1977), aparece, em sua tradução nesse sentido, de maneira clara no contexto apresentado. Os produtos das reformas democratizantes no Japão pela CSPA, especificamente a Constituição de 1947 resultaram em uma reconfiguração não só do espaço político, mas da vida social na totalidade, que, embora introduzisse elementos de democracia, enquanto representação da modernização, não rompeu completamente com as estruturas e símbolos do passado imperial, consubstanciando na adaptação para a materialidade do Leste Asiático no pós-Guerra, o que Gramsci (1977) aponta como “revolução-restauração” que posteriormente se dá como “revolução passiva”, e que também concerne no que Carlos Nelson Coutinho chama de modernização conservadora.

O segundo ponto, conseqüentemente, recai sobre o monopólio do contingente militar estadunidense no Japão e na continuidade desse exército no país, bem como na contradição entre os tratados decorrentes da Constituição que retomam a soberania nacional nipônica, mas mantém as forças armadas estadunidenses no país baseados na retórica de proteção e segurança. Assim, a legitimação da permanência das tropas americanas se dá, indiretamente, a partir de um artigo da Constituição de 1947, mais especificamente o Artigo 9º, no qual o direito à guerra não é mais reconhecido no país, implicando na proibição do Japão constituir Forças Armadas marítimas, aéreas ou terrestres. Como se vê:

Artigo 9. Aspirando sinceramente a uma paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo japonês renuncia para sempre à guerra como um direito soberano da nação e à ameaça ou uso da força como meio de resolver disputas internacionais. Para atingir o objetivo do parágrafo anterior, as forças terrestres, marítimas e aéreas, bem como outros potenciais de guerra, nunca serão mantidos. O direito de beligerância do Estado não será reconhecido. (JAPÃO, 1946, tradução nossa, grifo nosso)

A Constituição de 1947 estabeleceu as bases para um regime japonês que renunciava ao direito à guerra, proibindo, de maneira expressa, o desenvolvimento de forças militares significativas. E, deste modo, o objetivo central era pôr fim ao militarismo expansionista que havia caracterizado o Japão nas décadas anteriores, e que justificava a permanência da ocupação do CSPA no país. No entanto, a conjuntura da Guerra Fria no Leste Asiático, marcada pela projeção dos interesses político-econômicos, sobretudo americanos, moldou profundamente o novo cenário japonês. Embora tenha abdicado de suas forças armadas, o Japão manteve um contingente militar limitado, conhecido como Forças de Autodefesa, e, doravante, conservou-se a proteção estadunidense (Christensen 1999; Forsberg 2000).

A permanência dos EUA no país insular se dá por intermédio formal de dois tratados: o Acordo de Paz de São Francisco e o Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA, ambos assinados em 1951. O primeiro deles tinha como principal objetivo oficializar a retomada de soberania do país, ainda que sob a égide militar dos americanos. O que leva ao segundo tratado, cuja permissão da instituição de uma base militar estadunidense em território japonês tonificava os objetivos do acordo (Oliveira, 2018; Pyle, 2007).

Ambos os acordos, porém o segundo com uma maior relevância, são produtos da Guerra Fria e das tensões resultantes desta. Pyle (2007) aponta que as crescentes tensões dos EUA com a URSS já na década de 1940, e, posteriormente, o triunfo dos comunistas na Revolução Chinesa e a internacionalização dos conflitos na península coreana, postos como Guerra da Coreia, trouxeram a região do Leste Asiático para o fulcro da Guerra Fria na Ásia. Segundo o autor, isso implicou, de mesmo modo, na reconsideração dos objetivos da ocupação do CSPA no Japão, pois, se num primeiro momento os objetivos centrais eram a democratização e a desmilitarização do país; no início da década de 1950, o Japão passou a compor uma peça central na doutrina de Washington contra os comunistas.

O Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA, portanto, marca a mudança do foco dos americanos no país insular. As reformas liberais-democráticas no Japão passaram a incluir, cada vez mais, a contenção militar, visando proteger os interesses hegemônicos estadunidenses contra a expansão soviética e comunista na região (Pyle, 2007). O acordo permitiu que os EUA mantivessem bases militares no Japão, o que era essencial para projetar poder na Ásia, especialmente nas proximidades da China e da península coreana, regiões que, como demonstrado até agora, são de suma importância durante a Guerra Fria (Pyle, 2007). Outrossim, apesar de o Japão ter oficialmente renunciado seus vínculos diretos com o militarismo, a manutenção dessas bases militares americanas no país permitiu que o país funcionasse como um núcleo estratégico da política de contenção estadunidense (Christensen, 1999). Destarte, o Japão, principalmente durante a Guerra da Coreia, tornou-se uma plataforma de lançamento de operações militares estadunidenses.

A permanência das tropas estadunidenses no Japão, consagrada por meio dos Acordos de Paz de São Francisco e de Segurança Mútua Japão-EUA, manifesta uma contradição intrínseca e paradigmática entre a afirmação da soberania nacional e a manutenção de uma presença militar estrangeira em território japonês. Em um primeiro plano, a assinatura do Acordo de Paz simboliza o restabelecimento formal da soberania do Japão, permitindo que o

país retorne à comunidade internacional após um período de ocupação militar e subordinação. Entretanto, essa soberania, embora proclamada, é inegavelmente condicionada à presença das forças americanas, que se tornam um elemento fundamental na arquitetura de segurança da região, revelando uma complexidade que desafia as concepções tradicionais de autonomia nacional (Dower, 1999; Forsberg, 2000; Pyle, 2007).

Como resultado dos pontos levantados no presente capítulo, bem como em seu antecessor, a revolução passiva no pós-Guerra significou que a reconciliação entre o Japão e seus vizinhos caminhava, gradualmente, para uma hipótese pouco provável. Deste modo, um terceiro e último elemento que o presente trabalho pretende pontuar e analisar sobre a Constituição de 1947, tem como ponto de partida a elaboração do alcance do processo de revolução passiva na esfera política formal, enquanto resultado da solidificação desse processo dialético na década de 1950. Isto implica no que se chamou de “Sistema de 1955” baseado na união do Partido Liberal Democrático com a burocracia e as grandes corporações, também chamado de *seikangyō* (Carroll, 2021). Este triunvirato, como pontua Carroll (2021), exerceu um papel expressivo na manutenção das relações hegemônicas de governança por intermédio de uma divisão doméstica de trabalho. Como bem explicitado pelo autor, há, na academia, um debate sobre o grau de importância de cada um desses elementos no processo dialético de reconstrução do Estado japonês. Contudo, apesar da relevância no debate, cabe aqui ponderar a totalidade do papel desses agentes no processo de revolução passiva, pois, individualmente, cada elemento perde, à sua maneira, sua expressividade.

Em 1955, a fusão do Partido Liberal com o Partido Democrático do Japão formou um dos maiores partidos políticos do país, com intensas características conservadoras e nacionalistas, o Partido Liberado Democrático. Assim, o PLD, desde o seu ano de fundação, conseguiu manter-se no poder a partir do que se chama na literatura de “sistema de 1955”, que justamente concatena o PLD, a burocracia e as grandes corporações. Como destaca Carroll (2021), o PLD foi expressivamente impulsionado pela carência de manter sua legitimidade política em diversos níveis. No âmbito nacional, relacionado às políticas gerais, elaboradas pelo Gabinete, isto é, o núcleo central do governo, o PDL visou a criação de políticas nacionais que garantissem o apoio geral do partido, bem como a confiança dos eleitores. Outrossim, no nível dos legisladores individuais, esses atores eram obrigados a maximizar os fundos públicos para seus distritos, como maneira de assegurar a continuidade eleitoral sob determinadas condições relativas tanto ao âmbito interno do PLD quanto entre outros partidos (Carroll, 2021). Ainda, o sistema eleitoral dos distritos de membros mistos contribuía para a

continuidade do poder do PLD, conforme era formado por dois tipos de votação: voto majoritário e proporcional ao partido. O que, especialmente nas áreas rurais, garantia a reeleição do Partido. Desta forma, o sistema criava uma garantia de continuidade no poder, pois, apesar da competição interna, o PDL possuía uma forte base de votos, tanto por suas políticas quanto pela estrutura eleitoral, que favorecia o partido, de acordo com Carroll (2021).

Sobre a burocracia, por outro lado, o autor a vê como produto do impulso das questões econômicas e sociais no país, principalmente relacionadas ao Ministério da Indústria e Comércio Internacional (MICI) e ao Ministério das Finanças¹⁸. Carrol (2021) aponta que ambos os ministérios moldaram as políticas macroeconômicas e industriais, voltadas para gerar e manter um crescimento econômico rápido, diferentemente de outros ministérios.

O sistema de 1955 incorporou, assim, a forma da chamada Doutrina Yoshida, que pretendia se basear nos princípios de adesão à constituição pacifista do pós-Guerra, de modo a focar-se apenas na restituição econômica do país. Uma vez que as Forças de Defesa nipônicas não podiam receber nenhum tipo de investimento, pois a esfera da segurança nacional estava, em grande parte, sob a égide do exército estadunidense. Assim, a Doutrina Yoshida não só visava a recuperação e o desenvolvimento econômico pós-Guerra, como também buscava fortalecer a aliança com os EUA, através dos múltiplos acordos assinados na década de 1950, enquanto pedra angular da política de segurança para o país (Dower, 1999; Pyle, 2007; Gomes, 1999; Gray, 2022). A Doutrina Yoshida de maneira geral, estabeleceu três objetivos voltados à política externa: (a) promover a recuperação econômica e a reconstrução do pós-Segunda Guerra, (b) o rearmamento mínimo, e (c) a aliança entre o Japão e os EUA como centro da política de segurança do Japão (Tamaki, 2010). O terceiro elemento, portanto, assegurava os investimentos na economia, a partir da ausência de necessidade de desenvolvimento bélico ou militar. (Tamaki, 2010; Wight, 2006).

Assim, com forte investimento na economia, os dois ministérios ganham visibilidade, com destaque primordial ao MICI. Este, em particular, teve um papel ativo na promoção da industrialização e na proteção de indústrias estratégicas, ajudando a direcionar investimentos para setores considerados essenciais para o crescimento econômico (Carroll, 2021). Assim, os ministérios moldaram políticas que favoreciam a recuperação da economia, englobando o

¹⁸ O Ministério das Finanças pode aparecer, também, como Ministério da Fazenda, a depender da tradução ou da obra. Assim, optou-se por utilizar apenas a primeira expressão, visando padronizar o termo no presente trabalho.

amplo apoio às indústrias emergentes e a implementação de políticas de exportação agressivas (Carroll, 2021). A aliança da burocracia com os legisladores individuais do PLD, na perspectiva de Carroll, travava uma tensão dinâmica, pois, enquanto o primeiro priorizava interesses a médio e longo prazo, os legisladores visavam interesses mais imediatos e locais, garantindo o apoio eleitoral (2021).

Por fim, entra o fator das grandes corporações que criaram, ao longo do tempo, uma estrutura basilar para a acumulação de capital para o país. As grandes corporações, nessa perspectiva, trabalharam em conjunto com o governo para garantir o acesso a recursos naturais essenciais e, em muitos casos, beneficiaram-se de subsídios e apoio governamental para expandir suas operações e modernizar suas infraestruturas produtivas (Carroll, 2021).

Desta forma, as forças em questão, portanto, o PDL, a burocracia — em especial o Ministério do Comércio Internacional e da Indústria e o Ministério das Finanças — e as grandes corporações, engendraram uma fase político-ideológica reformada do Japão no período pós-guerra, equilibrando as necessidades de acumulação de capital, legitimação política e reprodução social. Esses elementos, em outras palavras, formaram, para Gray (2022) e Carroll (2021), uma nova estrutura de conciliação de classes e grupos em torno de objetivos específicos em comum, no caso a recuperação econômica e a estabilização dos aspectos políticos. De modo a incluir trabalhadores das grandes corporações, que se beneficiavam do sistema de emprego vitalício do Estado, além de agricultores, pequenos empresários e a nova classe trabalhadora urbana (Carroll, 2021).

Essa conciliação, sobretudo, recai em termos de interpretação da história, principalmente em torno de duas questões-chave: a agressividade da guerra e a magnitude dos crimes cometidos pelos japoneses. Como destaca Dian (2015), as políticas implementadas durante a ocupação americana moldaram o debate sobre a política externa japonesa e a luta pela reformulação da memória nacional. E, como visto, após a ocupação, principalmente na década de 1950, duas tradições principais surgiram na política externa: a primeira, representada pela elite do PLD, de caráter conservador e nacionalista, e a segunda, progressista, amparada pelo Partido Socialista Japonês (PSJ) (Dian, 2015). Os conservadores tendem minimizar a agressividade da guerra e buscavam enfatizar os sacrifícios de uma geração inteira, amplamente ancorados em princípios nacionalistas, ao passo em que a tradição progressista focou nas experiências da sociedade civil “comum”, isto é, das vítimas

da elite militarista e do terror causado pelos bombardeios estadunidenses em Hiroshima e Nagasaki, símbolos do sofrimento nacional (Dian, 2015).

Mesmo que o LDP monopolizasse o poder político entre as décadas de 1950 e 1990, a estratégia pós-guerra do Japão, assim como a reconstrução da memória nacional que a acompanhava, foi um compromisso entre essas duas tradições [conservadores e progressistas]. Durante o período entre o fim da ocupação e o final da década de 1960, os progressistas estavam particularmente ativos em contestar a aliança com os Estados Unidos e a presença de bases militares, que implicavam o risco de o Japão ser envolvido em uma nova guerra [...]. No entanto, durante o período pós-guerra, o Japão nunca foi completamente dividido em dois campos intransponíveis. Os conservadores conseguiram cooptar algumas das crenças progressistas, especialmente sobre o papel do povo japonês como vítimas e a necessidade de minimizar o papel militar do Japão na Guerra Fria. (Dian, 2015, p.370, comentário próprio, tradução nossa)

Desta forma, destaca-se como o processo dialético de revolução passiva moldou intensamente todas as áreas da vida nipônica no pós-Guerra, transformando, inclusive, a maneira como o Japão enxerga seu passado e se posicionava sob o arranjo do sistema internacional. Assim, ao explicitar o sistema de 1955, revela-se a complexidade das relações domésticas no país, umbilicalmente conectadas às relações internacionais, onde os interesses políticos e econômicos moldam a memória coletiva e identitária nipônica.

Sem abordar o foco das tensões históricas desenvolvidas com suas antigas colônias, o Japão, por intermédio da Doutrina Yoshida e do sistema de 1955 enquanto expressões do processo revolucionário passivo nipônico, buscou, alinhar a dicotomia entre as visões conservadoras e progressistas sobre a guerra, simbolizando a busca pela limpeza de sua imagem tanto internamente, a partir do apagamento sistemático por meio dos livros didáticos, quanto internacionalmente, com as políticas de não-armamento. E, desta maneira, esses elementos trabalhados até aqui demonstram a dificuldade do Japão de estabelecer relações diplomáticas autênticas com seus vizinhos, uma vez que o processo de revolução passiva no Japão, e de maneira regional, no Leste Asiático, enquanto tradução da elaboração original de Gramsci (1977), impediu a superação das questões históricas e a construção de uma narrativa comum entre os dois países que compõem o objeto de estudo.

4. GOLPE MILITAR E NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS NA DÉCADA DE 1960

Para dar início ao capítulo que perfaz a argumentação do presente trabalho, corroborando a hipótese de que o processo revolucionário passivo no Leste Asiático a partir do pós-Segunda Guerra se desdobrou no Tratado de Relações Básicas entre Japão e a República Coreia de 1965, faz-se necessário, de antemão, concluir a construção do conceito de revolução passiva que foi apresentado de maneira fragmentada ao longo das seções e relacioná-lo plenamente com a conjuntura histórica da região. À luz das contribuições de Antonio Gramsci (1977) nos “Cadernos do Cárcere”, a chave conceitual de revolução passiva objetiva analisar um processo de transformação em todos os sentidos da vida — isto é, uma transformação política, social, econômica, cultural, etc. — conduzido e controlado pelas classes dominantes no qual a participação ativa das massas populares está ausente. Trata-se, destarte, de um mecanismo pelo qual as classes dominantes, que nesse processo cumprem um papel de dirigência política a partir da função do Estado, no papel de um partido político ou organização social, operam reformas necessárias para a preservação da ordem, portanto, de seu poder. Assim, preservando-se de uma ruptura radical ou da possibilidade de instauração de uma hegemonia completa a partir da emancipação da classe e grupos subalternos (Gramsci, 1977).

Essa transformação ocorre principalmente em momentos de crise orgânica do sistema político-econômico, como foi o caso do período pós-Segunda Guerra Mundial para grande parte do sistema internacional. Gramsci (1977) destaca a fragilidade do modelo organizacional político-econômico típico de uma revolução passiva, o que ele chama de “velho regime”. Nesse contexto, o velho regime traduz-se à estrutura hierárquica colonial explícita entre o Império Japonês e seu território dominado na península coreana, que não consegue mais se sustentar plenamente. Ao mesmo tempo, as condições para o surgimento de uma organização revolucionária ainda não estão maduras. Nesse cenário, as elites intervêm de maneira estratégica, promovendo mudanças que modernizam a estrutura de poder, enquanto preservam, ou melhor, restauram, os pilares fundamentais do sistema anterior.

Gramsci (1977) caracteriza a revolução passiva como uma dialética bloqueada, na qualidade de uma hegemonia incompleta, na qual a amálgama entre revolução e restauração resulta em um processo onde os impulsos revolucionários, em outras palavras, o levante popular organizado e estruturado é ao mesmo tempo, concretizado e contido pelas forças restauradoras, que se apresentou, aqui, a partir das forças de ocupação estadunidenses na

Coreia e no Japão, simbolizadas pelo GMEEUC e pela CSPA, respectivamente, bem como pelos seus apoiadores. Esses, na Coreia, representam a oligarquia agrária e a elite beneficiária do sistema colonial na península, cuja organização política do PDC sintetiza sua essência; ao passo em que a elite burocrática nipônica e sua aliança com as faces econômicas da Doutrina Yoshida e seus ministérios, amplamente ancorados na Constituição de 1947, constroem, no Japão, uma aliança com a ocupação estadunidense do General MacArthur.

Esse fenômeno de transformação conservadora revela-se um elemento chave na manutenção da hegemonia das classes dominantes (Gramsci, 1977). No processo de revolução passiva, a hegemonia não é exercida apenas pela força, mas também por meio de um controle ideológico que legitima a liderança das elites e desmobiliza a contestação popular, como se percebeu através da distorção sistemática da história japonesa e nas fortes aplicação de ideais anticomunistas concomitante ao uso da força do Estado em ambos países. Através de mecanismos de reformas, as elites cooptam as lideranças oposicionistas, neutralizando-as ao incorporá-las ao sistema (Gramsci, 1977). Desse modo, a revolução passiva permite uma acomodação das demandas populares sem que se ceda poder efetivo às massas, preservando a estabilidade da ordem dominante política mediante à crise vigente. Questão essa profundamente clarificada no caso japonês.

Apesar da elaboração gramsciana recair, em princípio, sobre os aspectos nacionais do *Risorgimento* italiano, ao longo de seus escritos carcerários, aponta-se, também, seu desdobramento internacional. Nesse contexto, Gramsci (1977) observa que a revolução passiva também pode ser aplicada para analisar como os processos de modernização em outros países, como no caso da Alemanha, foram conduzidos de maneira a evitar uma revolução popular nos moldes da Revolução Francesa de 1789 e no encetamento da Revolução Russa de 1917. Enquanto a burguesia francesa emergente conseguiu se apresentar como um "Estado integral" e promover uma transformação radical, as elites de outros países europeus e asiáticos realizaram reformas graduais que mantiveram as estruturas de poder anteriores, resultando em uma forma de restauração progressiva, aliada, em sua grande maioria, aos interesses do capital.

A revolução passiva só pode ser analisada de maneira holística, isto é, a análise de relações de forças não pode se restringir a uma divisão pedagógica de segmentação conjuntural ou monodimensional. Pelo contrário, a análise do objeto aqui apresentado se dá a partir de uma perspectiva de um processo histórico amplo e complexo, aliando as conjunturas

de média duração com as de longa duração, a partir da perspectiva de um historicismo absoluto (Gramsci, 1977).

Por último, ainda que sem a pretensão de abordar todas as facetas da chave gramsciana, é necessário tratar do aspecto da tradução, para que, uma vez esclarecida e retomada a elaboração do autor sardo, seja possível contemplar os desdobramentos do curso inverso da revolução passiva em ambos os países na década de 1960. A perspectiva gramsciana de tradução é fundamental para considerar a especificidade histórica, cultural, social e econômica das estruturas e superestruturas tanto do Japão quanto da Coreia do Sul no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Ao analisar no presente capítulo o processo de revolução passiva que culminou no Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia de 1965 entre os dois países, é substancial distanciar-se das perspectivas eurocêntricas que desconsideram as particularidades regionais.

Gramsci (1977), ao discutir as metáforas de Oriente e Ocidente, propõe que tais termos não devam ser interpretados geograficamente, mas sim a partir do grau de complexidade dos aparatos de produção da hegemonia em seus aspectos nacionais. Nesse sentido, tanto o Japão quanto a Coreia podem ser entendidos, em uma leitura gramsciana, como sociedades "ocidentais", devido ao alto grau de desenvolvimento de suas sociedades civis e à sofisticação de seus aparatos hegemônicos. Isso se reflete no modo como, em ambos os países, o controle sobre a transformação política e econômica foi mantido pelas elites locais, com apoio estrangeiro, evitando revoluções populares e promovendo reformas controladas.

Ao mesmo tempo, a presença de elementos "orientais" — ou seja, estruturas de hegemonia menos complexas, ligadas às tradições autoritárias e conservadoras — também foi determinante para a consolidação de regimes que equilibravam modernização e preservação das classes (Bianchi, 2008; Gramsci, 1977). Dessa forma, a análise do processo de normalização das relações entre Japão e Coreia do Sul, sob a ótica da revolução passiva, deve reconhecer essa dialética entre os elementos de complexidade ocidental e de autoritarismo oriental, sem incorrer em vieses eurocêtricos ou evolucionistas, muito menos em princípios tradicionais das definições de ocidente e oriente.

Como já apresentado ao final do segundo capítulo do presente escrito, ambos processos revolucionários passivos eram semelhantes, mas, segundo Gray (2022), a ordem política nipônica foi a que mais se aproximou do governo hegemônico. Já que o sistema político coreano no momento imediato à libertação era caracterizado por um autoritarismo repressivo e anticomunista. Em ambos os países, as transformações conservadoras e, por extensão, a relativa autonomia do Estado no Leste Asiático facilitaram a industrialização

necessária para a recuperação econômica (Gray, 2022). Com isso, a revolução passiva não só levou à formação de dois sistemas políticos cognatos, mas também tomou a forma de uma restauração parcial da divisão regional do trabalho anterior à guerra, portanto, à hierarquia regional colonial do modo de produção. Isto quer dizer que, conforme a Coreia conquistava financiamentos e tecnologias japonesas, ela aumentava sua autonomia no cenário internacional e, ao mesmo tempo, aprofundava sua dependência em relação ao Japão (Cumings 1984). Não obstante, essa estrutura regional de acumulação, que contribuiu significativamente para supressão da reconciliação legítima das relações entre os dois países sobre as questões do jugo colonial, está, sobretudo, instrumentalizada no estabelecimento formal das relações diplomáticas por meio do Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia de 1965.

Uma vez articulada a elaboração conceitual da chave gramsciana de revolução passiva de maneira íntegra, para que seja possível analisar a concretização dos desdobramentos do período entendido como “curso inverso” do processo hegemônico incompleto na década de 1960; e também explicitada a síntese da dialética entre revolução e restauração na normalização das relações entre Japão e Coreia do Sul, o próximo passo recai sobre a década de 1960. Assim, demonstra-se como o golpe militar de 1961, liderado por Park Chung-hee, emergiu em um contexto de fragilidade governamental e tensões sociais, refletindo a contribuição da Guerra Fria e da presença americana.

Em seguida, explorar-se-á as questões que envolvem o Tratado de Relações Básicas, explicitando o papel das pressões externas e os interesses estratégicos estadunidenses, bem como os problemas internos enfrentados por ambas as nações, mas principalmente a Coreia, a partir deste acordo. E, por último, se faz de igual importância a análise das implicações e consequências do Tratado, avaliando seu impacto econômico e político e as complexas relações de dependência que se estabeleceram entre Japão e Coreia do Sul, enquanto se abordam as questões não resolvidas do passado colonial e a resistência popular ao acordo.

4.1 GOLPE MILITAR NA COREIA DO SUL

O governo de Rhee, a reiterar, amplamente fundamentado na dependência dos estadunidenses — principalmente no setor financeiro, ao ponto de que essa sujeição representava a maior parte das importações da Coreia do Sul na década de 1950 (Cumings, 2005) — no contexto da guerra fria, teve, como presença marcante o autoritarismo e a repressão. Como apresentado, a centralização do poder nas mãos do presidente, ancorado na Constituição de 1948, que permitia essa mistura incomoda entre democracia e autocracia,

conforme Henderson (1968), permitiu que Rhee não só centralizasse as decisões do país em seu próprio escritório, como também tornou passível de execução, reprimir e suprimir toda uma oposição.

O uso da PNC e de grupos aliados marcaram a década de 1950 na Coreia, sob a égide dos estadunidenses numa conjuntura de Guerra Fria, onde os ideais liberais democratas serviram como retóricas para a materialização da tortura e perseguição de opositores políticos. Conquanto, outro fator saliente na regência de Rhee é a corrupção generalizada, ainda não destacada no presente trabalho. Conforme apontado no seguinte fragmento:

Enquanto isso, imensos casos de corrupção se desenrolaram sob Rhee, seja o caso da exportação de tungstênio em 1952, o caso da importação de algodão em 1954, ou muitos outros esquemas semelhantes. Aparentemente, Rhee e sua esposa pouco se beneficiavam pessoalmente, mas eles faziam arranjos eficazes para enriquecer oficiais de gabinete, amigos políticos e aliados. De fato, quase todos os grandes projetos empresariais nos anos 1950 precisavam passar pelo seu escritório. (Cumings, 2005, p.322, tradução nossa)

O abuso de poder quase institucionalizado no governo de Rhee passou, progressivamente, a ser mais percebido, e, com as tensões causadas pela forte repressão, deu-se início ao fim de seu mandato já em 1960 (Choi, 2020, Cumings, 2005, Kim, 2000b). Durante as eleições presidenciais de março de 1960, diversas urnas desapareceram em áreas dominadas pela oposição do governo, e urnas já preenchidas e votações em grupo resultaram numa suspicaz maioria de 90% de votos a favor de Rhee (Cumings, 2005).

A corrupção eleitoral e a repressão política em seu governo tornaram-se de conhecimento comum e, no dia 26 do mês seguinte, a chamada Revolução de Abril derrubou o presidente (Choi, 2020, Cumings, 1990). Cumings ressalta uma série de revoltas que surgiram, *a priori*, pacificamente, como a organização e manifestação de centenas de professores universitários clamando pela renúncia (2005). Mas, na noite seguinte, a demolição da casa do vice-presidente Yi Si-yeong, que contou com mais de 50.000 pessoas, marcou a essência da Revolução de Abril. A pressão popular provocou uma pressão institucional para a saída de Rhee que, com o aparente apoio dos EUA, deixou o país no dia 29 de abril (Cumings, 2005).

Um breve comentário se faz imprescindível nesse momento: a Revolução de Abril e a subsequente tomada militar, permitiram a finalização de um fragmento da agenda política que sobejou do fervor da libertação nacional. As centenas de oficiais da PNC que serviram ao Japão durante o período colonial — restituídos a partir da ocupação estadunidense na

península na segunda metade da década de 1940 — foram demitidos ou renunciaram¹⁹ seus cargos de liderança no biênio seguinte. O exército coreano ainda tinha oficiais do período nipônico, mas os jovens coroneis prenderam ou demitiram a sua maioria (Cumings, 2005).

O que ficou conhecido na literatura como Segunda República refere-se justamente ao governo sucessor ao de Rhee — agora exilado no Havaí — que, pela primeira vez, trouxe características genuínas de um sistema democrático liberal ao estilo estadunidense. O Partido Democrático de oposição organizou um governo com a figura de Chang Myŏn enquanto primeiro-ministro, cujo braço direito eram os estadunidenses (Cumings, 2005). Isso quer dizer que Chang dificilmente tomou caminhos importantes sem consultar a sede da CIA e Seul (Cumings, 2005). E, se Rhee simbolizava a fome de poder, Chang era caracterizado como anêmico. Herdeira da velha aristocracia *yangban*, a oposição enfraqueceu expressivamente o papel do presidente e criou um sistema parlamentar bicameral e, a renovada Assembleia Nacional, concomitante à liberdade de imprensa e esquemas econômicos sofisticados, levantaram novas pautas no debate nacional (Cumings, 2005, Kim, 2000b).

A pauta de uma reunificação com o Norte e sua expressiva relevância trouxeram, novamente, a memória de um período anterior aos conflitos na península, quando os impulsos revolucionários dominavam a luta de classes na região. Kim (2000b) ressalta a imensa onda de manifestações, sobretudo dos movimentos secundaristas, contra os políticos e determinadas instituições, numa conjuntura de vanguarda do Norte sobre o Sul. Tautócrono às manifestações, na RPDC, Kim Il Sung propôs um sistema confederal de unificações com um comitê supremo composto por ambas as administrações, ou seja, coordenados pelo Norte e Sul. O que causou uma série de reivindicações em Seul, construindo um projeto que ameaçava os interesses estadunidenses no país, bem como, sob uma perspectiva mais ampla, o processo dialético bloqueado de lutas, portanto, de certo modo, o desenvolvimento da revolução passiva na Coreia.

A posição nortista foi, nesse aspecto, fundamental para o Golpe Militar de 1961, como ressalta Cumings (2005). O movimento estudantil planejou encontros com os estudantes do Norte e a marchou pelas ruas representando a Federação Nacional de Estudantes para a

¹⁹ Se, num primeiro momento, a renúncia desses cargos frente a um governo aliado militar parece contraditório, ela se faz cabível ao passo em que Bruce Cumings explicita a reação da população contra a PNC: “Em várias cidades rurais, as pessoas acertaram contas com a polícia que remontavam a vinte anos ou mais, e em um caso, aldeões ferveram um policial colonial em óleo” (Cumings, 2005, p. 369, tradução nossa).

Unificação Nacional (FNEUN)²⁰ (Kim, 2000b). O que causou um terror generalizado não só nas forças de segurança, mas também na direita do país. Cumings (2005), ressalta que, ademais, a economia agrária ainda era desesperadamente pobre, o que decretou o experimento democrático da Coreia como uma “combinação infeliz que ligava democracia à estagnação econômica, dependência dos Estados Unidos, instabilidade política e uma inclinação à esquerda” (p 371, tradução nossa).

O pouco tempo que durou o governo de Chang Myŏn foi necessário para um primeiro passo importante para o andamento desta apresentação: o perecimento do sentimento antijaponês na política institucional coreana. Rhee, dentre suas características, também é marcado pela corroboração com um sentimento forte de nacionalismo aliado ao sentimento antijaponês, que explodiu no momento da libertação nacional em 1945. E, apesar de afrouxar esse sentimento quando necessário, as políticas externas se mantiveram nesse sentido. Todavia, Chang, para pôr em prática seu Plano de Desenvolvimento Econômico de Cinco Anos, deu início ao processo de normalização com o Japão, em busca de capital estrangeiro (Lynn, 2000).

O golpe militar que se concretizou no ano seguinte, estribado na figura de Park Chung-Hee, ex-tenente do Exército Imperial de Manchukuo, torna-se, inevitavelmente, um símbolo de continuidade da era colonial, o que implica na normalização das relações com os japoneses, iniciada por Chang. O golpe e seu significado ratificam duas posições de importância ímpar na literatura utilizada neste trabalho. Dower (1999, p. 80, tradução nossa) diz que “Revoluções políticas e sociais duradouras geralmente emanam de baixo”; apesar de se referir ao Japão, que também se aplica perfeitamente ao contexto, ele expõe, da mesma forma, para a Coreia, o caráter fracassado e problemático do processo revolucionário passivo até então. Ao passo em que Cumings (2005, p. 362, tradução nossa) examina precisamente que “a Coreia do Sul teve um dos sistemas políticos mais instáveis do mundo”, referindo-se às décadas expostas aqui. Essas análises individuais, quando combinadas, estabelece um ponto argumentativo que revela a interconexão entre a natureza da revolução passiva com a fragilidade e a instabilidade político-social na Coreia do Sul. E, mais precisamente, na fragilidade das reformas do GMEEUC na parte sul da península. Demonstrado no terror generalizado das forças de segurança, em relação ao novo levante popular amparado pelo FNEUN, a remota memória da insurreição de 1945 levou à articulação de inúmeros coroneis e oficiais da marinha e do exército para o golpe de 1961.

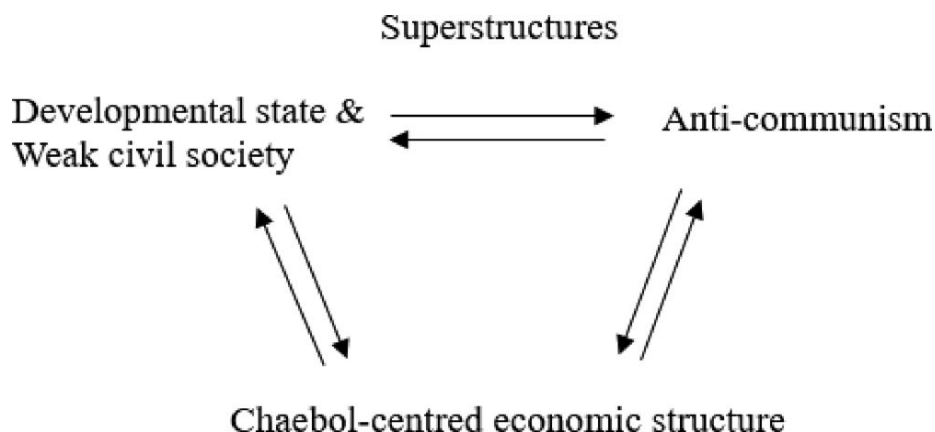
²⁰ A sigla é uma adaptação para o português da abreviação *Mint'ong* em coreano.

O dirigente do movimento golpista, Park Chung-Hee, ex-membro do exército japonês, e treinado durante a ocupação dos nipônicos na península, tinha fortes ligações com figuras da direita japonesa (Ku, 2008). E, no primeiro movimento golpista, formou-se uma junta militar — chama de Conselho Supremo para a Reconstrução Nacional (CSRN) que fechou a Assembleia Nacional, onde os debates institucionais sobre a reunificação surgiam por intermédio dos movimentos políticos-sociais, e baniram toda e qualquer atividade política no país, como aponta Cumings (2005).

A retórica anticorrupção, fundamentada na personificação negativa da imagem de Rhee, abriu portas para a instauração de um regime militar cujo controle era baseado em medidas repressivas, como a prisão de políticos, civis e militantes, bem como a disseminação de ideais anticomunistas. Essas ações, eram apoiadas por determinadas áreas da sociedade, e eram tidas como necessárias para “purificar” e combater a corrupção no país. A política repressiva incluiu, dentre diversas leis anticomunistas, a criação da Agência Central de Inteligência Coreana (ACIC), que se tornou uma instituição fundamental na repressão das liberdades sociais e políticas.

A ditadura de Park Chung-Hee não só intensificou as políticas anticomunistas, como também abriu espaço para a ascensão de um regime desenvolvimentista ancorado no Estado, cumprindo uma política de industrialização voltada para exportações (Choi, 2020). A forte centralização estatal na Coreia, o apelo ao anticomunismo e a divisão da península justificaram, de maneira geral, o estabelecimento e a preservação da ditadura, e por extensão, seu caráter repressivo concomitante aos intensivos investimentos na indústria (Choi, 2020). Com o sistema legitimado, os grandes conglomerados empresariais coreanos, conhecidos como *chaebols*, se tornaram o foco do crescimento econômico. Esse modelo desenvolvimentista que o Estado coreano abraçou, se caracterizou por subsídios, juros diferenciados para empréstimos e uma infraestrutura favorável para exportações, com o governo direcionando o investimento e protegendo os *chaebols* a caminho da construção de uma dominância que tendia ao oligopólio (Choi, 2020, Cumings, 2005).

Figura 2: Pilares do Regime de Park Chung-Hee



Fonte: Choi, 2020, p.4

A Figura 2 ilustra os pilares do governo que se deu a partir de 1961. E, desse modo, no plano interno, a Coreia do Sul experimentou um período de vertiginoso desenvolvimento econômico, consolidando sua relevância ao nível regional. Essa estratégia apoiou-se em uma força de trabalho composta por trabalhadores semiqualeificados e na repressão aos movimentos trabalhistas, assegurando, assim, baixos custos de produção. Não obstante, o modelo de crescimento orientado pelos *chaebols* concentrou a riqueza em grandes conglomerados, acentuando desigualdades, especialmente nas áreas rurais, que só receberam melhorias significativas com os movimentos populares da década de 1970 (Woo, 1991).

A lógica do capital na Coreia, expressa pelo expressivo crescimento dos *chaebols*, alinhou-se, ademais, à busca pela regularização das relações com o Japão. Entre os múltiplos fatores que facilitaram tal aproximação, destaca-se a relação de Park Chung-Hee com o antigo Império Japonês e o potencial de intercâmbio econômico entre os dois países, promovido no contexto autoritário da época.

Já na perspectiva conjuntural internacional, no tocante ao contexto geopolítico, o papel dos EUA foi crucial no desenvolvimento econômico da Coreia a partir do restabelecimento das relações bilaterais entre Japão e Coreia (Dudden, 2008, Gray, 2022). Ao pressionar Seul e Tóquio a normalizar suas relações, cristalizou-se a progressiva ameaça da China na década de 1960, bem como o aprofundamento de outros conflitos, como no Iraque e na região da Indochina, que impulsionaram a busca dos americanos pela facilitação do progresso em disputas tensionadas durante o curso das negociações do Tratado de Relações Bilaterais (Cha, 1996; Dudden, 2008), iniciadas em 1951, pouco após o final da Guerra da Coreia. Essas

negociações, até então, foram prolongadas e marcadas por intensas disputas e discussões, uma vez que o processo tinha estorvos ideológicos e estruturais sob a gestão de Rhee, por questões sensíveis, como compensações por danos do período colonial japonês e demandas de ambos os lados por reconhecimento e reparação (Deacon, 2021).

4.2 O TRATADO DE RELAÇÕES BÁSICAS ENTRE O JAPÃO E A REPÚBLICA DA COREIA DE 1965.

A conclusão do acordo que normalizou as relações entre Japão e Coreia só ocorreu após 14 anos de negociação entre ambas as partes. Durante o mandato de Syngman Rhee, entre 1951 e 1960, as negociações pouco andaram. Uma vez que, como apontado, o governo de Rhee, acrimonioso, foi um dos grandes óbices para a instauração de relações diplomáticas e econômicas comuns. Com características intensamente nacionalistas e, por extensão, antijaponesas, o governo de Rhee, que descendeu e se instaurou justamente baseado nesses princípios, se manteve inflexível (Cheong, 1991b; Lee, Sato, 1982). Um exemplo dessa posição de Rhee é elucidado no seguinte fragmento de texto: “o sentimento antijaponês de Rhee era tão intenso que, durante a Guerra da Coreia, quando os EUA sugeriram a possibilidade de ajuda japonesa para lutar contra os norte-coreanos, Rhee respondeu que preferir concluir uma trégua com os comunistas do que alistar o Japão no esforço de guerra.” (Cha, 1996, p.127, tradução nossa). Afirmação essa que se agrava quando reiterado a perseguição e tortura dos comunistas na Coreia do Sul durante seu mandato.

Contudo, para construirmos um breve caminho dessas relações que culminaram na assinatura do tratado, é imprescindível citar que, para os japoneses, principalmente na década de 1950, sob a Doutrina Yoshida e seu governo, de maneira generalizada, esse ódio ao “outro” também era bastante explícito (Cha, 1996; Lee, Sato, 1982). Mas, diferente do sentimento antinipônico de Rhee, que abarcava grande parte dos coreanos, fazendo parte de uma identidade nacional na península, principalmente na década de 1940; as imagens negativas do outro lado recaíam sob uma antipatia pessoal. Cha (1996) expõe que o Primeiro Ministro Yoshida sustentava uma perspectiva negativa não só pela nação coreana, mas especialmente pela imagem de Rhee, de modo a impedir, inclusive, de participarem juntos de determinadas cerimônias diplomáticas mediada pela embaixada americana no Japão na década de 1950 (Cha, 1996). E, sobre os migrantes coreanos no Japão, Yoshida pronunciou que esses eram “insetos no estômago de um leão com potencial para matar o próprio leão, se não contidos” (Lee, s.d. *apud* Cha, 1996, p.128, tradução nossa).

Ambas as perspectivas, tanto de Rhee, quanto de Yoshida, não eram puramente individuais, mas representavam, em proporções heterogêneas, um pensamento disseminado em seus territórios. E, apesar das negociações terem sido concluídas em 1965, esses sentimentos que representavam o “problema da história”, já mencionados, não se alteraram; o que implica que a assinatura do Tratado de Relações Bilaterais entre o Japão e a República da Coreia de 1965, foi, em menor grau um produto de uma crise nos sistemas de crenças e atitudes de ambas lideranças, e mais um produto de condições geoestratégicas regionais e da política doméstica. Isso quer dizer que, em outras palavras, a aproximação política entre os países foi determinada pelas pressões dos americanos sob uma conjuntura de Guerra Fria, em somatória com o golpe de 1961 na Coreia.

Se na década de 1950, a Guerra Fria moldou determinadas políticas internas da ocupação estadunidense no Japão e indiretamente na Coreia, na década de 1960 as pressões americanas para a estruturação de uma aliança trilateral se tornaram expressivas (Kim, 1971). Assim, a partir daqui, tratar-se-ão os aspectos de construção dos interesses que permitiram a viabilidade do acordo, explicitando o caráter hegemônico fracassado, no qual a dirigência desse processo de reaproximação política se dá por intermédio das classes dominantes. Na Coreia, tais classes correspondem aos grandes conglomerados empresariais, que ganharam extrema relevância durante a ditadura de Park Chung-Hee. E no Japão, aos *lobbyistas* pró-Coreia (Cha, 1996). Em ambos os casos, não só a posição favorável dos EUA em reatar essas relações, como — e principalmente — a lógica e interesse do capital nacional, que se manteve e se reorganizou com o processo de revolução passiva em ambos os países, foram os fatores basilares para a conclusão do Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia de 1965 (Ku, 2008).

Na Coreia, a recém-instaurada ditadura militar enfrentava, em seus primeiros anos, o fracasso do primeiro Plano de Desenvolvimento de Cinco Anos, que contemplava os anos de 1962 a 1966. Os olhares do Sul recaíam sob o Norte cada vez mais, sob uma conjuntura de amplo desenvolvimento dos comunistas, contrastando com o descontrole da inflação, o alto desemprego e as revoltas camponesas que ainda se mantinham acesas, apesar da expressividade reduzida, sem contar com o declínio do investimento estadunidense na península (Cumings, 2005; Cha, 1996; Lee, Sato, 1982).

Não obstante, a pressão da sociedade civil, em conjunto com os conglomerados empresariais — principalmente a Associação de Empresários Coreanos (AEC)²¹ — pressionaram, de mesmo modo, a normalização das relações com o Japão, uma vez que a perspectiva de adquirir tecnologia nipônica, altamente desenvolvida à época, e assumir a capacidade de manufatura em indústrias abandonadas pelo Japão, era extremamente atraente, visto pela lógica do capital que pouco se debruça para os embates históricos (Kim, 1971). Determinados membros da AEC, que tinham uma grande parcela de controle na economia da República da Coreia à época, perceberam que a normalização das relações com o Japão traria um potencial investimento, e, portanto, uma oportunidade que não tinham desde o final da Guerra da Coreia de expandir suas riquezas, (Kim, 1971). De modo a contribuírem com a pressão interna para a normalização que, facilitada pela figura de Park Chung-Hee, se tornou prioridade máxima na política externa coreana dos primeiros anos da década de 1960 (Kim, 1971).

Por outro lado, no Japão, o Ministério das Relações Exteriores (*Gaimushō*) encabeçou o processo de reconciliação juntamente com os *lobbyistas* pró-Coreia. Havia, nas instituições nipônicas, uma percepção comum de inevitabilidade histórica na normalização dessas relações entre os dois países. Kim (1971) aponta que essa percepção se intensificou ainda mais na alta cúpula japonesa ao passo em que os capitalistas, pertencentes ao retomado conglomerado *Zaibatsu*, que compunham um grupo conhecido como o “lobby da Coreia”, se uniram aos políticos conservadores pró-Coreia, constituído pelos principais líderes políticos do PLD.

Os lobbyistas pró-coreanos eram liderados, entre os políticos, pelo *ex-primeiro-ministro* Kishi Nobusuke, pelo *ministro da Justiça* Ishii Mitsujiro, pelo *vice-presidente do Partido Liberal Democrático* Ono Banboku, pelo *ex-ministro das Finanças* Shibusawa Keizo e pelo *ex-chefe da Agência de Defesa* Funada Naka; entre os empresários, por Uemura Kégorô, Adachi Tadashi, Doko Toshio, Anto Toyoroku e Ansai Masao—todos de organizações e empresas empresariais importantes. Sua organização formal era a Organização de Cooperação Econômica Japão-ROK²², que incluía ou estava aliada a membros-chave da *Câmara de Comércio e Indústria do Japão*, da *Federação de Comércio e Indústria* e outras associações empresariais relevantes (Kim, 1971, p.88, grifo nosso, tradução nossa)

²¹ “A AEC foi originalmente organizada em 1961 por uma dúzia de grandes empresários, como Lee Byung-chul, Lee Cheng-rim, Cheng Chae-ho, Lee Han-ung e Pak Htng-shik, que foram condenados como “acumuladores de fortuna ilícita” pelo governo militar para proteger seus interesses. (Kim, 1971, p.87, tradução nossa)

²² A sigla ROK (*Republic of Korea*) refere-se, neste contexto, à República da Coreia. Optou-se por manter a abreviação em inglês, pois sua tradução comprometeria a fluidez e a compreensão do texto.

Esse grupo central de políticos conservadores no Japão entendia que, diferentemente de momentos anteriores na história da Coreia, como no governo de Rhee, a compensação financeira prevista no Tratado como parte da normalização seria dificilmente aceita sem a exigência coreana de aumento no valor. No entanto, o regime autoritário de Park Chung-Hee, que precisava de recursos para sustentar seu plano de desenvolvimento dos *chaebol* e tinha meios para controlar as demandas populares por uma indenização maior, tornou-se o parceiro ideal para negociar um acordo, conforme explicitado por Cha (1996). Isto quer dizer que a Coreia do Sul está sob um regime militar onde há uma oligarquia sob Park Chung Hee que pode tomar decisões, e, mesmo que os jornais se oponham, o presidente pode censurá-los, como Lee (1985) apresenta.

Desta maneira, a Coreia representava uma grande potência comercial inexplorada para as exportações japonesas. Principalmente após os esforços de Park Chung-Hee em oferecer, no segundo Plano de Desenvolvimento de Cinco Anos, inúmeros e vultosos projetos comerciais, cujo financiamento só poderia ser passível de aplicação em caso de um acordo de normalização comercial (Cha, 1996). Há, por fim, determinados aspectos que tangem às tensões de segurança, contribuindo ainda mais para a restauração dessas relações, no qual o fragmento do texto abaixo explicita e sintetiza.

A disseminação de movimentos comunistas em toda a região do Sudeste Asiático, juntamente com a atitude cada vez mais hostil da China em relação a Tóquio, tornavam o ambiente externo do Japão cada vez mais ameaçador. Sem o apoio japonês à economia da República da Coreia, muitos acreditavam que um novo colapso do governo em Seul poderia resultar em instabilidade incitada por comunistas mais perto das costas japonesas. Portanto, esses imperativos políticos internos teriam impulsionado qualquer liderança em Tóquio ou Seul, independentemente de suas antipatia ou afinidade pré-existent, em direção à reconciliação das relações. (Cha, 1996, p.130, tradução nossa)

Diante da pressão internacional, especialmente em resposta ao papel crescente da China no Leste Asiático, os Estados Unidos intensificaram suas exigências para a reativação das relações diplomáticas entre Japão e Coreia do Sul (Dudden, 2008). De modo que a normalização das relações bilaterais surge enquanto produto da confluência dos imperativos de segurança, consequentes da Guerra Fria na região, e também dos interesses políticos domésticos de cada lado. Vale ressaltar que essa posição de “interesses políticos domésticos” representa, em sua essência, exclusivamente os interesses das classes dominantes japonesas e coreanas, que continuaram no poder por meio das reformas da CSPA e do GMEEUC, respectivamente, e foram, assim, indispensáveis para o andamento das negociações.

O papel dos Estados Unidos, se faz igualmente fundamental, apesar de sutil, ao facilitar o tratado entre Japão e República da Coreia. Lee (1985) aponta o esforço por parte de Washington para a normalização de um acordo rápido sob a ótica dos desdobramentos das questões de segurança relacionadas à China e também aos envolvimento dos EUA no conflito no Vietnã. Assim, os EUA buscaram traçar, sob essa perspectiva, uma reconciliação imediata entre Seul e Tóquio que permitisse uma frente anticomunista no Leste Asiático. O autor também pontua quatro pontos principais que tornaram a indução estadunidense bem sucedida.

Primeiro, ao eleger o reatamento das relações entre Japão e República da Coreia como uma prioridade máxima da política estadunidense no Leste Asiático durante a Guerra Fria, os Estados Unidos sublinharam a relevância estratégica do tratado para a segurança regional (Cha, 1996; Lee, 1985). Esse destaque incentivou Seul e Tóquio a buscar uma solução rápida, que ultrapassasse as questões bilaterais, reforçando seus compromissos com os EUA. Em segundo lugar, a atuação dos Estados Unidos como interlocutores foi crucial ao mediar pontos de discórdia que poderiam ter paralisado as negociações. A intervenção americana ajudou a superar conflitos relacionados a reivindicações sobre zonas marítimas e incentivou gestos conciliatórios entre os diplomatas de ambos os países, blindando os problemas históricos entre Coreia e Japão que tonificaram o caráter das negociações durante a década de 1950.

Já um terceiro ponto recai sobre o apoio incondicional de Washington ao governo de Park Chung-Hee, que permitiu ao regime sul-coreano resistir às pressões de grupos internos que se opunham ao tratado. Este suporte público enfraqueceu as tentativas de desestabilização interna, reforçando a posição de Park (Cha, 1996; Kim, 1971). Por fim, o apoio dos EUA também foi fundamental para acalmar as inquietações japonesas sobre a viabilidade do tratado, que poderia se frustrar em virtude da resistência interna na Coreia do Sul. Ao assumir uma postura de respaldo estratégico ao governo de Seul, Washington não apenas solidificou a confiança japonesa no compromisso sul-coreano em cumprir com sua parte do tratado, mas também serviu como um amortecedor diplomático, absorvendo eventuais tensões e divergências e oferecendo garantias de estabilidade no processo de negociação (Cha, 1996).

Apesar de controversa, a formalização do Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia de 1965 não apenas permitiu a normalização diplomática, mas também abriu portas para uma série de iniciativas econômicas e financeiras que se tornariam fundamentais para o desenvolvimento econômico sul-coreano. Mas antes de pontuar as

características do tratado e o que ele representa na consolidação do processo revolucionário passivo no Leste Asiático, é necessário pontuar que esse momento iniciou oficialmente o processo de descolonização do Japão em relação à Coreia.

Dudden (2008) aponta que o acordo em questão inaugurou — e não reiniciou — as relações entre República da Coreia e Japão como Estados independentes. E isso implica, conseqüentemente, na concretização absoluta da fragmentação da península na política-institucional, uma vez que as relações entre Japão e Coreia antes da colonização se deram na península como um todo. O que também serve para o momento imediato pós-libertação nacional, onde a criação de zonas de ocupação estadunidenses e soviéticas dividiu a Coreia em duas, significando que não havia relações oficiais entre o Japão ocupado e a Coreia do Sul ou do Norte ocupada, mas sim relações entre autoridades das ocupações estadunidenses (Dudden, 2008). Destarte, inevitavelmente a assinatura do tratado com o antigo algoz da península gerou tensões entre as duas Coreias, principalmente no fato de que o tratado em questão, sancionado pela ONU, declarava a República da Coreia como o único governo legítimo de toda península (Dudden, 2008).

Dito isso, o restabelecimento das relações diplomáticas e a consequente expansão das relações econômicas entre Seul e Tóquio foram fundamentais para o desenvolvimento nacional coreano, mas com ressalvas que se debruçam sobre as questões históricas entre os dois países. Woo (1991) demonstra que a República da Coreia recebeu um total de US\$ 800 milhões, dentre doações, empréstimos do governo e créditos comerciais, chamados de “subvenções” pelos japoneses, que, na prática, era visto como uma “ajuda”. Esse dinheiro, fruto da pressão das burguesias nacionais de cada país, foi aplicado em diversos tipos de investimentos industriais, mas principalmente na construção do complexo siderúrgico de Pohang, essencial para o desenvolvimento industrial da Coreia do Sul (Woo, 1991).

Todavia, apesar da magnitude desse aporte financeiro, a sua aplicação muitas vezes não refletia as reais necessidades e prioridades da população coreana, como argumenta Woo (1991). Os projetos priorizados enfocavam indústrias leves e a importação de maquinário, ao invés de um investimento mais amplo em setores que pudessem impulsionar um desenvolvimento nacional independente (Woo, 1991), implicando, futuramente, na manutenção da dependência comercial entre os dois países (Bridges, 1993). Essa desarticulação entre a assistência financeira e as expectativas sociais gerou um clima de desconfiança entre os cidadãos coreanos, que viam os esforços de modernização como uma

principalmente por meio dos investimentos em bens de capital e infraestrutura. Como a construção da represa *Soyang'gang* e o sistema de metrô de Seul, que foram financiados em parte pelos pagamentos de reparações japonesas (Bridges, 1993; Woo, 1991).

Entretanto, em termos econômicos, essa relação dava continuidade à hierarquia entre os dois países. A Coreia não só importava tecnologia de produção e conhecimento do Japão, como também trazia as peças e componentes intermediários (Bridges, 1993; Gray 2022). Ou seja, mesmo com um crescimento econômico significativo, principalmente em setores como eletrônicos e indústria pesada, essenciais para as políticas favoráveis aos *chaebols*, havia na estrutura dessas relações a necessidade contínua de importação de maquinário e peças do Japão. Bridges (1993) destaca o desequilíbrio nessa balança comercial, onde a Coreia exporta produtos de menor valor agregado e importa bens de valor expressivo, e pontua a dependência coreana em diversos setores, como no seguinte trecho:

Embora a natureza dos bens que fluem entre o Japão e a Coreia do Sul tenha mudado ao longo dos anos, a estrutura permaneceu notavelmente similar. Nas décadas de 1960 e 1970, quando a Coreia do Sul estava exportando têxteis para os Estados Unidos, ela importava maquinário têxtil e fibras sintéticas do Japão. Quando a Coreia do Sul se mudou para a construção naval, começou por importar aço, motores e maquinário elétrico pesado do Japão. Agora, seus produtos de exportação de bens de consumo elétricos e eletrônicos dependem fortemente de componentes e equipamentos de linha de montagem japoneses. (p.94, tradução nossa)

Outrossim, o caráter contraditório do tratado não se manifesta apenas na dimensão econômica, pela relação entre desenvolvimento e dependência comercial que impacta a Coreia, mas também na forma como essa dependência impede sistematicamente a resolução das queixas históricas entre os países. Esse obstáculo se acentua ao considerarmos a repressão do regime autoritário de Park Chung-Hee contra qualquer oposição política (Bridges, 1993; Cha, 1996; Lynn, 2000). Como discutido, a normalização das relações diplomáticas não representou uma reconciliação formal, tampouco uma superação dos conflitos históricos entre os dois países.

O que ocorreu foi exatamente o contrário — ou seja — o estabelecimento de laços entre Japão e Coreia por meio desse tratado refletiu tanto a pressão estadunidense sob os imperativos de segurança da Guerra Fria no Leste Asiático, como também a imposição dos interesses da burguesia nacional coreana e japonesa. Por um lado, a classe dominante coreana, ao se beneficiar com a estrutura política da ditadura de Park Chung-Hee, buscou se concretizar ancorada sobretudo no capital japonês (Cha, 1996; Lynn, 2000). Não obstante, o desejo da burguesia japonesa de explorar o mercado e a mão de obra coreana, e,

principalmente, do Estado japonês em evitar desculpas e reparações legalmente obrigatórias com suas ex-colônias.

Esse último fator é de suma importância para a plena compreensão dos argumentos até aqui expostos. Assim, abordar-se-á de maneira mais aprofundada os aspectos do tratado que o tangem, uma vez que a criação de um “bloqueio sistêmico” imposto pelo acordo, que serviu para regular as relações entre os dois países, ao passo em que impediu estruturalmente Seul de fazer futuras reivindicações baseadas na conduta japonesa durante a guerra, constitui um dos pontos cruciais do debate da presente pesquisa.

4.2.1 O Tratado de 1965 como manifestação da revolução passiva nas relações bilaterais entre Japão e Coreia.

O Tratado de Normalização entre o Japão e a República da Coreia de 1965 instituiu, sobretudo, uma estrutura apontada na literatura como um “bloqueio sistêmico”, no qual a assistência financeira por meio de doações, créditos e empréstimos supracitados, supriram a necessidade formal de um pedido de desculpas pelos crimes durante a colonização da península (Lynn, 2000; Ku, 2008). Esse bloqueio sistêmico retirou a necessidade de uma confissão formal de culpa por esses crimes — como o caso das *Comfort Women*, abordado mais à frente — durante a Segunda Guerra Mundial e o período de colonização japonesa como um todo. Além disso, permitiu-se a concretização, em uma escala ainda maior do que no Japão, do apagamento desses crimes pelos japoneses — um processo que já vinha sendo implementado sistematicamente no país em âmbito nacional, especialmente por meio da questão dos livros didáticos abordada no capítulo anterior (Gordon, 1998; Halliday, 1975; Emmerson, 1972).

Como posto por Deacon (2021), o Japão utiliza o tratado em questão como uma justificativa para eximir-se de abordagens em sua política externa que considerem as demandas coreanas por desculpas adicionais ou qualquer tipo de “revisões históricas”, ao passo em que concretiza no âmbito interno, a sua própria versão, escolhida e joeirada, desses acontecimentos históricos. Deste modo, o Japão retrata frequentemente a Coreia e suas reivindicações, como emocionais e irracionais ao insistirem em questões anteriores ao Tratado de Relações Básicas, uma vez que esse já tem o papel de limpar e mitigar todas as questões em aberto. Assim, perpetuando a ideia de que o tratado tem prioridade sobre as feridas do colonialismo e da repressão (Deacon, 2021; Ku, 2008).

Um fator interessante, embora trágico, sobre esse bloqueio sistêmico, que impede a Coreia do Sul de avançar com reivindicações formais, está relacionado ao caso das *Comfort Women*. Os japoneses, até hoje, não consideram necessária uma desculpa formal pelos crimes cometidos durante o período colonial. Nesse sentido, o governo japonês se moveu nos limiares da política de desculpas em relação às *Comfort Women*, reconhecendo oficialmente apenas as pressões externas a que era submetido, como demonstrado (Dudden, 2008).

Por outro lado, Dudden (2008) aponta que a Coreia do Sul não utilizou, de forma consistente, o histórico de escravidão e abuso sofrido por essas mulheres durante a Guerra do Pacífico como um empecilho nas relações oficiais com Tóquio. Esse cenário difere do período imediato à libertação nacional em 1945, quando as classes subalternas ainda controlavam o processo de direção da luta política, antes da consolidação de um processo de revolução passiva no país. Neste cenário, determinadas pautas como a emancipação das mulheres e da classe trabalhadora nacional ocupavam uma posição central no debate público (Cumings, 1981, 2005).

No entanto, com o passar do tempo, o próprio Estado coreano adotou práticas que prejudicaram ainda mais a situação dessas mulheres. A combinação histórica da posição dessas mulheres escravizadas na sociedade coreana durante os séculos anteriores à colonização japonesa, em somatória com o histórico empobrecido da grande maioria delas, imputava uma situação de dupla desvantagem a elas (Dudden, 2008). Isto é, independentemente de terem sido forçadas a ter relações com dezenas de homens diariamente, de sofrerem agressões como consequência aos protestos, e de serem forçadas a estarem nessas posições, as poucas sobreviventes desta experiência enfrentaram uma série de hostilidades em forma de preconceito e discriminação pela própria sociedade coreana ao exporem sua história (Dudden, 2008).

O ponto aqui não é relacionar de maneira simplória a possibilidade de um cenário no qual a luta pela emancipação dos direitos das mulheres, embasada na perspectiva nacional-revolucionária que ascendeu a partir do sentimento antijaponês na península coreana, não tivesse sido forçada ao desmantelamento. Mas sim em como o apagamento dessas pautas, a partir do furto da direção do processo político na reconstrução do Estado da Coreia, bem como suas repercussões e decorrências, permitiram a construção de uma conjuntura que levou à assinatura do Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia onde essas pautas históricas de luta, que guiaram a perspectiva nacional, foram imobilizadas.

Além disso, na maioria dos casos, [as *Comfort Women*] foram “manchadas” por homens japoneses, o que acrescentava ódios nacionalistas modernos sobre crenças mais antigas. Durante décadas após seu retorno, as mulheres levaram vidas silenciosas, pobres e, em grande parte, escondidas, até se tornarem a causa célebre da tendência internacional contra o Japão ilegal na década de 1990, levantando todos os tipos de questões perturbadoras sobre o que pode acontecer às vítimas da história quando suas histórias são politizadas. (Dudden, 2008, p.94, tradução nossa)

Assim, o grande problema que não permite o julgamento pleno sobre esses crimes nas décadas decorrentes, está justamente no Tratado de Relações Básicas que, semelhantemente ao Tratado de São Francisco de 1951 com outras ex-colônias nipônicas, é declarado que todas as questões envolvendo compensação e reivindicações de reparação estão resolvidas pelo acordo, desconsiderando a possibilidade de reivindicações futuras contra os japoneses (Cha, 1996; Dudden, 2008; Kim, 1971; Ku, 2008). E é justamente sobre esse ponto que os protestos de 1965 contra a assinatura do tratado, representados na Figura 3, recaem. A acusação de Park Chung-Hee de vender o país ao assinar o tratado com o Japão tinha como pano de fundo o fato de que o acordo encerrava a necessidade de reparações históricas (Dudden, 2008).

Esse ponto, em particular, recai sob dimensões identitárias construídas diretamente no período colonial. Como visto no primeiro capítulo do presente trabalho, ancorado sobretudo em Cumings (1981) e Kim (2009), a identidade nacional coreana, construída ao longo das décadas sob jugo japonês, tinha como máxima uma revolução nacional em relação à revolução de classe. Ou seja, a identidade nacional coreana, principalmente da classe trabalhadora, tinha como principal face da luta o caráter nacional de libertação dos grilhões políticos, sociais e econômicos do colonialismo japonês. Esse sentimento nacionalista se desdobrou inevitavelmente, sobretudo no sentimento anti-japonês, como demonstrado. Nesse contexto, a aceitação de uma reconciliação forçada e desprovida de um reconhecimento legítimo das atrocidades coloniais configurava-se, aos olhos da população coreana, como um movimento de submissão que afrontava tanto a memória histórica quanto a luta contínua por justiça e emancipação nacional.

O bloqueio das reparações e a falta de um reconhecimento franco dos abusos perpetrados durante a ocupação japonesa são vistos, assim, como elementos que reabriram feridas ainda não cicatrizadas e contribuíram para aprofundar o abismo entre os ideais de autodeterminação coreanos — expressivos no momento de libertação — e as realidades impostas pelo equilíbrio de poder internacional sob os imperativos de segurança da Guerra Fria. Dudden (2008) aponta que, à medida que os enormes planos de industrialização

doméstica de Park Chung-Hee se desenvolviam, diversos ativistas, que sofreram com o domínio japonês na península, protestaram em plena ditadura por reivindicações materiais contra os japoneses.

Um dos principais elementos, além da própria estrutura do tratado, que foi alvo de crítica pelas manifestações e por qualquer um daqueles que buscam reconhecimento de histórias particulares durante o período colonial, incide sobre as expressões eufemísticas usadas pelo Japão. Dudden (2006) aponta que, com amplo apoio dos estadunidenses, o Japão utilizou, durante as negociações e após a assinatura do tratado, expressões mais amplas de desculpas, principalmente o termo “passado infeliz”. Essa noção apologética adotada pelos japoneses visava, não apenas, se eximir de culpa sobre o período colonial com os coreanos, mas também de evitar um descontentamento com a população japonesa que não concordava com a necessidade de um pedido de desculpas (Dudden, 2006). Os documentos oficiais que registram os telegramas e outras formas de comunicação estadunidense à época, editados por Gatz (2000), tornam evidente essa percepção dos japoneses:

Um pedido claro de desculpas japonês pela opressão colonial da Coreia no passado, é claro, daria uma grande contribuição para melhorar a atitude coreana em relação ao Japão, mas depois de muitos anos insistindo com os japoneses dentro e fora do governo para fazer isso, o embaixador concluiu que a declaração japonesa máxima, se obtida, poderia fazer mais mal do que bem. *As autoridades e o público japoneses simplesmente não sentem que devem qualquer pedido de desculpas à Coreia.* (Gatz, 2000, p.1246, grifo nosso, tradução nossa)

Esse arrependimento amplo e ambíguo colocado pela política japonesa perfaz o processo de distorção da história que surge ao nível nacional a partir da questão do livro didático. Ao despersonalizar os crimes e eventos da Guerra, essa política japonesa transforma atrocidades específicas, como o caso das *Comfort Women*, em abstrações lúdicas que apagam a materialidade dos abusos (Dudden, 2006, 2008). Desse modo, essa estratégia adotada pelos japoneses sintetiza a maneira como o próprio Japão lida com sua memória pública, e como ela subverte e ensombra a desumanização de milhares de mulheres e homens durante seu império. Isso reflete, de igual maneira, o prisma da revolução passiva em ambos os países, mas principalmente a tradução nipônica do processo, já que se revela um esforço calculado de preservação da classe burguesa, beneficiando-a com a legitimação proporcionada pelo tratado em questão, e pela própria política de distorção histórica.

A narrativa de arrependimento contido e a reformulação dos eventos da guerra — suavizando as atrocidades cometidas — protegem essa elite ao transformar o passado imperialista em um ponto de partida para o “renascimento econômico”. Essa dinâmica permite

que a burguesia japonesa não apenas sobreviva ao pós-guerra, mas se fortaleça, consolidando-se como uma classe dirigente que controla os grandes conglomerados empresariais, cujas raízes coloniais e militaristas são convenientemente apagadas na memória pública. Dessa forma, o Japão emerge como um estado renovado e "pacificado", embora marcado pela perpetuação de elementos coloniais em sua estrutura e pela manutenção de um capital oligárquico, encapsulando, assim, a essência da revolução passiva, portanto, uma dialética bloqueada de modernização e restauração, conforme Gramsci (1977).

Em síntese, o "bloqueio sistêmico" instituído pelo Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coreia em 1965 consolidou uma política que, ao condicionar a assistência financeira ao encerramento de reivindicações históricas, efetivou uma "pacificação formal" das relações entre os dois países, sem que houvesse uma reconciliação verdadeira (Cha, 1996; Deacon, 2021; Dudden, 2006, 2008; Lynn, 2000). O apoio econômico japonês, alicerçado em doações e empréstimos, não só omitiu uma desculpa formal pelas atrocidades coloniais, mas também favoreceu o apagamento seletivo das violências passadas. Essa omissão repercutiu em questões profundamente emblemáticas, como no caso das *Comfort Women*, cujo sofrimento, apesar de reconhecido internacionalmente, permaneceu sem um pedido formal de desculpas por parte do governo japonês (Dudden, 2008).

A estrutura desse bloqueio revela-se, assim, um pilar fundamental da hegemonia incompleta — isto é, do processo revolucionário passivo — sustentada pelo Japão no Leste Asiático pós-guerra, legitimando uma memória histórica seletiva que rejeita responsabilidades passadas e transforma os crimes coloniais em abstrações. Dessa forma, o Japão reafirma sua posição internacional sem reexaminar seu legado imperialista, enquanto a Coreia, por sua vez, permitiu a construção de um sistema político-social que a coloca em uma posição de impotência frente às demandas de reparação. Como observa Gramsci, a hegemonia é incompleta onde as classes ou nações subalternas são impedidas de contestar o poder dominante e onde a dialética entre revolução e restauração é sistematicamente bloqueada — condição que define a relação Japão-Coreia dentro do arcabouço do tratado (Gramsci, 1977).

Ademais, as consequências desse bloqueio para a memória histórica e a identidade coreana permanecem contundentes. A aceitação de um acordo que silencia os traumas da ocupação reverbera até as gerações hodiernas e alimenta um ressentimento persistente que, mais do que um simples desacordo diplomático, representa uma ferida aberta que desafia as tentativas de reconciliação na região (Gray, 2022).

Deste modo, conclui-se este capítulo reafirmando que o bloqueio sistêmico consolidado pelo Tratado de Normalização de 1965 sintetiza um dos aspectos centrais do processo dialético de revolução passiva entre Japão e Coreia. Como discutido no primeiro capítulo, a revolução passiva gramsciana é caracterizada pela dialética entre mudança e restauração, onde as transformações são impostas "de cima para baixo" e mantêm a estrutura de poder intacta ao cooptar demandas populares sem lhes conceder pleno protagonismo (Gramsci, 1977).

No caso das relações nipônico-coreanas, o tratado evidencia essa dinâmica ao dar continuidade à supressão das reivindicações das classes subalternas coreanas por reconhecimento histórico, ao mesmo tempo em que promove uma aparência de reconciliação e cooperação bilateral. O Japão, ao articular sua hegemonia sobre a narrativa histórica, reafirma o tratado como dispositivo de contenção que bloqueia a dialética revolucionária coreana e silencia as demandas por justiça e reconhecimento. Dessa forma, o bloqueio sistêmico torna-se não apenas um instrumento de omissão histórica, mas também uma manifestação concreta do processo de revolução passiva, em que a memória coletiva e as aspirações de justiça da Coreia são gradualmente absorvidas e neutralizadas pela lógica conservadora imposta pelo tratado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da argumentação exaustivamente delineada, o presente estudo versou sobre a intrincada dialética entre hegemonia e resistência no Leste Asiático, tomando como objeto a relação histórica entre Japão e República da Coreia, analisada sob o prisma teórico gramsciano de revolução passiva. A pesquisa revelou que o período subsequente à Segunda Guerra Mundial na península coreana e no Japão, sob a vigência da hegemonia estadunidense — por meio da ocupação do Governo Militar do Exército dos Estados Unidos na Coreia e do Comando Supremo das Potências Aliadas no Japão, bem como suas intervenções para moldar uma democracia liberal aos moldes americanos — instaurou-se como uma conjuntura de modernização conservadora. Esse período foi caracterizado por uma "pacificação formal" das tensões históricas, as quais, contudo, permaneceram latentes e irresolutas. O Tratado de Relações Básicas de 1965 entre Japão e Coreia do Sul emerge, nesse sentido, como o ponto culminante do encadeamento das reformas democratizantes iniciadas na década de 1940, consolidando o processo de uma hegemonia incompleta e "fracassada" — expressão da própria dialética da revolução passiva conforme argumentado por Thomas (2018) — ao manter estruturas de poder que impediram uma ruptura cabal com o passado colonial.

Neste contexto, a chave gramsciana de revolução passiva revelou-se um instrumental analítico holístico, permitindo examinar o modo pelo qual os Estados experienciam transformações conservadoras, ou mais precisamente, processos de transformação geridos e direcionados pela figura do Estado enquanto representante de uma entidade política com uma organização ou partido, a partir do enfraquecimento político das classes e grupos subalternos. A revolução passiva gramsciana, dessa forma, ilumina um processo de transformação que incorpora tanto a coerção estatal quanto a cooptação de demandas, seja como etapa de transição para as relações de produção capitalistas, seja em sua preservação, ao mesmo tempo que impede, limita e bloqueia a emancipação de coletivos subalternos. Morton (2010) salienta a imprescindibilidade de conceber o processo de revolução passiva por uma ótica que transcenda a dicotomia entre as esferas nacional e internacional, encarando-o como resultado de um processo historicamente integrado, cujos desdobramentos assumem configurações distintas em contextos como o da Coreia e do Japão.

Ancorado nesse arcabouço teórico e na literatura especializada, o presente estudo lançou mão das relações complexas entre a Coreia e o Japão como um prisma interpretativo para traduzir e adaptar o conceito de revolução passiva, originalmente associado por Gramsci

ao processo de unificação da Itália, o Risorgimento. Esse conceito foi transposto ao contexto do Leste Asiático, aplicando-se em um âmbito regional, mas assumindo desdobramentos nacionais distintos nos dois países e delimitando-se temporalmente ao período pós-Guerra, de modo a elucidar as dinâmicas de transformação conservadora e os mecanismos de preservação hegemônica no escopo das relações internacionais daquela região, com efeitos diretos na construção do Estado sul-coreano e na reestruturação do Estado japonês.

A conjuntura histórica de 1945, conforme abordado no primeiro capítulo, combinada à relação dialética entre restauração e revolução, estabeleceu os fundamentos materiais para a contenção dos impulsos revolucionários tanto na Coreia quanto no Japão. Sob a ocupação estadunidense, tais impulsos — que em sua essência representam reivindicações abrangendo as esferas política, social, cultural e econômica — foram contidos por um conjunto de reformas estruturais que, ao invés de promoverem uma ruptura radical com o sistema colonial anterior, preservaram elementos fundamentais das estruturas preexistentes. No caso da Coreia, instituições como a Polícia Nacional Coreana e o sistema judiciário, além da relação subordinada com o Japão instaurada pelo tratado, perpetuaram uma posição subalterna nas relações internacionais. No Japão, a manutenção da figura do Imperador Hirohito simbolizou a preservação de elementos do passado imperial, e, as reformas de dissolução dos conglomerados zaibatsu foram parcialmente limitadas, ao passo em que uma campanha anticomunista foi implementada pelo Estado visando o enfraquecimento dos movimentos trabalhistas e a nova esquerda que emergia expressivamente no país. Nesse cenário, a ocupação americana funcionou como um agente de reorganização estatal e social, promovendo uma modernização conservadora que, ao mesmo tempo que preservava os interesses das elites locais, reforçava a hegemonia estadunidense, bloqueando o protagonismo das classes subalternas em ambos os países, concedendo pequenas reformas.

No Japão, essas reformas promovidas pelo General MacArthur, estabeleceram uma democracia liberal controlada, alinhada aos princípios estadunidenses, e permitiram o crescimento de movimentos revolucionários que pudessem desestabilizar a nova ordem geopolítica no Leste Asiático, mas que, com o processo denominado ao longo da pesquisa como curso inverno, as tensões revolucionárias foram fortemente reprimidas. A estrutura de poder centralizada e hierárquica foi mantida, com a preservação do imperador como figura simbólica e o fortalecimento dos conglomerados econômicos zaibatsu, que já desempenhavam um papel central na expansão imperial japonesa durante o período colonial. Essas reformas e suas devidas reversões, bem como a assinatura dos tratados no início da década de 1950,

construíram um Japão bem alinhado com os interesses estratégicos dos Estados Unidos durante a Guerra Fria e suas expressões no Leste Asiático, comprometido com a contenção do avanço comunista na região e integrado ao sistema capitalista mundial, uma posição que se tornaria crucial sob tais precedentes da conjuntura internacional. Dessa forma, o país foi orientado a uma trajetória de reconstrução econômica e estabilidade política que, paradoxalmente, incorporava aspectos da era imperial, reconfigurados para servir às novas exigências da hegemonia estadunidense.

Na Coreia, a ocupação americana ao sul do Paralelo 38° impediu a construção de um Estado que atendesse às demandas populares por reforma agrária e direitos trabalhistas, que haviam se intensificado no vácuo de poder deixado pela retirada japonesa ao final da guerra. A repressão de comitês populares e movimentos autogestionários, que simbolizavam uma tentativa inicial de emancipação nacional, resultou em um regime político e econômico que dependia de uma aliança com setores conservadores e colaboracionistas da ordem colonial prévia, como os yangbans. O sistema político sul-coreano, então, foi estruturado com base em uma soberania restringida, onde as instituições herdadas do período colonial foram “coreanizadas” em sua superfície, porém preservadas em essência para sustentar a dominação do governo militar americano e manter a estabilidade conforme os ditames geopolíticos dos Estados Unidos.

No segundo capítulo, discutiu-se como a política de contenção estadunidense em ambos os países instaurou uma ordem caracterizada por elementos de controle, cooptação e repressão, que obstruíam a possibilidade de uma transformação revolucionária autêntica. As reformas realizadas no Japão e na Coreia, embora formalmente apresentadas como democratizantes, configuraram uma continuidade velada das estruturas coloniais, adaptadas à hegemonia estadunidense e compatíveis com os interesses do capitalismo ocidental. Esse modelo de modernização conservadora configurou, em última análise, uma revolução passiva que restringiu o protagonismo das classes subalternas e assegurou uma transição limitada e superficial.

O Tratado de Relações Básicas entre Japão e Coreia do Sul, assinado em 1965 e examinado no terceiro capítulo, constitui o ápice dessas políticas e interesses históricos. Ao formalizar relações diplomáticas e garantir assistência financeira do Japão à Coreia, o tratado condicionou o reconhecimento coreano do passado colonial em termos que apagaram reivindicações históricas e memoriais. Institucionalizando uma “pacificação” artificial, o

tratado cristalizou a continuidade das desigualdades estruturais e do legado colonial nas relações bilaterais, transformando a cooperação em um pilar fundamental da política externa japonesa e coreana, embora sustentada por tensões não resolvidas. Esse marco inaugura, assim, uma interdependência que, embora ostensivamente benéfica para ambas as nações, ainda hoje reflete as limitações impostas pela hegemonia estadunidense e pelo passado colonial não superado.

Nesse sentido, o estudo reitera a importância da teoria gramsciana para a compreensão de processos históricos complexos, que envolvem simultaneamente dominação e resistência das classes subalternas. A aplicação da revolução passiva, enquanto categoria analítica, expõe a natureza das transformações políticas no Japão e na Coreia, onde uma hegemonia externa restringiu as possibilidades de um protagonismo subalterno genuíno, apropriando-se das demandas populares e preservando o status quo. A pesquisa contribui, assim, para a literatura de Relações Internacionais ao evidenciar como a hegemonia estadunidense no Leste Asiático operou não só por meio da força militar, mas também por meio da infiltração cultural e institucional, moldando identidades nacionais e direcionando as narrativas de desenvolvimento na região.

Os resultados aqui apresentados corroboram que a intervenção estadunidense foi além da simples instalação de regimes políticos subordinados, promovendo uma ordem econômica e social que, ao implementar reformas modernizadoras, suprimia impulsos revolucionários vindos das classes populares. Observa-se, desse modo, uma conciliação parcial entre os interesses das elites locais e as expectativas das potências estrangeiras, que constituiu uma modernização conservadora, mantendo Japão e Coreia em um estado de dependência econômica e ideológica. Esse processo, em essência, configura uma hegemonia incompleta, expressa enquanto revolução passiva, onde a mudança é implementada de cima para baixo, limitando uma transformação estrutural profunda e efetiva das classes subalternas.

REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, C. K. Contesting the peninsula. **New Left Review**, n. 51, p. 115–135, jun. 2008.
- ARMSTRONG, C. K. The North Korean Revolution, 1945-1950. Londres: **Cornell University**, 2003.
- AUGUSTINE, M. R. The Limits of Decolonization: american occupiers and the “Korean problem” in Japan, 1945-1948. **International Journal Of Korean History**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 43-75, 28 fev. 2017. Center for Korean History.
- BARATTA, G. Fordismo. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). Dicionário Gramsciano. São Paulo: **Boitempo**, 2017. p. 612-617.
- BEASLEY, W. G. The Rise of Modern Japan: Political, Economic, and Social Change since 1850. Nova Iorque: **St. Martin's Press**, 2000.
- BIANCHI, A. O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: **Alameda**, 2008. 320 p.
- BIELER, A; MORTON, A. Interlocuções com a revolução passiva. **Revista Novos Rumos**, v. 58, n. 1, p. 61-77, 2021.
- BORGHESE, L. Tia Alene in bicicletta: Gramsci traduttore dal tedesco e teorico della traduzione. **Belfagor**, n. 6, p. 635-665, 1981.
- BRIDGES, B. Japan and Korea in the 1990s. Aldershot: **Edward Elgar**, 1993.
- BRIDOUX, J. Postwar reconstruction, the reverse course and the new way forward: Bis Repetitas? **Journal of Intervention and Statebuilding**, v. 5, n. 1, p. 43–66, 2011.
- BURUMA, I. The Wages of Guilt: Memories of War in Germany and Japan. Nova Iorque: **Nova Iorque Review of Books**, 1994.
- CALLINICOS, Alex. The limits of passive revolution. **Capital & Class**, v. 34, n. 3, p. 491–507, 2010.
- CARROLL, M. The Making of Modern Japan: Power, Crisis, and the Promise of Transformation. Leiden: **Brill**, 2021.
- CHA, V. D. Bridging the Gap: the strategic context of the 1965 korea-japan normalization treaty. **Korean Studies**, Durham, v. 20, n. 1, p. 123-160, 1996. Project MUSE.
- CHA, V. D. Alignment Despite Antagonism: The US-Korea-Japan Security Triangle. Stanford, CA: **Stanford University Press**, 1999.
- CHANG-IL, O. The Causes of the Korean War, 1950-1953. **International Journal Of Korean Studies**, Seul, v.14, n. 2, p. 19-44, out. 2010. Trimestral
- CHANG, I. The rape of Nanking: the forgotten holocaust of World War II. New York: **Basic Books**, 1997.

CHANG, M. H.; BARKER, R. P. Victor's justice and Japan's amnesia: The Tokyo war crimes trial reconsidered. **East Asia**, v. 19, n. 4, p. 55–84, 1990.

CHEONG, Sung-Hwa. The Politics of Anti-Japanese Sentiment in Korea: japanese-south korean relations under american occupation, 1945-1952. Nova Iorque: **Greenwood Press**, 1991a. 220 p.

CHEONG, Sung-Hwa. The Politics of Anti-Japanese Sentiment in Korea: the case of MacArthur line of june 1948. **Pacific Focus**, Seoul, v. 6, n. 2, p. 65-81, set. 1991b.

CHOI, Jang Jip. Labor and the authoritarian state: labor unions in South Korean manufacturing industries, 1961–1980. Seoul: **Korea University Press**, 1989.

CHOI, Y. S. Overcoming the division bloc and its limitations: A Gramscian approach to South Korean social formation. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 0, p. 1707–1722, 2020.

CHRISTENSEN, Thomas J. China, the US-Japan alliance, and the security dilemma in East Asia. **International Security**, v. 23, n. 4, p. 49-80, 1999.

CHUNG, Kyung Cho. Korea Tomorrow: Land of the Morning Calm. Nova Iorque: **The Macmillan Co.**, 1956. xxv, 384 p.

COUTINHO, C. N. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: **Editora Campus**, 1989.

CUMINGS, B. Korea's Place in the Sun: A Modern History. Nova Iorque: **W.W. Norton & Company**, 2005.

CUMINGS, B. The abortive abertura: South Korea in the light of Latin American experience. **New Left Review**, n. 1/173, p. 5–32, fev. 1989

CUMINGS, B. The origins and development of the Northeast Asian political economy: Industrial sectors, product cycles, and political consequences. **International Organization**, v. 38, n. 1, p. 1–40, 1984.

CUMINGS, B. The Origins of the Korean War: Liberation and the Emergence of Separate Regimes 1945-1947. Princeton: **Princeton University Press**, 1981, 639 p.

CUMINGS, Bruce. The origins of the Korean War. v. 2, The roaring of the cataract, 1947-1950. (Studies of the East Asian Institute). Princeton: **Princeton University Press**, 1990. 957 p.

DEACON, Chris. (Re)producing the 'history problem': Memory, identity and the Japan-South Korea trade dispute. **Pacific Review**, v. 35, p. 789–820, 2021.

DIAN, M. Interpreting Japan's contested memory: Conservative and progressive traditions. **International Relations**, v. 29, n. 3, p. 363–377, 2015.

DOWER, J. W. Embracing Defeat: Japan in the Wake of World War II. Nova Iorque: **W.W. Norton & Company**, 1999.

DOWER, J. W. Empire and Aftermath: Yoshida Shigeru and the japanese Experience, 1878-1954. Cambridge: **Harvard University Press**, 1979

DUDDEN, A. Japan's political apologies and the right to history. **Japanese Studies**, v. 26, n. 3, p. 289-303, 2006.

DUDDEN, A. *Troubled Apologies Among Japan, Korea and the United States*. Nova Iorque: **Columbia University Press**, 2008.

EMMERSON, J. K. The Japanese Communist Party after fifty years. **Asian Survey**, v. 12, n. 7, p. 564-579, 1972.

EUN, Y-S. Constructivism: National identity and foreign policy. In: INOBUCHI, T. (ed.). **The SAGE Handbook of Asian Foreign Policy**. London: SAGE, 2020. p. 30-50.

FRANCIONI, G. L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni del carcere", Nápoli: **Bibliopolis**, 1984

FRENCH, Paul. *North Korea: The Paranoid Peninsula*. London: **Zed**, 2005.

FROSINI, F. "Filosofia da Práxis" In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: **Boitempo**, 2017. 832p.

FORSBERG, Andrew. *America and the Japanese miracle: the Cold War context of Japan's postwar economic revival, 1950-1960*. Chapel Hill: **The University of North Carolina Press**, 2000.

GATZ, Karen L. (ed.). *Foreign Relations of the United States, 1964-1968: Volume XXIX, Parte 1, Korea*. Washington, D.C.: U.S. **Government Printing Office**, 2000.

GOMES, J. B. Gramsci, a Filosofia da Práxis e "as três fontes e as três partes constitutivas do marxismo" de Lênin. **Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo**, v. 6, 2014.

GOMES, J. T. S. *A Constituição Japonesa: princípios e problemas*. Tradução da obra *The Constitution: Principles and Problems*. About Japan Series: *Japan's Constitution and Civil Law*. 2ª ed. Tokyo: **Foreign Press Center**, 1999. Disponível em: www.nttl.co.jp/fpc. Acesso em: 01 out. 2024

GORDON, A. *The wages of affluence: labor and management in postwar Japan*. Cambridge, Massachusetts: **Harvard University Press**, 1998.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2002. 5 v. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira.

GRAMSCI, A. *Cartas do cárcere*, Rio de Janeiro: **Ed. Civilização Brasileira**, 2005, V.2.

GRAMSCI, A. *Odeio os Indiferentes: escritos de 1917*. São Paulo: **Boitempo**, 2020. 120 p. Seleção, tradução e aparato crítico de Daniela Mussi e Alvaro Bianchi.

GRAMSCI, A. *Prison Notebooks (Vol. 2)*. Edição de James A. Buttigieg. Nova Iorque: **Columbia University Press**, 1996.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*: edizione a cura di Valentino Gerratana. Torino: **Einaudi**, 1977.

GRAMSCI, A. Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci. Londres: **Lawrence and Wishart**, 1971.

GRAY, K. Revolution and restoration in post-war East Asia: A Gramscian approach to the 'history problem'. **Capital & class**, 2022.

HALLIDAY, J. A Political History of Japanese Capitalism. Nova Iorque: **Monthly Review Press**, 1975.

HENDERSON, G. Korea: The Politics of the Vortex. Cambridge, Massachusetts: **Harvard University Press**, 1968.

JAPÃO. Constituição (1946). A Constituição do Japão: promulgada em 03 de novembro de 1946. Disponível em:
<https://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html>.
Acesso em 01 out. 2024

KAY, C. Why East Asia overtook Latin America: Agrarian reform, industrialisation and development. **Third World Quarterly**, v. 23, n. 6, p. 1073–1102, 2002.

KIM, D.-C. The Unending Korean War: A Social History. Larkspur, CA: **Tamal Vista Publications**, 2009.

KIM, J. Y. Escaping the vicious cycle: Symbolic politics and history disputes between South Korea and Japan. **Asian Perspective**, v. 38, n. 1, p. 31–60, 2014.

KIM, Kwan Bong. The Korea-Japan Treaty Crisis and the Instability of the Korean Political System. Nova Iorque: **Praeger Publishers**, 1971, 384 p.

KIM, M. The organization of the factory 'self-governing committee' and the character of its movement just after the liberation of Korea in 1945. **The Journal of Historical Studies**, n. 3, Seoul: The Institute of Historical Studies, 1993.

KIM, M. Y. National memory and the identity of the working class in Korea (1910-1950). **International Journal of Korean History**, v. 1, p. 63–88, 2000a.

KIM, S. The politics of democratization in Korea: the role of civil society. Pittsburgh: **University of Pittsburgh Press**, 2000b.

KOLKO, J.; KOLKO, G. The Limits of Power: The World and United States Foreign Policy, 1945-1954. Nova Iorque: **Harper & Row**, 1972.

KU, Y. International reconciliation in the postwar era, 1945-2005: A comparative study of Japan-ROK and Franco-German relations. **Asian Perspective**, v. 32, n. 3, p. 5-37, 2008.

KUKI, S. The burden of history: The issue of 'comfort women' and what Japan must do to move forward. **Journal of International Affairs**, v. 67, n. 1, p. 245–256, 2013.

KURTULUS, Oktay. Japan Under Occupation, 1945-1952: structure of the occupation, reform policies, and "reverse course". 中央大学大学院研究年報編集委員会. Tóquio, p. 35-54. fev. 2016.

LEE, C-J.. China and Korea: Dynamic Relations. Stanford: **Hoover**, 1996.

LEE, C-J; SATO, Hideo. U.S. policy toward Japan and Korea: a changing influence relationship. Nova Iorque: **Praeger**, 1982. 208 p.

LEE, C-S.. Japan and Korea: the political dimension. Palo Alto: **Hoover Institution Press Publication**, 1985. 234 p.

LYNN, Hyung-Gu. Systemic lock: The institutionalization of history in post-1965 South Korea–Japan relations. **The Journal of American-East Asian Relations**, v. 9, n. 1–2, p. 55–84, 2000.

MIN, P. G. Korean “Comfort Women”: The Intersection of Colonial Power, Gender, and Class. **Gender and Society**, v. 17, n. 6, p. 938-957, 2003.

MOBRAND, E.. Top-Down Democracy in South Korea. Seattle, WA: **University of Washington Press**, 2019.

MORTON, A. D. The continuum of passive revolution. **Capital & Class**, v. 34, n. 3, p. 315-342, 2010.

OKAMOTO, J. Y. As “Mulheres de Conforto” da Guerra do Pacífico. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 91–108, 2013.

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de. O poder militar do Sol Nascente: o Japão, a militarização e o entorno regional. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 203-228, 17 jan. 2018. Associação Brasileira de Estudos de Defesa - ABED.

PYLE, K. B. Japan Rising: The Resurgence of Japanese Power and Purpose. Nova Iorque: **Public Affairs**, 2007.

PRESTIPINO, G. “Materialismo Histórico” In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). Dicionário Gramsciano. São Paulo: **Boitempo**, 2017. 832p.

SCHWEKENDIEK, D. A Socioeconomic History of North Korea. Jefferson: **McFarland & Company**, 2011.

SEO, J. Korea–Japan relations through thick description: Revisiting the national identity formation process. **Third World Quarterly**, publicado online em 25 jun. 2021

SILVA, Vladmir Luis da. O risorgimento italiano no universo conceitual de Antonio Gramsci. **Verinotio**: revista on-line de educação e ciências humanas, Rio das Ostras, v. 12, n. 6, p. 94-107, out. 2010.

SUH, Dae-Sook. North Korea in 1985: a new era after forty years. Asian Survey, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 78-85, jan. 1986. **University of California Press**.

TAMAKI, T. Deconstructing Japan’s image of South Korea: Identity in foreign policy. Basingstoke: **Palgrave MacMillan**, 2010.

THOMAS, P. “A virada de Moscou”: o diálogo entre Gramsci e os bolcheviques (1922 e 1923). **Revista Outubro**, n. 30, maio de 2018, p. 174-189.

THOMAS, P. Modernity as ‘passive revolution’: Gramsci and the fundamental concepts of historical materialism. **Journal of the Canadian Historical Association**, v. 17, n. 2, p. 61-78, 2006.

VISENTINI, P. F. et al. A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo zuche. São Paulo: **Editora Unesp**, 2015. 200p.

WALZER, M. Just and unjust wars: a moral argument with historical illustrations. Nova Iorque: **Basic Books**, 1977.

WIGHT, C. Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology. Cambridge: **Cambridge University Press** 2006.

WOO, Jung-En. Race to the Swift: State and Finance in Korean Industrialization. New York: **Columbia University Press**, 1991.

YOON, T-R. Searching for a new paradigm for Korea-Japan relations. **Journal of International Politics**, v. 12, n. 2, p. 169–205, 2007.